



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVI — N.º 141

TÉRÇA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 1971

BRASILIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO DA ATA DA 154.^a SESSÃO EM 25 DE OUTUBRO DE 1971

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR FILINTO MÜLLER — Exercício da Presidência do Congresso Nacional e do Senado Federal pelo Senador Carlos Lindenberg, na ausência de seu titular.

SENADORES CARVALHO PINTO, GUIDO MONDIN e BENJAMIN FARAH, respectivamente, em nome da ARENA, da Mesa e do MDB — Saudação ao Presidente Petrônio Portella, no momento em que S. Ex.^a retorna ao País após chefiar a Delegação Brasileira que compareceu às comemorações dos 2.500 anos do Império Persa.

SENADOR PETRÔNIO PORTELLA, na PRESIDÊNCIA — Agradecimento às saudações feitas a S. Ex.^a Significação dos festejos comemorativos dos 2.500 anos de fundação do Império Persa. Homenagens prestadas ao Congresso Nacional por intermédio de S. Ex.^a no exterior.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Política habitacional brasileira.

SENADOR MILTON CABRAL — Considerações sobre a programação do PROTERRA.

2.2 — Requerimentos

N.º 228/71, do Sr. Senador Teotônio Vilela, solicitando licença para tratamento de saúde. **Aprovado.**

N.º 229/71, subscrito pelo Sr. Lourival Baptista e outros Srs. Senadores, de transcrição, nos Anais do Senado, do discurso pronunciados pelos Excelentíssimos Senhores Ministro do Exército, General Orlando Geisel e Marechal-do-Ar Márcio de Souza e Mello, Ministro da Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, quando das comemorações do "Dia do Aviador".

2.3 — Ofícios

— Do Sr. 1.º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos das seguintes proposições:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 23/71 (n.º 15-A/71, na origem), que aprova as Contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1966.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 24/71 (n.º 29-A/71, na origem), que aprova as contas do Serviço Federal de

Processamento de Dados (SERPRO), relativas ao exercício de 1968.

— Do Sr. 1.º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos de projetos de lei sancionados pelo Sr. Presidente da República:

Projeto de Lei da Câmara n.º 38/71 (n.º 217/71, na origem), que regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, e dá outras providências. (Transformado na Lei n.º 5.709, de 7 de outubro de 1971).

Projeto de Lei da Câmara n.º 18/71 (n.º 2.342/71, na origem), que reestrutura o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas, considera em extinção os atuais Quadros de Efetivos de Capelães Militares, e dá outras providências. (Transformado na Lei n.º 5.711, de 8 de outubro de 1971).

2.4 — Comunicações da Presidência

Projeto de Decreto Legislativo n.º 23/71 (n.º 15-A/71, na origem), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1966, lido no expediente.

Convocação de Sessões Conjuntas do Congresso Nacional com Ordem do Dia que designa.

3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara n.º 59, de 1971 (n.º 316-B/71, na origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a formação de Engenheiros Militares para o Quadro de Oficiais-Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa, e dá outras providências. **Discussão encerrada.**

Projeto de Lei do Senado n.º 60, de 1971, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre o cálculo da remuneração a que se refere a Lei n.º 4.090, de 1962, que institui a gratificação de Natal para os trabalhadores. **Discussão encerrada.**

4 — DISCURSO APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR OSIRES TEIXEIRA — 26.º aniversário de fundação da Organização das Nações Unidas (ONU).

5 — Designação da Ordem do Dia da próxima Sessão. **Encerramento.**

6 — Atas das Comissões.

7 — Composição das Comissões Permanentes.

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

ATA DA 154.ª SESSÃO EM 25 DE OUTUBRO DE 1971

1.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO
PORTELLA E CARLOS LINDENBERG**

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Geraldo Mesquita — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Millet — Petrônio Portella — Helvidio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Wilson Campos — Lourival Baptista — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Paulo Torres — Benjamin Farah — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Mattos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 26 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

Passemos à Hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Líder da Maioria, Senador Filinto Müller.

O SR. FILINTO MÜLLER — (Como Líder. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que, a seguir, conceda a palavra ao nobre Senador Carvalho Pinto, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que foi designado pela Liderança para manifestar a V. Ex.^a o nosso júbilo por tê-lo, novamente, aqui, no nosso meio, no nosso convívio, após haver desempenhado, com brilhantismo, importante missão no exterior. Desejo pedir

a V. Ex.^a, violentando mais uma vez a sua modéstia e um pouco do Regimento, que conceda, a seguir, a palavra ao nobre Senador Guido Mondin, para manifestar a V. Ex.^a a satisfação da Mesa, dos seus companheiros de Mesa, por vê-lo novamente com a sobrecarga dos trabalhos de direção do Senado e do Congresso.

Antes de ver deferida, como espero, a minha petição, quero dar a V. Ex.^a o nosso testemunho da maneira elevada, correta, exemplar, com que o nobre Senador Carlos Lindenberg, que o substituiu na Presidência, se impôs à nossa admiração e ao nosso respeito, merecendo os aplausos da Bancada da Maioria do Senado. (Muito bem!)

Peço a V. Ex.^a que transfira a palavra ao nobre Senador Carvalho Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carvalho Pinto, que falará em nome da Liderança da Maioria.

O SR. CARVALHO PINTO (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, nos dias que correm, a presença das nações no palco dos grandes acontecimentos ou das comemorações que os revivem, não traduz uma simples atitude de cortesia diplomática. Num mundo em que a técnica reduz extraordinariamente as distâncias e os povos mais se aproximam através de crescente intercâmbio cultural e econômico, os fastos nacionais a todos sensibilizam e a todos proporcionam as mais ricas lições e oportunidades de integração e de progresso da humanidade.

A presença nacional constitui, assim, um imperativo do mundo que vivemos. Por maiores que sejam as distâncias, por mais vivas que sejam as disparidades, por mais distintos que sejam as culturas ou os interesses, e até mesmo por mais cruentos que possam ser os conflitos, há sempre um campo aberto à confluência de senti-

mentos e à identificação de ideais, onde a aproximação sentimental e o relacionamento político dos povos sempre podem erigir bases seguras para a tarefa permanente e universal da paz, do progresso e da elevação da humanidade.

Inteiramente louvável, por isso mesmo, tem sido a orientação do Governo, quando procura dar grandeza às missões especiais de representação do nosso País, como ainda agora acaba de ocorrer com a entrega ao Presidente do Congresso Nacional, o nosso eminente colega Petrônio Portella, da chefia da delegação brasileira que compareceu às comemorações dos 2.500 anos de fundação do Império Persa.

Dessa forma, além de fazer recair a escolha em eminente homem público, titular dos mais altos atributos de inteligência, de cultura e de civismo, soube o Excelentíssimo Senhor Presidente da República guindar a representação nacional ao elevado nível de um Chefe de Poder. E, simultaneamente, num gesto que, de certa forma, traduz o reconhecimento da co-responsabilidade do Senado na política externa do País — eis que a esta Casa compete apreciar a escolha de embaixadores — rende Sua Excelência inequívoca homenagem ao Poder Legislativo, num renovado testemunho de seu apreço às nossas instituições democráticas, como já teve oportunidade de fazer sentir o nosso eminente Líder Senador Filinto Müller.

Por todas essas razões, sobretudo robustecidas pelo profícuo desempenho dado à missão, desejo congratular-me com esta Casa — e o faço, neste instante, por força da honrosa delegação do eminente Líder Filinto Müller, em nome de toda a Maioria — no momento em que, cumprida a tarefa extraordinária, reassume o nosso Presidente as funções normais de seu cargo.

Mas, noticiam os jornais, que, além de úteis encontros mantidos no Irã, com expressivas figuras da vida política mundial, pôde ainda Sua Excelência, fiel aos seus sentimentos cristãos e patrióticos, em visita especial ao Vaticano, entrar em proveitoso contato com as mais categorizadas autoridades eclesiásticas e render as homenagens devidas ao Chefe espiritual da Cristandade. Ainda aqui, nesta extensão extra-oficial de sua viagem, tenho a certeza de que igualmente representou os sentimentos de toda a Nação, que, nascida sob o signo da Cruz e sempre atenta aos ensinamentos do Divino Mestre, faz também da Igreja a depositária de suas esperanças na construção de um mundo melhor, mais fraterno, mais justo, mais humano.

Pôde assim o Congresso Nacional, através da representação em boa hora instituída pelo Sr. Presidente da República, levar direta colaboração aos esforços em prol de uma sadia comunhão universal, e a viagem empreendida pelo nosso Presidente, aos dois Estados de origem milenar — tanto o do legendário Irã, hoje sob a mística do desenvolvimento econômico, como o do Vaticano, estruturado à base da fé e do espiritualismo —, bem traduziu, no seu duplice aspecto, as inabaláveis tendências e aspirações do nosso povo: desenvolvimento econômico e, paralelamente, respeito aos mais altos valores morais e espirituais da humanidade. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvimos, falando em nome da Maioria, o nobre Senador Carvalho Pinto. Evidentemente, saudando-o em nome da Maioria, o eminente Senador paulista assumia uma responsabilidade intelectual que eu não quero porque, assim também procedendo em nome da Mesa, prefiro, Sr. Presidente — permitir-me —, certa liberdade sentimental.

Sr. Presidente, são os seus companheiros de Mesa que falam, no momento de seu regresso dessa maravilhosa viagem à Pérsia; seus companheiros, homens dos dois Partidos Políticos que integram nesta Casa, e que na sua ausência, procuraram, à altura do seu Presidente, trabalhar com aquele afinho, com aquela tenacidade, que buscam no próprio exemplo que V. Ex.^a nos tem dado.

Gostaria, uma vez que falei em liberdade sentimental, de não me ater a protocolo, de não obedecer à pragmática, e de não usar, sequer, o "V. Ex.^a", a que somos levados pela tradição, a que somos levados pela exigência mesmo do nosso Regimento,

para poder falar mais intimamente, neste momento em que nos rejubilamos pelo seu feliz regresso.

Quanta vez, Sr. Presidente, quanta vez a nossa imaginação andou pela distante Ásia?

Quanta vez a nossa imaginação, crescendo, aqui, nesta distância tropical, podia estar a sentir como V. Ex.^a, toda a maravilha daquilo que ocorreu no Irã!

Apenas o sabemos, já pelo noticiário dos jornais, já pelas fotografias que as revistas publicaram. Mas estamos a imaginar, naquela cidade feita de tendas junto às ruínas de Persópolis o nosso Presidente passeando por entre avenidas, reconstituindo no próprio campo dos acontecimentos a História dos 2.500 anos de civilização persa, desde aquele primeiro instante em que Ciro, o Grande, fundava, através de uma luta que se projetou no tempo, o Império Persa. Vinte e cinco séculos depois, o Irã festejaria esse evento diante do mundo!

Muitos criticaram o Xá Reza Pahlavi, não compreendendo, sequer, que uma pátria, que um povo que não busca na mística a sua persistência para a História e para o futuro, não teria o direito sequer de perpetuar-se como o fez a Pérsia.

Que importam as despesas feitas pelo Xá? O que pode pagar a preservação desta mística? Perdê-la é perder tudo numa nação e num povo.

Tudo isto o nosso Presidente, com a sua inteligência e com a sua cultura o terá percebido, terá visto e terá tocado.

Sabe, nobre Presidente, que tive momentos de inveja. Inveja não é só negativa. Há uma inveja que chamarei saudável. E essa inveja, eu a tive. Quem sabe quantos de nós a teve, para viver, para sentir esse gozo espiritual, numa festa que, de certo, não se repetirá mais no mundo. A Pérsia sempre fôra nosso enlévo, desde os bancos escolares onde aprendemos a conhecer, encantados, a História Universal.

Ora, Sr. Presidente, V. Ex.^a tudo viu e sentiu, por entre o farfalhar de sêdas, por entre condecorações cintilantes de soberanos, de Chefes de Estado, por entre banquetes de mil e uma noites. Por certo o nosso Presidente não se terá preocupado com os ovos de perdiz recheados de caviar, e o sorvete de champanha, mas terá, com a sua inteligência, cultura e acuidade, sentido muito mais a fundo que ali se reuniram nações que precisam entender-se e, quem sabe dali quantas sugestões surgirão buscando o caminho da paz universal? Por que não pensar positivamente?

Lembro que certa nação, enviando seu representante, advertiu-o de que

iria cumprir missão não muito agradável.

Nós brasileiros jamais diríamos isto. Com o nosso espírito em matéria de relações internacionais e com o sentimento que temos do universal, jamais pensaríamos assim. Ao contrário, orgulhosos ficamos com o nosso representante. Foi o Presidente do Congresso Nacional o escolhido para chegar a delegação brasileira!

Isto tudo nos encheu de satisfação.

Quando falava em inveja, há pouco, para dizer que ela se confundia com este orgulho, como esta satisfação de ver o nosso Presidente representando a nossa Pátria naquelas comemorações, é porque 2.500 anos de História perpassaram pelos seus olhos e nós confessamos que bem estimariamos também estar presentes.

Posso imaginar o que foi por exemplo aquele desfile, um dos pontos altos das comemorações. Li uma reportagem onde as fotografias que a ilustravam mostravam a participação de uma trincheira volante, tal qual as usadas naqueles tempos pelos guerreiros de Ciro. Tudo terá sido emocionante. Só os insensíveis não vibrariam com aquilo tudo, um verdadeiro privilégio, como o afirmará o nosso Presidente.

Entretanto, ele não terá esquecido nunca, nem um só momento, a lição que se pode tirar de uma nação que, 2.500 anos depois de fundada, a tudo lembra, como bem o afirmou o Xá Pahlavi em seu discurso, prometendo preservar o tesouro herdado de seus ancestrais, contra toda destruição.

Isso estará servindo de exemplo a todas as nações do mundo. Sr. Presidente, os que ficaram, procurando, no trabalho, estar à altura do seu Chefe, do seu exemplo, estão felizes pelo retorno de quem, doravante, retomando a Presidência do Senado, estará, já com mais essa grande lição — porque a vida é feita de constantes lições — no exercício do seu posto, no exercício da Presidência da Casa, com uma visão nova, que quem viaja adquire sempre, para fazer melhor ainda, mais do que ele tem feito até aqui, para projetar no tempo, com maior vigor, o trabalho que outros fizeram no passado.

Receba, Sr. Presidente, de seus companheiros de Mesa, onde atuam fraternalmente representantes dos dois Partidos, o nosso abraço pelo feliz cumprimento da sua missão.

Saiba, Sr. Presidente, que estamos orgulhosos e, além de orgulhosos, felizes com o seu regresso. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Benjamin Farah.

O SR. BENJAMIN FARAH — Sr. Presidente, aqui está o MDB.

Ouvimos grandes oradores e grandes discursos.

Tudo o que eu poderia falar, tudo o que eu poderia encontrar na pobreza da minha inteligência foi dito com muita elegância, com muito brilhantismo, como eu não poderia fazer.

Mas aqui está o MDB, que não poderia faltar a esse gesto de simpatia, de admiração e de respeito ao nosso querido Presidente.

V. Ex.^a vem de uma grande missão: o Presidente da República houve por bem escolhê-lo para representar o Brasil na comemoração dos ... 2.500 anos da Pérsia.

O nosso Companheiro de Mesa, Senador Guido Mondin, com beleza artística, falou o que poderia ser aquele encontro num país engastado entre o céu e a terra, aquele País que tem longa história marcada pela bravura de seu povo, pelos seus grandes guerreiros, pelas suas grandes conquistas; aquele país que a história fixou e que nós aprendemos, nos colégios, a admirar.

V. Ex.^a foi escolhido pelo Presidente da República, e quando estava naquela festa, naquela representação de rara beleza, levava no seu coração de brasileiro, nesse coração jovem, nessa inteligência, a grande responsabilidade de representar o maior País da América Latina e um dos maiores do mundo. Lá, estava, representado na pessoa de V. Ex.^a todo o nosso povo — o nordestino, o homem do Norte, o do extremo Oeste, o do Sul, todos os brasileiros estavam no seu coração; lá estava este imenso País na sua memória. V. Ex.^a, por certo, se recordou de todos nós, de todos os seus amigos, de todo o seu povo, de seus colegas do Senado, tudo estava na sua lembrança, embalou a sua emoção, a sua alegria, o seu orgulho de brasileiro, representando uma grande nação que se projeta galhardamente para o futuro.

Sr. Presidente, o gesto do Presidente da República, escolhendo V. Ex.^a, foi, como bem o disse o nobre Senador Carvalho Pinto, uma homenagem ao Congresso: entre tantos brasileiros, entre auxiliares do Executivo, entre membros do Corpo Diplomático, escolheu o Presidente do Senado. É, realmente, uma demonstração de apreço ao Congresso e também à sua inteligência e cultura. O Brasil foi muito bem representado. A trajetória de V. Ex.^a foi feliz, gloriosa, não só na Pérsia como nos outros países, principalmente na Itália — a Itália, o mágico país dos poetas e artistas, dos sábios e dos santos, o país onde nasceu aquela criatura que me embalou no berço. Sinto também admiração pela Itália. Trago um pouco de sangue italiano e sangue de árabe nas veias. Por isso, meu coração de brasileiro é quente, entusiasmado e tenho grande amor a esta Pátria, que é a Pátria da

confraternização, da amizade, do amor.

Essa viagem, esse encontro de governantes, de representantes de quase todos ou todos os Governos do mundo, foi não somente uma comemoração dos 2.500 anos daquele País, mas um encontro de amizade, a festa da confraternização, festa que é preciso que exista no mundo para que possamos viver em paz, trabalhar, progredir.

Sr. Presidente, V. Ex.^a vai receber, nesta hora, um abraço do MDB, porque marcou, com a sua inteligência, com a sua cultura e com a sua simpatia, a presença do Brasil. V. Ex.^a honrou o mandato e, ao retornar a esta Casa, que é sua, esta Casa que tanto admira V. Ex.^a, que tanto lhe quer bem, recebe os votos de boas vindas do MDB. Falo em nome de toda a Bancada, dos milhares de brasileiros que representamos no Congresso, desses brasileiros que estão orgulhosos com a sua missão, o seu trabalho, a sua atuação de brasileiro digno, inteligente, de brasileiro que ama a sua Pátria e que volta de uma grande missão. Saudó V. Ex.^a, um estadista que bem representou o Brasil e também o Embaixador da cultura, da inteligência e da simpatia. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Srs. Senadores, ao ser convidado por S. Ex.^a o Sr. Presidente da República para representar o meu País no Irã, vi, na minha desvalia, que a missão a mim transcendia para projetar o Poder que tenho a honra de presidir.

Mal imaginava, na oportunidade, que outras surpresas agradáveis me eram reservadas, e, tão logo enderecei a este augusto Plenário o pedido de licença para cumprir a missão, eis que recebi do Líder da Maioria desta Casa, do meu Líder, do eminente Senador Filinto Müller, as homenagens que representam um dos títulos maiores da minha vida pública.

Os homens, muita vez, valem pouco pelos títulos que a vida lhes proporciona; muito mais valem pelos conceitos que conseguem granjear dos pró-homens, dos vultos eminentes da sua época. E se título tenho de que me envaldecer e orgulhar, há de ser necessariamente aquele de merecer o estímulo, o respeito e a amizade do eminente Líder que, não faz muito, à guisa de parecer, fez, em verdade, o elogio não do homem público mas do amigo que, neste momento, lhe agradece penhorado.

Srs. Senadores, de regresso estou e eis que novas homenagens me reserva esta Casa: no aeroporto, os colegas e funcionários foram levar ao mais humilde dos servidores do Senado o abraço de boas-vindas, e hoje aqui me encontro cumulado pela hon-

ra de receber a saudação entusiástica de um dos grandes varões desta República, o eminente Senador Carvalho Pinto, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e, na oportunidade, falando em nome da Maioria.

É muito, Srs. Senadores, para quem, na modéstia de sua vida pública, não aspira aos aplausos, mas deseja apenas, na amizade de cada um dos colegas, o respeito devido a quem, com honestidade, lisura e modéstia, cumpre fielmente um mandato que lhe foi confiado.

Sr. Senador Carvalho Pinto, considero a homenagem que V. Ex.^a, em nome da Maioria, me presta, um galardão dos maiores que poderia desejar, porque sou daqueles que superestimam os elogios dos grandes homens, dos grandes valores, como também sou dos que se envaldecem das injúrias que se inspiram em sentimentos menores, oriundos de espíritos pouco dados à grandeza.

Senador Carvalho Pinto, nesta oportunidade, quero dizer a V. Ex.^a que suas palavras não tiveram a autenticidade do extraordinário homem público que é V. Ex.^a, porque foram marcadas pelo timbre de uma amizade que é um patrimônio, o qual hei de guardar para todo o sempre e transmiti-lo aos meus filhos e descendentes.

Senhores Senadores:

Em verdade, não sei responder às palavras poéticas com que meus colegas da Mesa, MDB e ARENA, através do Senador Guido Mondin, resolveram homenagear-me. A emoção da hora tira-me a oportunidade de tentar penetrar no mundo da poesia, de onde não sai, toda vez que assomo à tribuna essa figura singular do Rio Grande do Sul e do Brasil, este meu ilustre colega de Mesa Diretora, testemunha diária do esforço inaudito que realizo, visando a dar ao Senado a estrutura que merece para cumprir os altos objetivos que a Nação dele espera. Fique o meu muito obrigado aos queridos colegas de Mesa, entre os quais exalto e enalteço a figura, por todos os títulos digna de louvores, do eminente Senador Carlos Lindenberg, a quem, em boa hora, entreguei as rédeas desta Casa, certo e tranqüilo de que S. Ex.^a saberia honrar as tradições do Espírito Santo e engrandecer, cada vez mais, a vida pública deste País.

Srs. Senadores, os oradores que aqui falaram disseram melhor do que poderia eu dizer da significação das comemorações de que participei.

Srs. Senadores, como Presidente do Senado e do Congresso, recebi a incumbência do Sr. Presidente da República de ir ao Irã, menos para presenciar festas de mil e uma noi-

tes, como, às vezes, pejorativamente alardeiam, mais para participar das homenagens a 25 séculos de cultura, programadas por um homem de Estado que, inspirado na grandeza e no heroísmo de Ciro, o Grande, promete ao mundo reformas radicais no mundo social sob o seu comando; e como que afirma, sob a inspiração da pujança do passado, a certeza de que saberá construir, no Irã de hoje, aquilo que foi o sonho do extraordinário Ciro, o Grande.

Sei, Srs. Senadores, que não poderia aqui transmitir o que foi o presenciado por mim, no Irã, tal como me convocou, em nome do MDB, essa figura exemplar da Guanabara, que falando em nome de seu Partido, mostra que o Senado é um só ante as grandes causas do Brasil; e todos nós, acima das facções e dos Partidos, nos unimos na solução dos problemas, como nos rejubilamos de todos os magnos acontecimentos.

Não tenho, Sr. Senador Benjamin Farah, senão palavras de agradecimento a transmitir a V. Ex.^a e por seu intermédio à sua Bancada, mas não tenho engenho e arte para cantar a grandeza do espetáculo a que me foi dado assistir. Não foi um acontecimento de mil e uma noites, foi sim um compromisso de uma Nação, com o testemunho de soberanos e estadistas de todas as partes do mundo, fixando uma posição perante o futuro: aquilo que constitui a cultura persa não há de morrer e, com a ajuda de todos os povos, há de crescer, para que, no alvorecer do século XXI, possa o País, como todos nós, entoar gloriosamente o grande cântico da paz, do desenvolvimento e da justiça social.

Srs. Senadores, neste ensejo, devo testemunhar o esforço extraordinário de Sua Majestade, o Xá do Irã, no sentido de dotar seu país de uma estrutura moderna, capaz de justificar os 2.500 anos de cultura.

Não tenho dúvida de que a grandiosidade com que o espetáculo foi pintado em prosa e verso por toda a imprensa mundial teve significação tocante e profunda. O compromisso dos homens do século não é só honrar as tradições do passado, cultivar os valores que devem ser preservados, mas sobretudo, o de construir, sob a égide da justiça social, uma sociedade capaz de abrigar todos os homens marginalizados, todos os deserdados da fortuna, promovendo a igualdade, companheira inseparável da justiça.

Srs. Senadores, cumprida nossa missão na majestosa terra de Ciro, o Grande, e deslocamo-nos para Roma, onde, devo assinalar, o Senado da República, por meu intermédio, recebeu as mais tocantes homenagens do Embaixador do Brasil junto à Santa Sé, o ilustre Diplomata José Jobim. Ten-

do S. Ex.^a diligenciado uma audiência com Sua Santidade o Papa Paulo VI, tive a ventura indizível de conversar com Sua Santidade e receber um mundo de mensagens repletas de sentimentos de ternura e amor ao povo brasileiro. Por alguns momentos, apertando carinhosamente minha mão, Sua Santidade disse do quanto lhe é caro o nosso povo, cujo desenvolvimento acompanha, com a ajuda preciosa de suas preces.

Mas as emoções não cessaram aí. Por elas embalado, fui ter à Embaixada do Brasil junto ao Vaticano e lá presenciei um quadro que considerava impossível: todo o Governo do Vaticano lá se encontrava, para homenagear, em mim, o povo brasileiro, desde o Cardeal Secretário de Estado, Cardeal Villot, ao Subsecretário Monsenhor Binelli; o Secretário para Assuntos Exteriores, Monsenhor Casaroli, ao Presidente da Comissão de Justiça e Paz e ao seu Vice-Presidente. Os Cardeais brasileiros e os mais altos Dignitários do Vaticano, todos lá estiveram para testemunhar ao Presidente do Congresso Brasileiro o aprêço que têm ao nosso povo, e, mais que isto, o carinho com que acompanham a nossa marcha triunfal no rumo do desenvolvimento econômico e social.

Ao final do almoço, a que compareceram figuras da Igreja não habituados àqueles tipos de homenagens, levantei um brinde a Sua Santidade o Papa Paulo VI, tendo a ventura de receber a saudação do Secretário do Estado, Cardeal Villot, que homenageou o povo brasileiro, na pessoa do Presidente Médici.

Srs. Senadores, mantive com os dignitários do Vaticano palestras e entendimentos os mais proveitosos, visando a que o Estado e a Igreja se unam cada vez mais, para acelerar este concerto maravilhoso traduzido em índices extraordinários de desenvolvimento econômico e social. Estou certo de que a Igreja haverá de, sempre mais, colaborar com esta obra que não é do Governo, é de nós todos, do Senado, da Câmara, do Congresso Nacional, é uma tarefa para a qual estão convocados todos os brasileiros.

Srs. Senadores, minha missão foi cumprida. Sem brilho, é verdade, mas com profunda convicção de que o Brasil esteve presente no Exterior, convencido, absolutamente certo de que reservado lhe está um lugar extraordinário e relevante no concerto das nações.

Já temos, hoje, o que apresentar ao Mundo — algo que nasceu de nosso gênio criador, e podemos dialogar de frente erguida, sem o complexo do subdesenvolvimento. Podemos dialogar com os povos do Mundo, certos de que temos algo a oferecer, como produto da nossa luta, do nosso trabalho,

do nosso sacrifício e, sobretudo, do nosso amor.

Srs. Senadores, se o Presidente da República — a quem reitero minha gratidão — me proporcionou uma incumbência da maior relevância, V. Ex.^{as} me deram aquilo que, para mim, é caro na vida: deram o testemunho do respeito e do aprêço; deram a amizade que está acima de quaisquer outras honrarias.

Pela qualificação dos amigos, posso avaliar a importância do que sou e do que faço e, voltado para Deus e para minha consciência, é-me possível dizer: Sirvo a minha Pátria! Trabalho dia a dia pelo meu semelhante e sou fiel ao meu ofício, cumprindo os deveres de cidadão e de homem público!

Srs. Senadores, aqui trago, a quantos se pronunciaram em nome do Senado, minha palavra de aprêço e de estima, dizendo que não esmorecerei na luta. As críticas serão estímulos para que me desdobre. Todavia, estou certo de que, com a colaboração de todos, com o inestimável calor e confiança da Mesa Diretora e do Plenário, haveremos, ao cabo de nosso mandato, de apresentar uma obra que não fará imperecível meu nome, mas imortalizará, na História do País e nesta emergência, o nome do Senado Federal! Muito obrigado! (Palmas Prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a série de modificações introduzidas no sistema do Plano Habitacional, tem como marca forte conteúdo social. Todas objetivam criar condições mais favoráveis aos que recorrem ao Banco Nacional da Habitação, através de seus agentes, para a aquisição de casa própria, sobretudo os menos favorecidos. Esta, aliás, uma preocupação que — a meu ver — constitui a principal constante do Governo do eminente Presidente Garrastazu Médici.

Há nessas alterações, também, eloquente demonstração de nosso amadurecimento político-administrativo. Numerosas e profundas as mudanças ocorridas no Plano Habitacional, como salientou o ilustre Presidente do BNH, Economista Rubens Costa. No entanto, tudo isso se deu de forma a mais natural, sem qualquer rutura na política instituída pelo saudoso e inesquecível presidente Castello Branco. Nenhuma solução de continuidade, nenhum abalo no complexo, poderoso e bem ordenado sistema financeiro que nos está permitindo solução sempre mais veloz do problema habitacional, servindo de exemplo até para povos mais desenvolvidos do que nós.

Poi com visível sentimento de tranquilidade e segurança que o País teve

conhecimento da escolha feita pelo Presidente Médici do Dr. Rubens Costa para assumir a presidência do Banco Nacional da Habitação. É o que se constata, facilmente, do noticiário estampado, à época, em todos os nossos grandes jornais.

Houve, apesar disso, quem temesse que as mudanças logo anunciadas viessem, de uma forma ou outra, a comprometer o êxito do Plano Habitacional. Esse temor se desfêz, instantaneamente, tão logo o novo Presidente do Banco revelou à imprensa as alterações que seriam feitas, para maior benefício do povo brasileiro. E, de todos os setores, especialmente dos mais qualificados, já surgiram aplausos e as manifestações de euforia, pois aperfeiçoado e fortalecido em seus aspectos sociais se tornou o Plano Habitacional, que passará, também, a dar ainda maior contribuição para o desenvolvimento brasileiro, em setores relacionados com a questão habitacional.

Dando continuidade à política instituída no primeiro governo da Revolução, o eficiente Ministro Costa Cavalcanti e o atual presidente do Banco Nacional da Habitação, de acordo com diretrizes determinadas pelo próprio General Garrastazu Médici, promoveram a atualização dessa política, a fim de que o povo brasileiro seja sempre mais favorecido, à medida que isso se torne possível e sem mínimo retorno a paternalismos que, no passado, tantos males nos causaram.

Se profundas e amplas foram as modificações feitas no Plano Habitacional, em nada se abalou o sistema criado no primeiro Governo revolucionário: se a Revolução se prolonga no tempo e se desdobra em sucessivos governos, mantêm-se fiel e íntegra quanto aos princípios que a inspiraram. E é graças a essa fidelidade, a essa unidade, que tantos êxitos vimos alcançando e que mudanças tão importantes como as ora ocorridas no Plano Habitacional se tornam possíveis, aperfeiçoando-se continuamente a obra revolucionária sem jamais colocá-la em xeque, por contradições ou meras concessões demagógicas.

Não vou arrolar aqui, Sr. Presidente, as modificações introduzidas no Plano Habitacional pelo Presidente do BNH. Já são elas do conhecimento da Nação. Apenas quero recordar a confiança que sempre tive na ação do Ministro do Interior General Costa Cavalcanti, e a satisfação com que recebi a notícia da escolha do Dr. Rubens Costa para ocupar a presidência do Banco Nacional da Habitação, agora plenamente justificadas para alegria dos inúmeros amigos e admiradores desses dois eminentes homens públicos. Também desejo realçar a efi-

ciência com que o Governo Federal, sob o comando do General Garrastazu Médici, se mantém sempre vigilante e sempre pronto para promover quaisquer mudanças reclamadas pelo bem público, pela melhoria de vida do povo brasileiro. É o que, novamente, se demonstrou com eloquência, silenciando, de vez, as vozes que tentavam tirar proveito escuso de uma das obras mais marcantes da Revolução de 64, que é a política habitacional, talvez na suposição de que o Governo dormiria sobre os juro alcançados, dando-lhes tempo para o grãojeio fácil de parcelas da opinião pública.

Das diversas inovações agora adotadas, é de se salientar o novo sistema — **Out-Standing** — estabelecido para o pagamento dos financiamentos através do BNH, que favorecerá sobremaneira os mutuários, sem risco algum para a segurança do sistema financeiro do BNH. De longo alcance social também a disposição do Governo de instituir — sempre para maior benefício do povo — o Seguro de Garantia, destinado a assegurar as condições de preço, prazo e qualidades das construções financiadas pelo BNH. A complexidade do assunto exigiu estudos cuidadosos, levando mesmo o seu Presidente a ir, com uma delegação de técnicos do Instituto de Resseguros, examinar a fundo o problema na Europa, para o encontro de solução segura, desprovida de qualquer precipitação e sem riscos de abalo, imediato ou futuro do sistema financeiro do BNH.

Mais uma vez, Sr. Presidente, o eminente Presidente Garrastazu Médici correspondeu à imensa confiança que nele deposita o povo brasileiro, novamente beneficiado por um governo responsável, capaz e de aguda sensibilidade humana. E, dúvida alguma pode, a esta altura, ser levantada quanto ao acerto e felicidade da escolha do economista Rubens Costa para presidir o BNH, o que não nos trouxe surpresa alguma, já que de há muito o conhecemos e admiramos sua capacidade técnica e de trabalho. Nêle terão sempre o Presidente Garrastazu Médici e o Ministro Costa Cavalcanti auxiliar competente e atento a quaisquer aperfeiçoamentos que se tornem necessários ao setor que lhe está confiado e que, sob sua chefia, jamais cairá na rotina que leva à estagnação: à sua competência alia rara capacidade de trabalho e incessante disposição de melhoria, a que é impelido por sua inteligência e espírito público! (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Presidente e Srs. Senadores, neste momento em que o PROTERRA é objeto de análise por parte do Poder

Executivo, visando a estabelecer a sua programação, é natural que nós, parlamentares da região nordestina, expressemos a nossa esperança no sentido de que essa programação realmente, traduza os anseios das populações regionais.

O PROTERRA foi instituído, basicamente, para facilitar a aquisição de terras visando sua mais racional distribuição, sobretudo ensejando aos pequenos produtores rurais a oportunidade de ter a sua própria gleba.

Além daquela função básica, éle objetiva, também, a concessão de empréstimos fundiários para o financiamento de projetos destinados à expansão agropecuária e à assistência financeira, à organização e modernização de propriedades rurais, possibilitando, assim, a que os produtos agropecuários tenham seus custos dentro da faixa de preços mínimos fixados pelo Governo, enfim, uma série de benefícios que julgamos muito importantes para o desenvolvimento regional.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, no nosso entender, a grande preocupação que reina entre os agricultores nordestinos, e crelo também entre os da Região Norte, é exatamente o atendimento dos investimentos fixos.

Os nossos lavradores estão, em sua maioria, endividados junto ao Banco do Nordeste e ao Banco do Brasil. E houve um erro inicial: os nossos agricultores, de modo geral, levantaram financiamento nesses organismos de crédito para construir açudes, estradas, cercas, enfim, aplicações imobilizadas. Sabemos que há uma distância muito grande entre aplicar capital em investimentos fixos e daí resultar produção, resultar alguma coisa que êle possa vender e realizar algum lucro.

O grande problema da nossa região é exatamente a organização das propriedades: estruturá-las, prepará-las para a produção. Uma propriedade só pode estar preparada para a produção quando ela está limpa, quando o solo é elaborado, cercado e pode, inclusive, no caso especial do Nordeste, garantir-se o mínimo de abastecimento de água para atender à criação, e talvez alguma irrigação etc.

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MILTON CABRAL — Com todo prazer.

O Sr. José Lindoso — Nobre Senador, V. Ex.^a está fazendo uma colocação, relativamente à situação de agricultores inadimplentes com o Banco do Nordeste e diz que, talvez, a situação se estenda ao norte do País. Efetivamente, a afirmação de V. Ex.^a; exata, porque em decorren-

cia das enchentes também os juti-cultores do Amazonas ficaram em situação de dificuldades com os bancos, embora o Banco do Brasil esteja fazendo um processo de renegociação das dívidas com o reescalonamento das obrigações, de modo a facilitar tais pagamentos. Da mesma forma, ocorre com o problema da borracha, que o Banco da Amazônia tem necessidade de encarar dentro de uma nova perspectiva, para que se possam auferir os resultados econômicos positivos, e não o abandono do interior. Observo que a colocação de V. Ex.^a relativamente à questão das condições mínimas para o funcionamento da propriedade rural, unidade de produção do interior, é perfeitamente justa dentro de um raciocínio de técnica econômica. O que se poderia dizer é que V. Ex.^a argumenta dentro da necessidade de um financiamento específico para que se estabeleça uma infra-estrutura dessa propriedade — unidade de produção, uma infra-estrutura que possibilite, que garanta, portanto, um rendimento agrícola de muitas fazendas e, conseqüentemente, de melhor êxito econômico. A simplicidade com que V. Ex.^a coloca o problema não diminui a exatidão, a verdade e a grandeza do assunto que leva V. Ex.^a a ocupar a atenção do Senado, hoje.

O SR. MILTON CABRAL — Agradeço o aparte do Senador José Lindoso, que vem esclarecer muito bem o que pretendo aqui da tribuna dizer, ou seja, que, efetivamente, para que a propriedade se torne produtiva, em condições econômicas, é preciso que o proprietário possa construir os benefícios com financiamentos a longo prazo, e juros compatíveis, porque, até agora — não é neste Governo; é uma história de há muitos anos — todos os financiamentos para a agricultura eram a prazo relativamente curto, dois anos, juros de 18, 20, 24 e até 30%. E não é possível ao agricultor construir barragens, açudes, com esses juros e pagamento em dois anos. Só o PROTERRA poderá vir em socorro dos agricultores e dar solução efetiva para que ele possa fazer investimentos fixos em condições de ressarcir-los a longo prazo, em dez, vinte, trinta anos. Os créditos de que ele possa dispor nos bancos comerciais e nos de créditos especializados, como os Bancos do Nordeste e do Brasil, ele aplicará no plantio, diretamente na produção. Ai eu acredito que se possa auferir um resultado prático, oferecendo lucratividade.

O sentido da minha intervenção nesta tarde é tentar que estas palavras tenham alguma ressonância, que cheguem aos ouvidos daqueles que estão, neste momento, debruçados sobre este problema que certamente estará inserido na programação do

PROTERRA. Tenho certeza de que este é o objetivo do Presidente Médico: ajudar os agricultores de maneira a mais prática possível. O PROTERRA é uma das maiores esperanças da agricultura nordestina e também do Norte do País. Ela só se tornará realidade à medida que possibilitar a prosperidade efetiva daqueles que estão integrados na produção. (Muito bem! Palmas.)

Comparecem mais os Srs. Senadores:

Flávio Brito — José Lindoso — José Esteves — Milton Trindade — José Sarney — Antônio Fernandes — Heitor Dias.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N.º 228, de 1971

Senhor Presidente

Nos termos do art. 47, inciso I, do Regimento Interno, requero 22 dias de licença para tratamento de saúde, compreendendo o período de 25 de outubro a 15 de novembro do corrente ano, conforme atestado médico anexo. Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1971. — Teotônio Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — A licença, destinada a tratamento de saúde, está devidamente instruída com atestado médico previsto no art. 47, letra I, do Regimento Interno.

Havendo número legal, vamos passar a votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Está concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N.º 229, de 1971

Nos termos do art. 234 do Regimento Interno, requeremos a Transcrição nos Anais do Senado, dos discursos pronunciados pelos Excelentíssimos Senhores Ministros do Exército General Orlando Geisel e Marechal-do-Ar Márcio de Souza Melo, Ministro da Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, quando das comemorações do "Dia do Avião".

Brasília, 25 de outubro de 1971. — Lourival Baptista — Antônio Carlos — Helvidio Nunes — Osires Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — De acordo com o art. 234, § 1.º do Regimento Interno, o requerimento lido será submetido ao exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, expediente que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. 1.º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 23, de 1971

(N.º 15-A/71, na Câmara dos Deputados)

Aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — São aprovadas as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1966, na forma dos arts. 66, item VIII, e 87, item XVII, da Constituição da República de 1946, com ressalvas àqueles valores lançados à conta de "Diversos Responsáveis", dependentes de verificação ulterior pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N.º 415, de 1967

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Em cumprimento ao disposto no item XVIII do art. 83 da Constituição Federal, tenho a honra de encaminhar ao exame de Vossas Excelências os volumes anexos que compreendem as contas do Governo Federal (Administração direta e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico), relativos ao exercício de 1966, acompanhados do parecer que sobre os mesmos proferiu o egrégio Tribunal de Contas da União, na forma do § 2.º do art. 71 da Carta Magna.

Brasília, 28 de abril de 1967. — **COSTA E SILVA.**

TC — 10.469/67.

AVISO N.º 471-P/67, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente: Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Tribunal de Contas, em Sessão Extraordinária, realizada nesta data, tendo presentes as

Contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1966 e constantes dos Balanços Gerais organizados pela Contadoria-Geral da República, resolveu dotar a conclusão do parecer elaborado pelo Senhor Relator, Ministro Iberê Gilson, de acordo com o disposto no art. 71, § 2.º, da Constituição Federal, combinado com o art. 29 e seus §§ 1.º e 3.º do Decreto-lei n.º 199, de 25 de fevereiro de 1967.

2. Cumpre, assim, encaminhar a Vossa Excelência o referido parecer acompanhado dos Balanços Gerais da União, que formam 3 (três) volumes, e bem assim as Contas do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, em dez volumes que devem ser remetidos ao Congresso Nacional juntamente com as do Presidente da República, em observância ao que preceitua o art. 15, letra f, da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952.

Renovo a Vossa Excelência os protestos do mais alto apelo e consideração. — Antônio de Freitas Cavalcanti, Ministro-Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 24, DE 1971

(N.º 29-A/71, na Câmara
dos Deputados)

Aprova as contas do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), relativas ao exercício de 1968.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — São aprovadas as contas prestadas pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), relativas ao exercício de 1968, nos termos do parágrafo único do art. 19 da Lei n.º 4.516, de 1.º de dezembro de 1964.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROCESSO N.º TC-5.688-69

Aviso n.º 406-P-70, do Tribunal de Contas da União.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que este Tribunal, tendo presente o processo de tomada de contas do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), relativo ao exercício de 1968; de responsabilidade do Senhor José Dion de Melo Telles, decidiu, em sessão de 11 de junho último, julgar regulares as contas, dando-se quitação ao responsável.

Em observância do disposto no artigo 19 da Lei n.º 4.516, de 1.º de setembro de 1969, encaminho ao Congresso Nacional os autos respectivos, com todos os elementos que os integram, o que faço pelo alto intermédio de V. Ex.ª

Reitero a Vossa Excelência os meus protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Iberê Gilson, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA- GERAL DA PRESIDÊNCIA

LEI N.º 4.516, DE 1.º-12-1964

Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.

Art. 19 — O Serviço Federal de Processamento de Dados enviará ao Tribunal de Contas, até 31 de março de cada ano, as suas contas gerais relativas ao exercício anterior.

Parágrafo único — O Tribunal emitirá parecer sobre as contas, e as remeterá ao Congresso Nacional que, por qualquer de suas Casas, adotará as medidas que entender convenientes.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.)

OFÍCIOS

DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

— N.º 493, de 22-10-71, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei da Câmara n.º 33/71 (número 127/71, na Casa de origem), que regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, e dá outras providências, sancionado pelo Sr. Presidente da República e que se transformou na Lei n.º 5.709, de 7-10-71;

— N.º 494, de 22-10-71, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei da Câmara n.º 18/71 (número 2.342/71, na Casa de origem), que reestrutura o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas, considera em extinção os atuais Quadros de Efetivos de Capelães Militares e dá outras providências, sancionado pelo Sr. Presidente da República e que se transformou na Lei número 5.711, de 8 de outubro de 1971.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Do expediente lido, consta o Projeto de Decreto Legislativo n.º 23/71 (n.º 15-A/71 na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1966.

Nos termos do § 1.º do art. 394 do Regimento Interno, a matéria ficará sobre a Mesa, durante 3 Sessões ordinárias, a fim de receber emendas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Tendo sido publicados e distribuídos os avulsos dos Pareceres

n.ºs 85 e 86, de 1971-CN, referentes ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 55/71-CN e ao Projeto de Lei Complementar n.º 2, de 1971-CN, esta Presidência convoca Sessões conjuntas para o dia 26 do corrente, terça-feira, no Plenário da Câmara dos Deputados, nos seguintes horários:

As 9:30 horas

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 55, de 1971-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 85, de 1971-CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.189, de 24 de setembro de 1971, que dispõe sobre incentivos à exportação de produtos manufaturados.

As 21 horas

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar n.º 2, de 1971-CN, que regula o art. 69 da Constituição, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está encerrada a hora destinada ao Expediente.

Presente 33 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 59, de 1971 (n.º 316-B/71, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a formação de Engenheiros Militares para o Quadro de Oficiais-Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 472, de 1971, da Comissão:

— de Segurança Nacional.

Em discussão o Projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Há apenas 33 Srs. Senadores na Casa.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)

Item 2

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 60, de 1971, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre o cálculo da remuneração a que se refere a Lei n.º 4.090, de 1962, que institui a gratificação de Natal para os trabalhadores, tendo

PARECERES, sob números 473 e 474, de 1971, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Legislação Social, favorável com emenda que oferece.

Em discussão o Projeto e a emenda.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, indubitavelmente, a técnica das comunicações na época contemporânea tem modificado em muito a fisionomia do mundo. Ainda há pouco, o eminente Senador Carvalho Pinto, ao saudar o nosso querido Presidente, dizia que a técnica das comunicações diminui as distâncias e cria, por assim dizer, campo aberto à confluência de sentimentos. Isso, a despeito das disparidades culturais, a despeito das diferenciações tecnológicas entre os países, a despeito dos desequilíbrios econômicos e a despeito até da crueza das lutas pelo Poder.

No instante em que saudava S. Ex.^a, o Senhor Presidente, pelo regresso das festas de Persépolis, também, em nome da Mesa, o eminente Senador Guido Modin traduzia aquela comemoração como uma festa que se constituía num dos elementos capazes de levar o mundo à paz universal. O ilustre Senador Benjamin Farah também dizia que foi, sobretudo, uma festa de amizade.

Têm razão os eminentes Senadores. Mas a verdade é que, a despeito de festas como a de Persépolis, o mundo continua carecendo de mais humanismo, de mais amizade, de mais calor — a despeito desse mundo aberto pelas técnicas das comunicações, em que há um campo de confluência de sentimentos, no dizer do eminente Senador Carvalho Pinto.

A verdade é que continuam os choques no Vietnã, a verdade é que está iminente uma guerra entre o Paquistão e a Índia, a verdade é que a juventude continua contestando as lideranças constituídas no mundo inteiro, tanto na pequena Bolívia, no desenvolvido Japão, como nos Estados Unidos. O Presidente dessa grande Nação chegou a fazer dramático apelo a seu povo: que parassem de pensar tão-somente em materialis-

mo; pensassem em espiritualismo, criassem condições para que houvesse humanismo naquela gente, e não só progresso material.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, festas como a de Persépolis representam, sem dúvida, aproximação entre os povos, significam um passo em favor da busca da paz universal.

Há 26 anos, foi criada a Organização das Nações Unidas — ONU, organismo, que numa luta difícil, numa luta árdua, numa luta séria, vem tentando criar esse estado de equilíbrio entre os povos, esse estado de equilíbrio entre as nações.

Ontem, a ONU comemorou seu 26.º aniversário. Entendo que a data não devia passar despercebida no Senado da República. Assim, nesta oportunidade, para que conste dos Anais da Casa, vou ler a mensagem enviada pelo Secretário-Geral da ONU, U Thant:

“Em um dia como este, há vinte e seis anos atrás, entrou em vigor a Carta das Nações Unidas e estas iniciaram suas atividades.

Hoje, há mais de um quarto de século desta data, é fato aceito que a Organização Mundial e seus organismos constituem instrumentos indispensáveis à cooperação mundial em praticamente todas as esferas da atividade humana. Forjaram-se assim os instrumentos de sobrevivência, paz e progresso deste planeta interdependente.

Ao longo de nossos esforços para constituir um mundo melhor houve desilusões, contratempos e fracassos; e assim cabia esperá-lo; apesar de tudo, não se vibrou nenhum golpe fatal contra o espírito e a prática da cooperação internacional. A humanidade já superou alguns períodos muito difíceis, melhor do que a maioria de nós se atreveria a esperar quando empreendemos nossa estimulante aventura no campo da irmandade humana. Se medirmos o abismo que durante esse período existiu entre os diversos interesses nacionais, poderíamos sentir-nos incapazes de atribuir às Nações Unidas maior flexibilidade e poder de conciliação que aquela que se costuma reconhecer. O que importa agora é o futuro.

Durante esse último ano de meu mandato houve sinais de melhorias nas relações internacionais. As tensões da guerra fria diminuíram e a palavra “detente” já se escuta com maior frequência em nossos debates. E há até indícios de que os governos, em particular os das nações mais poderosas, talvez estejam dispostos a abandonar suas atitudes divisionistas e a colaborar em empresas comuns para o benefício de toda a huma-

nidade. Há muitas tarefas urgentes que, para a sua realização, esperam que assim ocorra.

Não é possível que a cada ano se gastem 200 bilhões de dólares em armamentos. Esta soma equivale à receita total de todos os países em desenvolvimento ou ao total de gastos em educação e saúde pública de todas as nações. Já não resta a menor dúvida com respeito à urgência de aliviar a miséria, estabelecer a paz e a justiça e proteger nossa terra, nossa atmosfera e nossos oceanos.

Será possível que afinal a carreira armamentista entre as nações se detenha? Será possível que afinal, colaborando para solução de seus problemas comuns, os povos se unam na confiança e na amizade? Assim creio, assim o espero e rogo que assim seja.

É dever de todos os homens e mulheres de boa vontade de todo o mundo respeitar, nutrir e apoiar nossa embrionária comunidade de nações. Se a Sociedade Internacional conseguiu passar da adolescência à maturidade, próximo estará o momento em que todas as nações se unam efetivamente em um grandioso esforço para preservar, desenvolver e embelezar nosso planeta.

Desejo aproveitar essa oportunidade para expressar minha gratidão pessoal à todas as pessoas que, em todo o mundo, tanto tem prestado seu firme apoio às Nações Unidas. Esse apoio moral e suas numerosas contribuições práticas têm sido uma constante fonte de alento para mim nos últimos dez anos”.

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Com muito prazer, eminente Senador.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.^a, Sr. Senador Osires Teixeira, ao assinalar o 26.º aniversário das Nações Unidas fala, certamente, em nome do Senado. V. Ex.^a leu, como fundamento das lembranças que faz, nesta nobre Casa, a Mensagem de U Thant, que é síntese de todos os anseios, de todas as angústias dos povos que constituem as Nações Unidas, na busca da paz, naquele trabalho extraordinário de substituir o egoísmo pelo amor, a força pelo direito; de substituir os duzentos milhões de dólares que se gastam em armamento nos planos para diminuir a miséria e a fome que anulam o homem nas suas dimensões física e espiritual e que caracterizam os povos do Mundo subdesenvolvido. Afinal de contas, o Planeta Terra está diante, neste fim de século, de um fenômeno que gera um estado de perplexidade geral. Estamos conquistando a lua; marchamos para a conquista de outros planetas. E será que atra-

vés do diálogo e do amor, tendo como instrumento as Nações Unidas, não podemos construir aquilo que é uma mensagem profunda do Evangelho, um mundo de amor e de solidariedade? Nunca é demais invocar, portanto, nobre Senador, esses sentimentos que, estando presentes no coração de todos nós brasileiros que amamos a paz, a justiça e propugnamos pela construção de uma civilização baseada na justiça social, queremos-los extensivo ao Universo inteiro. E eis porque a conduta do Brasil nas Nações Unidas está marcada por esse sentido de esforço perene pela justiça, que é irmã do amor, fundamental para o homem e para solidariedade entre as nações.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — O aparte de V. Ex.^a, eminente Senador, por certo abrange e dá conteúdo ao nosso pronunciamento. É exatamente pelas posições sempre assumidas pelo Brasil nas Nações Unidas foi que nos achamos no dever de, nesta Casa, assinalar o 26.º aniversário da Organização das Nações Unidas — porque o que busca aquela comunidade de nações, o que busca a Organização das Nações Unidas no equilíbrio e na paz universal, é o que conseguiu o Brasil encontrar na Revolução de março de 1964, ao criar um clima de paz e de tranqüilidade que nos propicia o crescimento assustador que estamos tendo, no momento presente, que nos propiciou entrarmos verdadeiramente em ritmo de progresso acelerado que nos colocará, dentro de próximos anos, entre as maiores nações do mundo contemporâneo.

Uma nação que se comporta como o Brasil se comporta, nos momentos que correm, não poderia deixar de manifestar, através da sua Casa Legislativa, a satisfação pelo 26.º aniversário da Organização das Nações Unidas que tem, neste quarto de século, buscado com denodo e sacrifício, encontrar o difícil equilíbrio entre os apetites e os interesses, por vezes escusos,

de algumas potências no mundo moderno. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma Sessão Conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, destinada à leitura de mensagem presidencial.

Nada mais havendo a tratar e antes de declarar encerrada a Sessão, designo para a Sessão Ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 59, de 1971 (n.º 316-B/71, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a formação de Engenheiros Militares para o Quadro de Oficiais-Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 472, de 1971, da Comissão:

— de Segurança Nacional.

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 60, de 19671, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre o cálculo da remuneração a que se refere a Lei n.º 4.090, de 1962, que institui a gratificação de Natal para os trabalhadores, tendo

PARECERES, sob números 473 e 474, de 1971, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Legislação Social, favorável, com emenda que oferece.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 64, de 1971 (n.º 343-A/71, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que altera o § 2.º do art. 141 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 471, de 1971, da Comissão:

— de Legislação Social.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1968 (n.º 307-B/67, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio de Intercâmbio Cultural, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República do Haiti, assinado no Rio de Janeiro, aos 5 de julho de 1966, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.ºs 475 e 476, de 1971, das Comissões:

— de Relações Exteriores e

— de Educação e Cultura.

5

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 138, de 1968, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que altera a redação dos artigos 5.º e 7.º da Lei n.º 3.373, de 12 de março de 1958, tendo

PARECERES, sob n.ºs 477, 478 e 479, de 1971, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de Legislação Social, favorável;

— de Finanças, favorável.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 55 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 18, de 1971 (CN), que "dispõe sobre o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974".

ATA DA 4.ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 1971

As dez horas do dia treze de outubro de mil novecentos e setenta e um, no Auditório do Senado Federal, presentes os Srs. Deputados Murilo Badaró — Presidente, Senadores Accioly Filho, Dinarte Mariz, Osires Teixeira, João Calmon, Lourival Baptista, Wilson Campos, Virgílio Távora, Cattete Pinheiro, Heitor Dias e Franco Montoro e os Senhores Deputados Parsifal Barroso, Marques Fernandes, Dib Cherem, Adhemar de Barros Filho, Vasco Neto, Marcondes Gadelha, Amaury Müller e Walter Silva, reúne-se

a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 18, de 1971 (CN), que "dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Milton Cabral e os Srs. Deputados Marco Maciel e Garcia Neto.

Ao constar a existência de número regimental, o Senhor Presidente abre os trabalhos e o Secretário lê a Ata da reunião anterior, que é aprovada sem discussão.

Inicialmente, o Sr. Presidente comunica ao Plenário da Comissão que a presente reunião se destina a ouvir o depoimento do Dr. Ary Campista, Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, dando prosseguimento ao ciclo de conferências e debates programados para exame do Plano Nacional de Desenvolvimento.

Logo após, a palavra é concedida ao Dr. Ary Campista, o qual, antes de dar início à sua Exposição, agradece a honrosa oportunidade que é dada aos trabalhadores da indústria do País de se manifestarem sobre um plano da envergadura do que se contém no Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento.

Encerrada a Exposição de Sua Senhoria, usam da palavra, dirigindo indagações ao Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, os Senhores Deputados Marcondes Gadelha e Vasco Neto.

Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente determina que seja consignado em Ata os melhores agradecimentos ao Dr. Ary Campista, que gentilmente agradeceu ao convite da Comissão, felicitando-o pelos judiciosos conceitos que expendeu em torno desse momentoso problema.

Ao retornar ao rito ordinário da reunião, o Senhor Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Virgílio Távora, o qual, na oportunidade, procede à uma Exposição a respeito do Plano Nacional de Desenvolvimento.

Encerrada a Exposição do Sr. Senador Virgílio Távora, os Srs. Parlamentares presentes à reunião são convocados para o prosseguimento da Sessão, às 15 horas, quando estará presente S. Ex.^a o Sr. Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

Às 12 horas e 20 minutos, levanta-se a reunião.

Às 16:00 horas, são reiniciados os trabalhos da Comissão. Na abertura, o Sr. Deputado Murilo Badaró convida os Ex.^{mos} Srs. Senador João Cleofas — Presidente da Comissão Mista do Orçamento da União e Senador Carlos Lindenberg — Presidente em exercício do Congresso Nacional para integrar a Mesa. Destaca, ainda, a presença na presente reunião, dos Líderes do Movimento Democrático Brasileiro e Aliança Renovadora Nacional, na Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Em seguida, antes de passar a palavra ao Ex.^{mo} Senhor Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, Dr. João Paulo dos Reis Velloso, o Sr. Presidente tece algumas considerações sobre a personalidade de Sua Senhoria, ressaltando o seu invulgar talento, inteligência, honradez, probidade e eficiência, qualidades que o tornam credor da admiração e respeito de todos os brasileiros.

Ao iniciar sua Exposição, o Sr. Ministro do Planejamento agradece a honra que lhe foi conferida pela Comissão Mista, ao convidá-lo para participar desta reunião e felicita-a pela iniciativa dos debates aqui travados, que deram, sem dúvida, uma dimensão mais alta à análise do projeto do Plano Nacional de Desenvolvimento. Ao final de Sua Exposição, Sua Senhoria se coloca à disposição dos Srs. Parlamentares para quaisquer esclarecimentos. Na oportunidade, fazem uso da palavra, os Srs. Senadores Virgílio Távora, João Calmon, João Cleofas, Franco Montoro e José Sarney e os Srs. Deputados Dib Cherem, Vasco Neto, Parsifal Barroso, Silvio Barros, Marcondes Gadelha, Pinheiro Machado, Américo de Souza e Daniel Faraco.

Antes de encerrar a reunião, o Sr. Presidente agradece a participação dos Senhores Congressistas e do Senhor Ministro João Paulo dos Reis Velloso, pela extraordinária colaboração que trouxe ao Congresso, pela notável demonstração de talento, de cultura, de convicção democrática, concluindo pela afirmação de que o Parlamento Brasileiro honrou suas tradições de bem servir à causa do desenvolvimento nacional e da democracia brasileira.

As Exposições feitas, bem como todos os debates travados na presente reunião foram taquigrafados e serão publicados como partes integrantes desta Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Marcus Vinícius Goulart Gonzaga, Secretário, lavrei a presente Ata, que, aprovada, será assi-

nada pelo Sr. Presidente e vai à publicação nas Seções I e II do Diário do Congresso Nacional.

ANEXO DA 4.^a REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 1971.

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão

Presidente: Deputado Murilo Badaró

Vice-Presidente: Deputado Marcondes Gadelha

Relator: Senador Accioly Filho

Convidados — Dr. Ary Campista, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (parte matutina)

— Dr. João Paulo dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral (parte vespertina)

Íntegra do Apanhamento Taquigráfico Referido na Ata

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

O Sr. Secretário procederá à leitura da Ata.

É lida e aprovada a Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Antes de passar a palavra ao Dr. Ary Campista, Secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, quero lembrar aos eminentes congressistas membros da Comissão que hoje, às 15 horas, estará presente no Auditório do Senado, perante esta Comissão, S. Ex.^a o Ministro do Planejamento Reis Velloso.

Amanhã, dia 14, às 19 horas, encerra-se o prazo para apresentação de emendas.

Srs. Congressistas, temos o grato prazer de receber aqui a visita do Dr. Ary Campista, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, que comparece atendendo a um convite nosso, por sugestão do Deputado Dib Cherem, com o objetivo de se ouvir também o setor de trabalhadores a respeito do Plano.

Tivemos oportunidade, aqui, de ouvir representantes da classe dos produtores. Ninguém melhor do que o Dr. Ary Campista para emitir o ponto de vista dos trabalhadores brasileiros, acerca desse momentoso trabalho.

Tenho o prazer de dar a palavra ao Dr. Ary Campista.

O SR. ARY CAMPISTA — Em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria quero agradecer a honrosa oportunidade que é dada aos trabalhadores da indústria do País de se manifestarem sobre um plano da envergadura do que se contém no Primeiro Plano de Desenvolvimento.

Permitimo-nos apresentar, inicialmente, por escrito, o ponto de vista do CNTI sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento para 1972/1974, perante o Congresso Nacional e, desde já, nos penitenciamos de não chegar a detalhes em um plano que não os contém.

Difícil seria, portanto, aqui enfocarmos aspectos científicos, inclusive de execução, num plano que, evidentemente, dado o período a que se destina, somente traça linhas gerais, doutrina, conceitos, filosofia.

Passo a ler:

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria quer, inicialmente, agradecer a oportunidade de manifestação sobre tão importante documento.

Louvamos a iniciativa dos Poderes Legislativo e Executivo de apresentarem ao Povo Brasileiro o Projeto de Lei n.º 18, de 1971 (CN), visando a que possa interpretar, com maior segurança e compreensão, o grande planejamento da vida econômica e social do País.

Estamos convencidos de que as observações a seguir registradas poderiam ter sido analisadas mais adequadamente, não fora ter sido extinto o Conselho do Planejamento (CONSPLAN) criado pelo Ministro do Planejamento e Coordenação, Roberto de Oliveira Campos, no ano de 1965. Note-se que aquele alto colégio era integrado por trabalhadores, empresários e representantes governamentais, entre outros os atuais Senhores Ministros Antonio Dias Leite, Delfim Netto, Reis Veloso. Nossa preocupação se prende ao fato de que as convocações a nós honrosamente dirigidas pelo Congresso Nacional, já na fase de exame dos instrumentos disciplinadores da nossa vida, não nos possibilitem uma visão profunda quanto aos aspectos originários e conceitos adotados.

Permitimo-nos, após essas ressalvas, externar nosso ponto de vista:

1 — NA SÍNTESE: AS REALIZAÇÕES NACIONAIS — São enfocados os dois objetivos maiores do Plano: o crescimento do Produto Interno Bruto e a elevação da renda per capita para 500 dólares.

2 — O desenvolvimento do primeiro daqueles dois pontos requereu, conforme nos parece óbvio, um tratamento prioritário

3 — O segundo ponto, em realidade, foi apreciado apenas considerando as realizações do Ministério do Trabalho e Previdência Social, com exceção do problema intrínseco de salários que, aliás, verificamos não ser da exclusiva competência daquela Pasta. Consigne-se a existência naquela área de órgãos especializados, como sejam, o Departamento Nacional de Salários e o Departamento Nacional de Mão-de-Obra.

4 — CAPÍTULO I — A REVOLUÇÃO E OS OBJETIVOS NACIONAIS — CRESCIMENTO E TRANSFORMAÇÃO — Julgamos cabível um único comentário. Em nosso entendimento, o Terceiro Governo da Revolução, além de perseguir os objetivos ali declarados, tem especial interesse na expansão do mercado consumidor interno do País. Por isso, impunha-se o destaque.

O segundo dos três grandes objetivos nacionais do desenvolvimento brasileiro é a duplicação, até 1980, da renda per capita do Brasil, devendo verificar-se, para isso, crescimento anual do PIB equivalente aos dos últimos três anos. Com a devida vênia, registramos não ter havido referência expressa ao fator fundamental para alcançar referido objetivo. O crescimento anual do PIB e, na conformidade do enunciado, a conseqüente duplicação da renda per capita não serão conseguidos se forem olvidadas as implicações resultantes da **produtividade**. É claro que, assim procedendo, teríamos de alterar o sistema atual de vinculação dos salários à taxa de inflação. Diga-se, de passagem, que na composição, ora em vigor, dos salários, a taxa de produtividade nacional já é levada em conta, porém como fator de inexpressiva relevância. Se a equação armada no Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento se assenta basicamente no crescimento do PIB e da renda per capita, o vigorante esquema disciplinar dos salários deverá sofrer profunda alteração. A estrutura dos cálculos não poderá continuar sendo feita à base da taxa de inflação. Deverá ter como seu ponto vital o índice de Produtividade o que, além do mais, estimulará empresários e trabalhadores à colaboração com o Governo, para juntos alcançarem os comuns objetivos.

5 — EDUCAÇÃO — O PND reiteradamente se refere aos vários aspectos do problema. A CNTI não pode deixar de trazer seu apoio às iniciativas governamentais em execução e que visam a melhoria do nível cultural do homem e põem a educação ao alcance de todos os brasileiros. É tal o entusiasmo da nossa entidade por esses programas que, embora de forma modesta, entendemo-nos convocados para participar da tarefa e, desde logo, situarmos o Programa de Ação da atual diretoria em dois pontos: Educação e Organização. O primeiro desses pontos

já teve seu deslanchamento, contando com a valiosa ajuda de todos os nossos representados.

6 — ESTRATÉGIA DE EXPORTAÇÕES — Solidariamo-nos incondicionalmente com o Governo nas posições até agora tomadas. Julgamos absolutamente imprescindível, tal qual exposto no PND, a diversificação da pauta de exportações e adoção de política contrária às tendências neoprotecionistas em países desenvolvidos.

A propósito, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria durante anos, devidamente autorizada, manteve vínculos sindicais internacionais, inclusive no continente americano. Quando da realização do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria em setembro de 1970, o Brasil procurava exportar produtos manufaturados para a América do Norte, e os trabalhadores daquele país se dirigiram ao seu Congresso pedindo fôsem tomadas providências que impedissem a importação. O conclave, face a omissão da organização sindical interamericana, determinou nossa desvinculação, em apoio à posição então assumida pelo Governo do Brasil.

7 — Ao terminar, devemos enfatizar que a política sócio-econômica da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, pela vontade de todos os seus filiados, se enquadra formalmente na moldura dos interesses nacionais. O PND é, sem dúvida, plano ambicioso, merecedor de aplausos, de compreensão e de apoio. É sonho realizável. É hipótese exequível. É programa de unidade.

Somamos nosso entusiasmo ao inúmeras vezes manifestado pelo Presidente Médici. Ao Brasil entregamos a parcela do nosso esforço, do nosso trabalho, do nosso suor, da nossa vida, para que muito breve consigamos ser um dos primeiros entre os dez países mais desenvolvidos do mundo.

Por escrito, Sr. Presidente, é só!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Estão abertas as inscrições para aqueles que desejarem interpellar o Dr. Ary Campista. De início, formulo a S. S.^a a primeira pergunta. Gostaria de uma explicação mais minuciosa a respeito dos esquemas disciplinadores dos salários e sugestões que V. S.^a dá para a sua fixação em bases e índices de produtividade.

O SR. ARY CAMPISTA — Dentro da necessidade imperiosa de se modificar a fisionomia de custos e salários, fomos forçados ao que se denominou sentido desinflacionário. Nesta oportunidade, os técnicos em economia, mais do que quaisquer outros, preocuparam-se com o problema universal que seria determinar se a inflação altera o salário ou se o salário é que altera o índice inflacionário. É claro que o fenômeno tinha assumido proporções desastrosas. Podemos nos recordar de dias vividos no pós-guerra da Alemanha em que, a princípio, se pagava salário semanalmente; depois, dada a perda de seu valor, passou-se a pagá-lo de três em três dias, diariamente, e no período que antecedeu à grande reforma econômica processada na Alemanha, constatou-se que o pagamento do salário se fazia, por vezes, em três parcelas diárias, evitando-se que, dessa forma, o trabalhador não pudesse empregar com rapidez o que recebia, e tivesse que assumir o ônus total da desvalorização da moeda.

A situação, na realidade, que precedeu a Revolução de 1964, indicava esse caminho.

Entretanto, com a devida permissão, nós entendemos que o remédio que deveria ser aplicado não o foi em dose demasiadamente maciça, porque na corrente que existe em todo mercado consumidor dos que têm renda de aplicação não compulsória, os que não vivem de salário, esses desfrutam de uma margem de renúncia que lhes permite continuar vivendo, embora haja uma certa contenção nas suas receitas. Enquanto que aqueles que se colocam quase que ao fim da fila, eles têm um programa a princípio anual, semestral, mensal e passa a ser quinzenal, semanal e diário. Uma renúncia. Comem manteiga, por exemplo. O azeite empregado era o portu-

guês. Decrescem e passam à margarina, ao azeite nacional, depois, ao óleo, e já abandonam a margarina e, progressivamente, aumentam, de muito, a sua margem de renúncia.

Em realidade, a equação armada para obter-se o grande programa de desinflação condicionou, de maneira enérgica, a concessão de melhorias salariais. Já não me reporto ao fato de isso teria, de certa maneira, afetado um pouco a nossa estrutura política.

Nós trabalhadores reconhecemos que, em virtude da disciplina sindical existente em vigor no País, a que nos adaptamos, embora tenhamos visto muitos outros tipos de sindicalismo nas outras partes do mundo mas, no sentido patriótico da comuna nacional, não nos opomos e, muito pelo contrário, nos adaptamos, conforme já disse, a esse esquema, a essa estrutura sindical, vigorante no País. Mas entendemos que sábios foram os legisladores que proporcionaram a esse sindicalismo legal — que não tinha aquela liberdade verificada em outros países mais desenvolvidos — meios de contornar problemas que surgissem nas relações de trabalho.

Em virtude da dificuldade de se dar legalidade a um movimento extremo, que serve mais como manobra de pressão de uma classe trabalhadora — como é a greve —, entregou-se a órgão próprio o dever de dirimir as dúvidas que surgissem nessas relações de emprego e a esse órgão se chamou Justiça do Trabalho. Entre as suas múltiplas funções, a ela competia determinar a taxa de aumento salarial que coubesse a categorias profissionais que suscitassem dissídio coletivo de natureza econômica.

Face à legislação vigente após a Revolução, aquele direito, que não tinha, evidentemente, limites — não se pode limitar ou não se deve limitar a ação da Justiça, ela deve encontrar a solução justa por si só, dentro das regras que a regem — essa legislação limitou, todavia, a ação da própria Justiça do Trabalho que, de uma certa forma, hoje se entende como homologadora de índices de aumentos previstos pelos órgãos técnicos de economia.

Essa disciplina salarial pôs em destaque a correlação preexistente entre inflação e salário. O problema, evidentemente, é de grande profundidade. Há, sem dúvida, uma correlação. Posso acrescentar que temos ouvido técnicos nacionais e estrangeiros sobre o problema e muitos deles afirmam, de maneira categórica, que a participação do salário como parcela no levantamento de custos ascende a cerca de 16%. Todavia, há quem discorde e chegue somente a 12%, e outros ainda a 20%.

Em realidade, é muito heterogênea a composição de cálculo de custo. Em certas indústrias, acreditamos que ela possa orçar em menos de 12%, enquanto que em outras talvez se chegue a 20%.

Ainda dentro desses termos, podemos considerar que o comando, a iniciativa empresarial pode, inclusive, evitar a maior projeção da parcela do salário no preço de custo, adotando automações e processos mais dinâmicos, mais evoluídos, industriais.

Mas, de qualquer forma, a correlação entre a inflação, entre o índice inflacionário e o coeficiente que determinaria a melhoria salarial, estava umbilicalmente ligada.

Entretanto, nós, trabalhadores, entendemos que a participação até agora registrada de uma taxa de produtividade nacional, conforme dissemos por escrito, muito reduzida, desestimularia, por um lado, o empresário que, podendo adotar medidas no sentido de melhorar a sua produção, não se sente absolutamente animado a fazê-lo, diante do fato de que os cálculos dependerão exclusivamente da parcela preponderante da inflação. Nesse mesmo sentido, temos uma certa contenção de estímulo em determinados setores da produção, ou seja, de trabalhadores, que não se sentem absolutamente convo-

cados a uma maior e melhor produção porque disso não resultará nada em seu próprio benefício, de vez que os cálculos permanecerão atados a uma parcela que independe da sua vontade e da sua ação.

De forma que, na realidade, para responder de forma concreta à indagação com que me honrou a Presidência, eu teria que exibir, nesta oportunidade, o esquema de cálculo, adotado no País, para se reatualizar salários. Confesso não os ter trazido, e de memória não me ocorre, neste momento, a participação percentual de cada um dos componentes no cálculo.

Acredito que nossa sugestão possa ser calcada nas aplicações que, aqui, acabo de prestar ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Tem a palavra o nobre Sr. Deputado Marcondes Gadelha.

O SR. DEPUTADO MARCONDES GADELHA — Exmo. Sr. Presidente, Ilmo. Sr. Líder Sindical, Dr. Ary Campista, ouvimos, com muita atenção, a sua brilhante exposição e ficamos agradecidos pela colaboração que traz aos membros desta Comissão, preocupados todos em fazer com que o Plano atenda, de melhor maneira possível, às camadas mais amplas da população brasileira.

Uma coisa, no entanto, me preocupa: V. S.^a declarou-se satisfeito com o Plano Nacional de Desenvolvimento. V. S.^a representante dos Trabalhadores na Indústria, melhor do que ninguém tem condições de dizer o que os trabalhadores esperam do Governo brasileiro, o que os trabalhadores esperam do Plano Nacional de Desenvolvimento, que é um modelo, que é uma filosofia a ser conduzida até 1974.

Acredito que V. S.^a pesou bem a responsabilidade de que se incumba, de que se reveste neste momento, falando em nome dos trabalhadores na indústria.

A meu ver, são os assalariados, exatamente, a parcela que menos compõe a comunidade brasileira, em níveis acima do marginal, em níveis acima da mera subsistência.

O Plano, infelizmente, é muito sucinto, no trato destes problemas, é muito escassa a matéria que diz respeito à ascensão destas camadas dentro da comunidade brasileira.

Verificamos, como V. S.^a bem frisou, que é um objetivo básico o aumento do Produto Interno Bruto a taxas cada vez mais dinâmicas, a elevação da renda per capita, de tal forma que ultrapasse 500 dólares, mas isso para nós não significa nada, quando temos dados do censo de 1970 mostrando que, dos 93 milhões de brasileiros, 90 milhões ganham menos de 500 cruzeiros mensais e 82 ganham menos de 200 cruzeiros. A nosso ver esta última camada, do ponto de vista econômico, simplesmente não existe, nem como consumo, nem como produção.

No entanto V. Ex.^a declara-se satisfeito com o Plano Nacional de Desenvolvimento. No que diz respeito à política salarial, o Plano assegura não apenas a manutenção do salário médio:

“A política salarial em vigor assegura não apenas a manutenção do salário médio real do trabalhador, compensando os efeitos da inflação, mas também o seu aumento progressivo, em termos reais, na proporção dos aumentos de produtividade da economia.”

Isso se refere ao problema do salário médio real. Parece-me uma forma de contornar o problema mais agudo, que é o do salário-mínimo.

Tenho aqui uma estatística do Banco Central mostrando aquilo que V. Ex.^a já conhece sobejamente — a evolução do valor real do salário-mínimo, a preço de 1953, em permanente decadência, desde 1.44, na Guanabara, em 1963 até 1.06, em 1970. O mesmo acontece em São Paulo. Decresceu de 1.84, em 63, até 1.03 em 70 e igualmente para Porto Alegre. Acredito que esta é a

situação nacional. No entanto, V. S.^a começou a esboçar uma política de reforma a respeito dos cálculos de salário. É de extrema importância e solicitaria a V. S.^a já que não dispõe dos cálculos de memória, que enviasse, com certa urgência, talvez amanhã, para que possamos salvar o Plano Nacional de Desenvolvimento, sob esse ângulo. Parece-me, há um esquecimento doloroso com relação ao salário real do trabalhador. Esta é a exigência que, se não fazemos, pelo menos os trabalhadores da indústria deveriam fazer; que V. S.^a apresente subsídios para que possamos modificar a política salarial do Governo, política essa que — a nosso ver — não condiz e não satisfaz as camadas trabalhadoras.

O SR. ARY CAMPISTA — Sr. Presidente, inicialmente devemos penitenciar-nos pelo fato de não termos esclarecido a maneira por que, de hábito, enfocamos e conduzimos nosso pensamento em debates desta natureza.

Via de regra, levado um documento à apreciação de um Plenário, e quando, de certa forma, os princípios ali expostos atendem, grosso modo, ao entendimento da coletividade presente, nós o aprovamos em bloco, sem prejuízo das ressalvas manifestadas.

Se me permitem talvez não se tenha dito isso da forma por que, na verdade, o fazemos em nossas reuniões. Mas o fato de termos aprovado o documento e apresentado ressalvas com referência a aspectos mais próximos da realidade operária, eu lhes peço que aceitem a maneira porque, de hábito, conduzimos esses debates.

Aprovamos em bloco o documento, mas, desde logo, deixamos expressa, preliminarmente, uma ressalva: é que se, na realidade, o Brasil precisa de uma integração de todos os seus setores de atividade, se o Brasil precisa dinamizar, não só a Nação como todo, mas cada um, a atividade de cada cidadão brasileiro, é preciso que se dê condição para que cada um não só cumpra o que tenha sido deliberado, mas participe, não só do debate do que vai ser deliberado, como também da elaboração da idéia que, posteriormente, venha a ser submetida à apreciação do povo.

E citamos o CONSPLAN, sem dúvida, uma forma que nós trabalhadores de hábito temos, para ressaltar esse aspecto do problema que hoje estamos enfocando. E dissemos mais, em abono da nossa tese, que um Conselho Consultivo de Planejamento daria bons frutos, tão bons frutos que acreditamos sinceramente que, pelos pronunciamentos feitos naquele colégio pelos atuais Ministros Antônio Dias Leite, Delfim Netto e Reis Velloso, foram eles guindados, no terceiro governo da Revolução, à categoria, à alta categoria de Ministros de Estado. As suas idéias foram expostas no Conselho Consultivo de Planejamento e lá estavam presentes trabalhadores e empresários. Eram públicas as suas reuniões.

Vejam bem quão bom seria que o Congresso Nacional tivesse em mãos um relatório dos debates verificados em um Conselho Consultivo de Planejamento sobre o PND. Lá certamente estariam os elementos subsidiários que agora nos solicitam e que teremos muito prazer e honra em atender, enviando-os a esta Casa.

Mas, mais adiante nós dissemos também, com referência ao aspecto social do Plano, que ele continha, em realidade, apenas as realizações concretas e já efetivadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

O SR. DEPUTADO MARCONDES GADELHA — Perdão, ele propõe uma política salarial baseada no salário médio real!

O SR. ARY CAMPISTA — Eu digo aqui: "com exceção do problema intrínseco de salários". Com referência a esse problema, não há nada de novo no PND. Tão-somente a conservação do *statu quo*, nada além.

E contra isso, levantamos, *permissa venia*, a idéia de que não há possibilidade de se obterem os dois maiores

objetivos do Plano econômico — o desenvolvimento do PID e da renda *per capita* — se não se adotar uma estrutura de cálculo que rompa o vínculo existente com a disciplina atual entre inflação e salário. Não entendemos que se deva romper totalmente esse vínculo. E confessamos o nosso pensamento a respeito, quando dissemos que, na realidade, o salário integra o cálculo de custo em 12, 14, 16 e até 20% em certas hipóteses muito raras.

Mas não é esse nosso convencimento e afirmativa que nos levam a aceitar a atual estrutura do cálculo, porque entendemos que, para atingir os dois maiores objetivos, que são o crescimento do PID e da renda *per capita*, necessário se torna estimular esses dois fatores de produção, que são o Capital e o Trabalho, a um novo tipo de compensação de um e outro. Poderíamos, talvez, levar nosso comentário a um outro problema que estamos vivendo e assumimos os ônus decorrentes de posições quando do rompimento das nossas vinculações internacionais. E saibam que essas vinculações proporcionavam condições financeiras extraterritoriais de interesse para alguns grupos, sem embargo do que rompemos o vínculo internacional em apoio à posição do Governo e do povo brasileiro. Então, quando disciplinamos um dos aspectos do PIS e nivelamos os interesses do capital indígena ao alienígena, criamos, *data venia*, um problema para o capital nacional, porque o que se conta, dentro de um capital, por maior que seja, é esse conteúdo humano, que é o trabalho do brasileiro. Nós deveríamos, repito, *data venia*, dar um grau de prioridade de atendimento ao nosso capital, na aplicação do PIS.

Penso eu que, talvez, os empresários tenham ferido ou enfocado este aspecto do problema com o maior interesse e propriedade. Mas não me poderia furtar a dar opinião de dirigente sindical brasileiro, em suma e na essência simples cidadão deste País, sobre um fato que estamos registrando, e que esperamos venha o Congresso Nacional a disciplinar de uma forma mais condizente com os interesses indígenas.

O SR. DEPUTADO MARCONDES GADELHA — Sr. Presidente, pediria a V. Ex.^a que encaminhe ofício ao Dr. Ary Campista solicitando a explicitação dos cálculos de reformulação, porque nós, como legisladores desse plano importantíssimo, precisamos saber o que os trabalhadores querem do Plano Nacional de Desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Eu já havia solicitado do Dr. Ary Campista que nos remetesse, ainda hoje, essas sugestões e esses cálculos a que V. Ex.^a se refere.

O Deputado Vasco Neto quer fazer perguntas. Antes de conceder a palavra a S. Ex.^a, devo lembrar aos Srs. Deputados e Senadores que, em face de não ter havido ontem a reunião ordinária que havia sido programada, para debate do plano, nós devemos fazê-la agora pela manhã. Ainda estão inscritos o Senador Virgílio Távora, o Deputado Dib Cherem e o Deputado Vasco Neto.

O SR. DEPUTADO VASCO NETO — Sr. Presidente, antes de mais nada, eu me felicito, mesmo a *posteriori*, pela insistência em trazer o Sr. Ary Campista a este Plenário.

Ouví, certa vez, no Rotary do Rio, ainda nos tempos conturbados, uma palestra corajosa de S. S.^a, em que ele dizia, em meio à demagogia então existente, que era conversa, que era balela falar em operário dirigente. O operário, quando passava a dirigente, tinha função patronal. O que era preciso, e eu percebi e nunca mais esqueci — daí o prazer com que vim assistir a esta conferência — o que era preciso era dar vez ao operário, em todos os sentidos, a tal participação que S. S.^a repete agora, na sua palestra. E é dentro deste espírito que vou fazer alguns comentários e pedir algumas sugestões.

Vemos, de início, que V. S.^a diz que há participação de 12 a 20% do salário no valor dos custos. E logo

acrescenta que o empresário deveria modernizar suas indústrias, e fala em automação. E aqui nós caímos num grande dilema. Num país carente de emprego como o nosso, automação reduz o emprego, a automação leva a emprego qualificado. E a nossa grande maioria é de mão-de-obra não classificada. Mas isto é uma decorrência dos tempos e não se pode fugir a ela. Nós estamos, realmente, ou no pórtico do adonismo ou à beira do caos. O cálculo do salário, isso me importa muito. Na equação, não será, evidentemente, complicado. Agora, o cálculo do salário foi o que me chamou a atenção na palestra de V. S.^a E exatamente sobre isto que eu gostaria de uma explicação, se não agora, em detalhes, quando for possível, com a rapidez que requer a resposta à minha pergunta.

O cálculo do salário foi feito, independentemente, sem levar em conta o fator da capacidade do operário indivíduo, isto é, aquilo que o operário pode dar em toda atividade e em lucro para a empresa. Este que é o grande fulcro em que podemos apoiar a alavanca para melhorar os nossos irmãos operários. Este me parece o ponto em que se poderia tocar para partir, não só para a melhoria de produtividade, como para incentivo ao operário. Eu gostaria que V. S.^a me desse uma explicação sucinta agora, e, posteriormente, com mais detalhes.

Gostaria ainda de indagar se na equação da formação do custo — parece-me que sim, porque a ideia partiu da CONSPLAN — os trabalhadores ou seus representantes participaram ou opinaram sobre a armação dessa equação.

A terceira pergunta: está aqui na página VI, também no item VI, "Política de Aproveitamento dos Recursos Humanos do País (que em 1973 ultrapassarão aos 100 milhões de habitantes) como Fator de Produção e Consumo."

Há algo aqui a corrigir, o que naturalmente o Relator o fará. Parece-me que esse duplo sentido que se dá "como fator de produção e consumo" da população total, vai levar, em consequência, o Governo a melhorar o salário, porque não é possível haver consumo sem a capacidade de compra.

Portanto, temos de partir para a melhoria de salários, para forçar, evidentemente, melhor aproveitamento, maior circulação de recursos.

Então, parece-me que, dentro desse sistema de ordem governamental, um sistema que procura nivelar, que é bom, é justo que se dêem ao Governo também os aplausos pelo que procura fazer em favor do trabalhador, ainda que não seja tudo.

Conversando com um dos dirigentes agora há pouco, eu dizia que o Plano é bom, mas há detalhes a serem corrigidos.

Então são três aspectos que gostaria que V. S.^a esclarecesse: se houve no cálculo da armação da equação este fator de capacitação do operário; segundo, se na formação da equação participou a ideia do trabalhador; e terceiro, se V. S.^a não vê neste aparente paradoxo de aumento de produção e de consumo um elemento de aumento de salário ao trabalhador.

O SR. ARY CAMPISTA — Preliminarmente, o cálculo vigorante disciplinador de salários prevê uma parcela de incidência a que se dá o nome de índice de produtividade nacional. É evidente que um índice de produtividade nacional sofre os reflexos de um maior índice de produtividade em determinados setores, mas, também, e talvez de forma muito mais ampla, sofre os mesmos reflexos, porém aí negativos, de certos setores onde essa produtividade, inclusive, não pode ser aferida.

É evidente que na classificação universal das atividades — primárias, secundárias e terciárias — nós temos índices de produtividade diferentes entre si. E o Brasil

passa por uma fase difícil, de transposição, de uma falta de cultura global, para uma fase de cultura razoável.

O fenômeno até agora visualizado nos permite adiantar que se dá uma distorção completa dessa classificação universal das atividades. Então, nós temos a transposição de grande número de trabalhadores da fase primária para a fase terciária. Esse problema, de certa forma, é não diria enfocado, mas **em passant**, é referido no PND.

O homem da lavoura, o homem do sal, de certas atividades primárias de extração, fica sujeito ao fenômeno da safra e da entressafra, o que origina o subemprego. Nesse lapso de tempo, ele busca uma atividade que lhe dê renda, que lhe dê possibilidade de subsistência, e aí é evidente que para a sua transposição de primeira fase, a fase primária, para a secundária, ele teria necessidade de ter sido adequadamente educado, instruído. Como solução, se lhe oferece o próprio contexto social e intelectual do País; ele busca, como recurso, a fase terciária que praticamente não apresenta índice de produtividade. Isto dilui, numa composição nacional, o índice de produtividade. É evidente. Os que produzem sofrem os reflexos negativos de uma grande maioria que não produz, porque não tem condições de fazê-lo.

Dai por que os órgãos sindicais, não só da indústria como do comércio, de transportes, bancários etc., procuraram, quando equacionaram o problema de reajustamento salarial, não só perante as autoridades administrativas como também as judiciárias específicas, tentaram baixar o nível de produtividade do nacional para o estadual e até, em certos casos, para o profissional global.

Temos um caso específico de trabalhadores na indústria de petróleo, que é indústria nacional, que tem um quadro de funcionários nacional. Tentaram eles mostrar que a produtividade registrada naquela indústria era muito e muito acima daquele índice de produtividade nacional acusado pelos órgãos governamentais. Os bancários também tentaram igual medida. Mas, são tentativas que, na maior parte das vezes, têm sido frustradas.

E com isso estou dizendo ao ilustre parlamentar que a nossa dificuldade não é chegar ao ponto ideal de conferir uma produtividade pessoal, individual ou mesmo empresarial de uma determinada empresa; a nossa dificuldade é conferir o índice de produtividade de um Estado, porque o previsto é o nacional.

No nacional se dilui esse índice, através da improdutividade registrada com a transposição de trabalhadores, maciçamente, da fase primária da produção para a fase terciária, sem que passem por aquela que, na verdade, poderia apresentar um índice de produtividade. Então vemos homens analfabetos que saem da indústria da cana ou do sal, como sabe o ilustre Senador, aqui presente. Lá na terra de S. Ex.^a centenas e até milhares de trabalhadores, naquela região, estão perdendo o emprego porque entraram na entressafra e saem dali analfabetos, na maioria. Com pouca cultura, eles não podem ir para uma indústria química ou para uma indústria de tecidos ou mesmo metalúrgica, enfim para uma indústria; eles buscam a terceira fase, onde nem sempre é exigido um índice de cultura que lhes permita ganhar o suficiente para continuarem vivendo.

Por isso as dificuldades são muito maiores, ilustre Sr. Deputado Vasco Neto.

Acredito até que nos achariam meio fora do tempo e do espaço, se tentássemos apresentar um índice de produtividade pessoal ou individual, quando não se tem conseguido sequer um índice de produtividade industrial, ou por Estado ou por Região.

Talvez eu tenha dado a V. Ex.^a a resposta adequada à primeira pergunta.

Quanto à segunda pergunta, o CONSPLAN nasceu de entendimento do primeiro Governo da Revolução

de que o Brasil devia marchar de forma acelerada para sua integração.

Foram chamados, sem dúvida alguma, os maiores conhecedores dos problemas econômicos e sociais. Não me recordo, com exatidão, do nome de todos quantos foram convocados, por serem técnicos especializados nos vários assuntos que diziam respeito à vida econômica, social e mesmo política do País.

Tive a honra, conforme documento que exponho ao Sr. Presidente, de ser membro do Conselho Consultivo do Planejamento, com decreto de 5 de março de 1965, publicado no *Diário Oficial* de 8 de março de 1965.

Exibo aos senhores a credencial firmada pelo Exmo. Sr. Ministro Roberto de Oliveira Campos, expedida a 9 de março de 1965. Posso adiantar que nem uma só vez deixei de, naquele Colégio, manifestar o pensamento que anteriormente havia coletado dos trabalhadores na indústria.

Do Conselho participavam, também, representantes dos comerciantes, dos bancários, dos transportes — terrestre e marítimo — e de comunicações e publicidade, em reuniões públicas, e estamos convencidos de que a nossa participação, a um nível em que o Conselho se colocara, fazia com que as sugestões apresentadas e as emendas ali também registradas, fossem levadas à consideração superior e resultassem benéficas para o povo.

Trata-se de um Conselho Consultivo que não vai, de forma alguma, impedir que determinados conceitos ou filosofias possam vir a prevalecer na condução da vida econômica e social do País. E penso que, dessa forma, dei a V. Ex.^a as informações solicitadas, ainda com um terceiro ponto.

Na "Síntese: As Realizações Nacionais", no item VI, lê-se o seguinte:

"Política de aproveitamento dos recursos humanos do País (que em 1973 ultrapassarão os 100 milhões de habitantes), como fator de produção e de consumo."

Preliminarmente, devemos dizer que o enunciado está colocado em nível que não permite exame metucioso, porque não contém, absolutamente, detalhes.

Em realidade, acérca da política de aproveitamento dos recursos humanos, como fator, não de produção, mas de consumo, já tivemos oportunidade de, nesta Comissão, manifestar nossa discordância, *data venia*, sobre a maneira por que se pretende conseguir a sua efetivação, dado que, colocado o salário nos termos em que o foi, até agora, não se estimulam empresários, nem trabalhadores, para alcançarem maior e melhor produção.

Por último, se V. Ex.^a, nobre Deputado Vasco Neto, me permite, poderia reportar-me àquele conflito a que V. Ex.^a se referiu, entre produção e automação.

Queria recordar que, nos idos 1700 e tanto, surgiram pela primeira vez no mundo as máquinas industriais. E os trabalhadores lutavam tremendamente, mais do que hoje, neste Brasil, pelo maior número de empregos. Eram pouquíssimas as indústrias, pouquíssimos os empregos, muito mais operários à procura, em busca de salário e, conseqüentemente, de empregos, do que de empregos que lhes eram oferecidos. Neste justo momento, nenhuma legislação social impedia que um ser humano trabalhasse dezoito, vinte horas por dia, sem embargo à inteligência do homem tê-lo levado a criar a máquina industrial. E a pouca compreensão dos trabalhadores daquela época fez com que eles procurassem destruir, conforme destruíram, quase todas as máquinas industriais da Inglaterra, máquinas a que chamavam de "monstros de ferro", num movimento que hoje é conhecido como *luddista*.

O operário do século XX já deve pensar de forma diferente daquela época em que foi encontrada a solu-

ção. Quem perdeu o emprego em uma fábrica de fiação e tecelagem, pelo simples fato de que se inventou uma máquina que poderia substituir 5 ou 10 tecelões, usando do ensinamento histórico e da cultura que o mundo moderno procura proporcionar a cada um, vai em busca da fábrica que faz a máquina. É claro que se pode disciplinar de forma equânime este problema, dentro de uma contextura sócio-econômica, isto é, não só prepararmos, especializarmos operários em determinados setores de atividade, como também conduzi-los para onde possam auferir salários em troca da prestação de seu trabalho.

Por isso me reportava eu a Departamentos especializados existentes em Ministérios que não o do Planejamento e Coordenação, como o do Trabalho e Previdência Social, e que são o Departamento Nacional de Salários e Departamento Nacional de Mão-de-Obra, cuja função precípua seria exatamente esta e a ele portanto, a estes Departamentos, devem ser conferidas estas tarefas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Não havendo mais oradores inscritos para esta oportunidade, retornamos ao rito ordinário da nossa reunião.

Antes de fazê-lo, porém, quero consignar os melhores agradecimentos ao Dr. Ary Campista, que gentilmente aquiesceu ao nosso convite para prestar esses importantes esclarecimentos na análise e no debate do Plano Nacional do Desenvolvimento. Agradeço penhoradamente a atenção com que S. S.^a aqui compareceu e o felício pelos judiciosos conceitos que expendeu em torno desse momentoso problema.

E quero pedir ao aillustre Deputado Parsifal Barroso que acompanhe o Dr. Ary Campista até a saída do Senado Federal, em nome desta Comissão, uma vez que estamos impossibilitados de deixar esta Presidência, em virtude da continuidade da reunião. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Damos início, neste momento, à segunda fase de nossa reunião, que tem, agora, caráter ordinário.

Está inscrito o nobre Senador Virgílio Távora, a quem concedo a palavra.

O SR. SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Presidente, inicialmente, uma pergunta: qual o tempo disponível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Por parte da Presidência, *quantum satis*; por parte dos Colegas, de acordo com a resistência de cada um.

O SR. SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA — Agradecemos a V. Ex.^a

Dado o feriado de ontem, certos estávamos de que a sessão de intervenção dos diferentes membros da Comissão havia sido completamente superada, razão por que não trouxemos dados mais amplos para nossa opinião. E a escusa vai ser a falta de tempo. Portanto, para ser sintético e termos clareza dentro do tempo concedido, gostaríamos, inicialmente, de deixar explícito o fato de que apesar da ação da Presidência distribuindo fartamente uma síntese dos diferentes atos e diplomas pertinentes ao chamado Plano Nacional de Desenvolvimento, temos ouvido falar em aprovar o Plano.

Sem entrar no mérito do que deveria ter sido remetido ao Congresso, está bem: óbvio que estamos apreciando, com todas as limitações possíveis, apenas as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento. Aliás sua Excelência o Senhor Presidente da República, embora se referindo ao Plano, deixa claro, pela apresentação do Projeto de Lei n.º 18 que são mesmo essas diretrizes o objeto de nossos trabalhos.

Daremos, pois, nossa opinião sintética sem nossos documentos de pesquisa. Não sei bem se apresentaremos emendas ou ressalvas, nem importa o pormenor semân-

tico, mas uma forma de aperfeiçoamento do documento apresentado à nossa apreciação.

Há, de início, o esquecimento ou a omissão seja por que motivo for, de todo um sistema que se está implantando oficialmente no Nordeste: as companhias Integradas de Desenvolvimento Agrícola. Cremos que será mais harmônico e não nos atrapalhará o raciocínio falarmos no desenvolvimento sempre apreciando o conjunto de instituições, incluindo o que já existe quanto à comercialização dos produtos do Nordeste. Do mesmo modo, podemos nos referir às exportações do Nordeste já que há constantes estratégias baseadas na exportação e comércio exterior, em geral.

O aumento do emprêgo é uma taxa simultaneamente modesta e ambiciosa. Modesta para as demais aspirações em termos de mercados e ambiciosa em termos do diagnóstico.

Repetirmos que não conseguimos descobrir no Plano uma demonstração de que a participação do trabalho venha a ser na produtividade um elemento de elevação do padrão geral de vida. Vimos apenas aqueles dois grandes índices: investimento bruto fixo — 58% e elevação do PIB — 48%. Isso pressupõe uma excelente performance em matéria de produtividade. Aumentar em 3 anos o investimento bruto fixo em 58% e o PIB em 41%, saberia qualquer aluno de Economia que é uma tarefa pesada.

E neste ponto permitir-nos-ia chegar à estratégia da pág. 14, onde se lê:

“II — Na área do Programa de Integração Nacional: 1) transformar a agricultura do Nordeste, na forma do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agricultura do Norte e Nordeste (PROTERRA) tornando viável — econômica, social e politicamente — o desenvolvimento da agricultura do Nordeste, para mudar em economia de mercado a sua agricultura tradicional, com a racionalização da estrutura agrária e a introdução de nova tecnologia em suas culturas básicas; e ainda desenvolver o Programa de Irrigação do Nordeste; 2) expandir a fronteira agrícola, para incorporar os vales úmidos do Nordeste, notadamente o do São Francisco e novas áreas na região amazônica e no Planalto Central.

III — Modernizar as estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas mediante: criação de estruturas especializadas de Transportes (Corredores de Transportes), associadas à modernização dos principais portos; programas de crédito aos produtores rurais, para ampliar a capacidade de estocagem a nível de fazenda, bem como ao setor privado, para expandir a armazenagem intermediária, instalação do sistema nacional de Centrais de Abastecimento e, nos principais centros urbanos, redes de supermercados e outros sistemas de auto-serviço.”

Pareceu-nos que o plano omitiu completamente as CIDAS, Companhias Integradas de Desenvolvimento Agrícola.

Uma das falhas de nosso processo de planejamento ainda é a falta de integração e harmonização dos diversos organismos descentralizados de desenvolvimento.

Nós nos permitiríamos, até por coerência com nossos trabalhos com a Comissão de Estudos para o Nordeste, dar um destaque todo especial à exportação no Nordeste, até à criação de um distrito industrial livre para a exportação. Também tal instituição viria de encontro a uma política de fixação e fortificação do setor agrícola nordestino se nos detivéssemos na escolha de sete ou seis produtos não gravosos.

Outro aspecto das minhas observações é a energética. Foi grande nossa satisfação em verificar que o Governo deu bastante ênfase ao setor de energia nuclear.

No seu item I da seção, o Plano fala da implantação de uma central nuclear para 600 mil quilowatts. Num plano de tecnologia tão refinada como o da energia nuclear é de esperar-se que muita atenção seja dedicada aos projetos. Por isso mesmo notamos a omissão da segunda usina também como parte das cogitações já presentes em organismos de planejamento descentralizado.

Responsáveis que fomos pelo relatório da COCENE, teríamos apreciado a lembrança da criação de um grande porto de exportação na região Nordeste, a exemplo do que o Governo já está fazendo no Rio Grande do Sul. A Comissão vai bater-se também sobre uma política mais agressiva de transportes para a região.

Como um todo, do que se pode depreender, o plano é bom. Temos dúvida de sua execução se não houver uma mobilização bastante efetiva da opinião pública. Mesmo porque a dificuldade nesse aspecto é o fato de ser um trabalho que ressalta muito mais as metas físicas de produção do que as metas humanas que são alcançar objetivos através da produção. E, na verdade, o que dizemos de modo mais adequado em nosso voto escrito. Somos dos que acreditam num Brasil forte e grande, baseado nos seus recursos humanos, portanto, o homem é a nossa meta. Esperamos que atingidas as metas concentradoras em 1974, como uma etapa intermediária de nossa planificação direcionada ao homem, já possamos voltar os olhos para uma reestruturação social e uma redistribuição da forma de propriedade de riquezas, melhor redistribuição consequente da renda para integração de todos os brasileiros à vida nacional.

Quando estudamos de início o documento de apresentação do Plano, achamos básica a apreciação das análises que temos recentemente feito com o Professor Ney Marques. Ele caracteriza como característica básica do processo de desenvolvimento econômico da América Latina a relativa rigidez da oferta dos bens e serviços e de ocupação devida a um processo deficiente de formação de capital, baixa produtividade da mão-de-obra e falta de uma classe empresarial realmente capacitada. Refere-se também, como a maioria dos economistas latino-americanos, à má distribuição da renda.

Na fixação de metas quantitativas também fariamos ressalva. Parece-nos de maneira demasiado global, sem destaque claro de prioridades. Talvez as pudéssemos inferir pelo quadro IV, pela alocação de recursos, mas essa inferência pode não ser correta, no que consultariamos o Senhor Relator.

O controle, é de supor-se seja feito pelo órgão diagnosticador ou por um conjunto de organismos em implantação. Em grandes traços está o âmago do que deseja o Governo.

Caracterizou o Primeiro Plano, ou pelo menos suas diretrizes que apreciamos no Congresso, a mesma premissa de valor que tem embasado o desenvolvimento nos últimos tempos. Repetimos que nos pareceu que a idéia de produção sobrepuja a de atender necessidades humanas através da produção. E gostaríamos de que não nos atribuissem um jogo de palavras. É que a rara afirmação de objetivos humanísticos não é mantida nas prioridades pelas quais se procura elevar o PIB. Somos de opinião que para real afirmação de algumas das metas um dispositivo de maior execução está carente.

Não temos, aliás, qualquer dúvida em afirmar que uma fase do enriquecimento nacional pode ser previamente concentradora para, numa futura etapa do desenvolvimento, ser distribuidora. Não há no plano suficientes formas de redistribuição para vir de encontro da afirmação de maior participação do fator trabalho nos acréscimos de produtividade. Na próxima etapa de planejamento, é de se esperar, seria feita uma distribuição mais efetiva e equânime. Esta é, na realidade, a afirmação do Plano que mais se contradiz. Tratar-se-ia, pensamos nós,

de deliberadamente, adiar o progresso individual da maioria enquanto alguns manejam os recursos para as gerações futuras.

Do ponto de vista técnico, queremos deixar claro, o expediente estratégico é perfeitamente válido. Apenas discutiríamos se o é também sob outros pontos de vista, se é compatível com nossa filosofia, por exemplo.

Está bastante enfatizada a elevação do produto em 41%, da renda per capita, e mesmo do emprego, 13%. Sucessivas vezes pretende-se ampliar o mercado agrícola, ordenar o mercado industrial, fortificar a empresa etc. Não nos parece que os problemas de índice sejam tão relevantes que possam se sobrepor às metas menos expressáveis porque de ordem institucional, como a integração social e nacional. Por isso mesmo ainda é a variável que melhor pode indicar o desenvolvimento esperado àquela referida ao emprego: 13% globais para o período ou 3,1% ao ano.

Com efeito, as características limitantes de nossa economia chocam-se com as chamadas aspirações sócio-econômicas comuns aos países que se querem desenvolver. Da limitação como exigências, surgem os desequilíbrios fundamentais e as contemporizações sociais e políticas. O entrechoque é esvaziado em pressões inflacionárias permanentes, desequilíbrio crônico do Balanço de Pagamentos e subemprego.

Estará o nosso Plano respondendo às aspirações e necessidades socio-econômicas ou a esses mecanismos, ou pretende corrigir mecanismos de ajuste paliativo?

Tomando que possível seja só com esta grande carta de intenções submetidas ao Congresso analisar a pergunta é que vamos apreciar o Plano. Ele implica numa fase do processo interativo que pode ser destacado em: opção filosófica ou declaração de princípios, diagnóstico e prognose, explicitação de objetivos. Depois verificar-se-á no estudo a quantificação das metas, a fixação de programas para execução das metas e um sistema de controle quer da executabilidade ou viabilidade técnica como do próprio andamento ou execução dos programas.

Feita a ressalva de que estamos apenas diante das diretrizes, das quais muito deve ser inferido, apenas, passando de raspão pelo aspecto metodológico da apresentação, diremos que realmente parece haver da parte do Governo uma vontade ou intuito de institucionalizar o que vem sendo feito desde 1943. Com a Missão Cook se pretendia e iniciou no Brasil a sair da época de improvisação e dos orçamentos e planos sem significado para algo que realmente pudesse responder às aspirações populares. O ponto máximo desse desenvolvimento intelectual podemos marcar pelo que conhecemos do Plano Decenal. Sentimos que a maioria das metas do atual plano tem suas bases naquele trabalho que engrandeceu a vida pública brasileira.

Analisado, admitimos a opção filosófica como implícita na página em que se expõe os objetivos, pág. 5. Fariamos uma pequena restrição ao que nos parece certa contradição entre metas, elas estão nesses modelos de concentração de direcionamento mercantilista que vemos em conjunto.

Assim, na meta da expansão do mercado em comparação com as políticas de emprego pode haver uma modestia que venha a frustrar os resultados. Como foi apresentado o diagnóstico muito lacônico não nos permite uma verificação dos termos quantitativos dessa expansão de mercado. Realmente, depois de cuidar do orçamento anual e do plurianual, documentos que pela primeira vez são apresentados ao Congresso de forma coerente, pode ser que não tenha sobrado muito tempo ou julgado desnecessário ao Ministério do Planejamento expor de modo mais claro e explícito o Plano. Ele apresenta até, com nossas escusas, já que não somos vernaculistas, repetições e análises que não prejudicando o conjunto depreciaram bastante a

forma. O nobre Relator, S. Ex.^a o Senador Accioly Filho, levará em conta os pequenos ajustes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Nobre Senador Virgílio Távora, percebe-se facilmente, pelo alto significado da contribuição dessa parte, não só ao Sr. Relator como, de resto, a todos os membros da Comissão, que devemos ainda, na medida de nossas possibilidades, ouvir os Srs. Congressistas que queiram também se manifestar. Essa é contribuição da maior importância, não só para o Congresso Nacional como para o Governo, também. Nestas condições, vou, na reunião da tarde, examinando aqui o problema de tempo e de horário, possivelmente marcar duas reuniões, amanhã, para que os Srs. Deputados possam fazer explicações com relação ao Plano. Tudo isso comporá uma documentação que não só fixará nossa posição, mas, de resto, significará subsídios para o próprio Governo, na execução e na implantação posterior do Plano.

Estão inscritos os Deputados Dib Cherem e Vasco Neto. Entretanto, de vez que a hora já está muito adiantada, à tarde, marcaremos nova oportunidade de reunião ordinária, que faremos, quando e inclusive o Sr. Senador Virgílio Távora, se o desejar, poderá alargar a faixa de suas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Senador Osires Teixeira.

O SR. SENADOR OSIRES TEIXEIRA — Sr. Presidente, as apreciações formuladas, ainda há pouco, brilhantemente, pelo Senador Virgílio Távora, foram à guisa, preliminarmente, de defesa de emendas que S. Ex.^a apresentará à Comissão. Eu perguntaria a V. Ex.^a: tenho algumas emendas já formuladas e entregues à Comissão competente, no dia de hoje; naturalmente iria defendê-las. Seria no momento da discussão de emendas ou reservar-se-iam esses encontros para apreciação genérica a propósito do Plano?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Exato. Como entendo que são do maior interesse para o exame do debate do plano considerações do tipo das que acaba de fazer o Senador Virgílio Távora, em função disso é que entendo ser necessário ainda a marcação de duas reuniões ordinárias, o que provavelmente faremos amanhã. Se não for possível por razões de tempo, V. Ex.^a então teria oportunidade de defender as suas emendas e sobre o Plano, quando da leitura do relatório.

O SR. SENADOR OSIRES TEIXEIRA — Exato. A pergunta é porque eu teria alguma modesta contribuição de apreciação genérica do Plano e teria a obrigação de defender as emendas que eventualmente seriam apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — A Presidência comunicará aos membros da Comissão a hora da reunião, amanhã.

O SR. SENADOR OSIRES TEIXEIRA — Eu queria que V. Ex.^a, de já, me inscrevesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Considerarei V. Ex.^a inscrito para falar nessa reunião ordinária.

O SR. DEPUTADO VASCO NETO — (Sem microfone)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Verifique V. Ex.^a que a negativa de conceder-lhe a palavra é muito mais no sentido egoístico: e que queríamos ouvi-lo integralmente.

O SR. DEPUTADO VASCO NETO — Estou absolutamente de acordo com V. Ex.^a e me perdoe a tirada humorística. Mas, o fato é que todos nós temos alguma coisa para dizer.

De minha parte, já o fiz, por escrito, a V. Ex.^a, com discordância total em apreciar-se primeiro o OPI, para

depois o PDN. Mas, o que eu queria dizer a V. Ex.^a é que talvez amanhã, de manhã, me seja extremamente difícil, porque as comissões já foram atrasadas um dia, para eu atender o chamamento de V. Ex.^a As reuniões de comissão, da qual sou o Vice-Presidente, tive que adiar para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Ou faremos amanhã, de manhã, ou à tarde.

O SR. DEPUTADO VASCO NETO — A tarde, possivelmente, eu estaria à disposição de V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — De qualquer forma, não queremos abrir mão dessa contribuição de V. Ex.^a

O SR. DEPUTADO VASCO NETO — Inclusive, estou aqui com várias emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Estou vendo um pouquinho além, porque estes documentos me parecem fundamentais e deveriam ficar arquivados, para marcar a posição do Congresso. É uma contribuição, um documento de muita importância.

Convidando V. Ex.^a para a reunião das 15 horas, em que estará presente o Sr. Ministro Reis Velloso, levando a presente reunião, e à tarde anunciarei a convocação da seguinte.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 20 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, destinada a ouvir a exposição do Sr. Ministro Reis Velloso, titular da Pasta do Planejamento e Coordenação Geral, sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento.

Comunico aos Srs. Membros da Comissão Mista que fica marcada uma reunião ordinária da Comissão para amanhã, quinta-feira, às 15 horas.

A reunião ordinária se destina a que os Srs. Congressistas possam, a exemplo do que ocorreu hoje, na reunião matinal, expender considerações e apresentar sugestões relativamente ao Plano Nacional de Desenvolvimento.

Desde já deixo abertas as inscrições para os Srs. Congressistas que desejarem fazer interpelação ao Sr. Ministro de Estado, após a exposição de S. Ex.^a

Desejo convidar o Sr. Presidente, em exercício, do Congresso Nacional, Senador Carlos Lindenberg, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Deputado Pereira Lopes, e o nobre Senador João Cleofas, Presidente da Comissão de Orçamento, para participarem da Mesa. (Pausa.)

Esta reunião se destina a ouvir a exposição do Sr. Ministro João Paulo dos Reis Velloso, ilustre titular da Pasta do Planejamento e Coordenação Geral, sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento, objeto de exame e de debate nesta Comissão Mista do Congresso Nacional. S. Ex.^a, o Sr. Ministro aquiesceu ao convite desta Comissão, para prestar esclarecimentos às duas Casas do Congresso Nacional, no encerramento dos debates que iniciamos, com o objetivo de dar maior divulgação a este importante documento do Governo.

Neste momento, é desnecessário, por parte da Presidência, falar alguma coisa a respeito do Ministro Reis Velloso, um dos mais jovens e competentes membros da equipe governamental do Presidente Médici. S. Ex.^a, por força do seu invulgar talento, de suas qualidades de inteligência, de sua honradez, de sua probidade e de sua eficiência, tornou-se credor da admiração e do respeito de todos os brasileiros.

Inicialmente, S. Ex.^a fará uma exposição; tão logo esta se encerre, os Srs. Congressistas dirigirão a S. Ex.^a as perguntas que desejarem, para o que as inscrições já estão abertas.

Passo a palavra ao Sr. Ministro Reis Velloso.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Sr. Presidente, em exercício, do Congresso Nacional, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente da Comissão Mista, Srs. Líderes, Srs. Membros da Comissão Mista, Srs. Congressistas.

Desejo, inicialmente, agradecer a honra que me conferiu esta Comissão Mista com o convite para participar desta Sessão, e felicita-la pela iniciativa dos debates aqui travados que deram, sem dúvida, uma dimensão mais alta à análise do projeto do Plano Nacional de Desenvolvimento.

Minha exposição deverá cobrir, essencialmente, três pontos; 1.^o uma apresentação rápida do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento, ou seja, o modelo através do qual se deseja transformar o Brasil em sociedade desenvolvida; 2.^o evidenciar a rigorosa compatibilidade que existe entre as prioridades definidas no Plano Nacional de Desenvolvimento e a destinação de recursos aos setores e regiões; 3.^o a interpenetração que há entre a revolução material que se está procurando fazer no Brasil, em termos de condições econômicas, e a revolução social e humana que dá sentido àquela revolução material.

O primeiro quadro apresenta as características essenciais do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento:

I — Modelo Econômico, capaz de incorporar os instrumentos modernos de um sistema econômico misto, de Governo e setor privado.

II — Estratégia Econômica de Competição e Integração, para tirar proveito dos "trunfos" de que o País dispõe, na aceleração de seu desenvolvimento auto-sustentável.

III — Estratégia Externa, capaz de tirar proveito, para a aceleração do desenvolvimento nacional, da crescente interconexão e interdependência econômica entre as nações.

IV — Modelo Social, pela Política de Integração Social destinada a assegurar a sociedade economicamente aberta, com participação de todos nos resultados do progresso econômico.

V — Modelo Político, voltado para a construção das instituições destinadas a realizar o desenvolvimento sob regime democrático.

VI — Segurança Nacional, Interna e Externa.

VII — Sentido Global do Modelo: Preservação dos Valores Humanos e Culturais do País, para, na construção de uma sociedade industrial nos trópicos, dar forma racional e elaborada à visão do mundo e à escala de valores que a consciência nacional reconhece.

É a idéia de realmente preservar a identidade nacional brasileira ao realizar esse modelo de desenvolvimento.

Essencialmente, algumas características do tipo de sociedade que se pretende construir no Brasil.

Primeiro, como indicado, realizar uma sociedade industrial nos trópicos, mas com preservação da identidade nacional brasileira e dos valores humanos e culturais da nossa civilização, depois a idéia de que é possível realizar uma síntese dentre a tecnologia mais moderna e o humanismo moderno, no sentido de fazer chegar os resultados do progresso tecnológico, às grandes massas, como se deu na sociedade ocidental nos últimos séculos. Uma sociedade aberta econômica, social e politicamente, para realização efetiva de uma democracia econômica, social, racial e política.

Essa idéia de uma visão global do modelo e, principalmente, na sua dimensão social e humana, não constitui novidade, porque está nos pronunciamentos do Presidente Médici, desde o início do seu mandato.

Lembraria a oportunidade da definição do Presidente, quando encaminhou ao Congresso Nacional a mensagem propondo o Programa de Integração Social da seguinte forma: "Na Mensagem deste ano ao Congresso Nacional afirmei que o Governo não compreende a prática da justiça social senão em termos de distribuição da riqueza global e tudo pretende fazer para que o desenvolvimento econômico seja simultâneo com a promoção social dos trabalhadores; que não dê ensejo à formação de castas ou classes privilegiadas, mas represente oportunidade para que os níveis de poder aquisitivo dos assalariados os torne, cada dia mais, partícipes da riqueza comum da nação.

Fiel a esse princípio, acentuei, no mesmo documento, o fundo profundamente humanista da política social do Governo que contempla o homem — empregador ou empregado — como um fim e não como um meio para que o trabalho seja não só trabalho do homem mas trabalho em prol do homem."

Com esta idéia das características essenciais do modelo de desenvolvimento poderíamos lembrar que esse objetivo maior da criação da sociedade desenvolvida, e não apenas de realizar o crescimento econômico, está no projeto do Plano, desdobrado, no tempo, em três objetivos principais:

1.º — A tarefa de uma geração. Que realmente esta geração pudesse entregar à próxima um País que, nos principais indicadores, econômicos e sociais — indicadores de renda e emprego, de distribuição de renda e assim por diante —, já correspondem, mais ou menos, aos níveis das atuais nações desenvolvidas.

2.º — Nesta década, a idéia de que entre 1969 a 1980 fôsse possível dobrar a renda *per capita* do Brasil.

3.º — A consecução de certas metas para que, na altura de 1974 — e aí cobrindo principalmente o horizonte do próprio Plano — o País já estivesse com o Produto Interno Bruto na altura de 54 bilhões de dólares e uma renda *per capita* que ultrapassaria os 500 dólares.

Os demais indicadores estão contidos no primeiro quadro do PND; 1974 — Dimensões da Economia Brasileira. Ao mesmo tempo em que aquele objetivo máximo foi decomposto no tempo, na forma indicada, a idéia de que para que o próprio crescimento seja auto-sustentável há necessidade de que alguns objetivos-condições sejam atendidos, como, por exemplo, a realização da meta de emprego superior ao crescimento populacional, e a contenção progressiva da inflação, para que se alcance uma relativa estabilidade de preço, na altura de 1974.

No tocante ao segundo ponto, mostraríamos a relação entre as prioridades definidas e os instrumentos propostos no projeto do Plano Nacional de Desenvolvimento, essencialmente para assinalar que, neste projeto, não se fez uma manifestação de intenções do Governo porque, na verdade, o que o Executivo propôs ao Congresso Nacional foi, dentro daquele tipo de sociedade já configurada, em consonância com o modelo global, a definição de uma opção econômica para o Brasil, em termos daquela economia de mercado que foi referida para criação daquela economia competitiva dinâmica e moderna, assim como definições de política e decisões em termos de instrumentos para realização dos objetivos propostos e para execução da estratégia de desenvolvimento concebida.

Evidentemente, o Plano em si não é um documento isolado, mas faz parte de um conjunto consistente, compreendendo o próprio Plano e, como visto, é documento altamente sintético, com 60 páginas apenas, o Orçamento Plurianual de Investimentos e as medidas de execução, a nível dos diversos Ministérios que poderiam, oportunamente, ser consubstanciadas num terceiro documento con-

sultivo de implementação do Plano e de implementação e Orçamento Plurianual de Investimentos.

A verdade é que este Governo nunca definiu prioridades sem que a locação de recursos correspondesse, imediatamente, àquela prioridade. Nunca aprovou, a nível executivo, nem jamais propôs ao Congresso, qualquer projeto ou programa sem que houvesse um esquema financeiro correspondente. E foi geralmente a definição do esquema financeiro que determinou a oportunidade do encaminhamento ao Congresso ou da aprovação, pelo Executivo, de determinadas medidas. Isso se verificou no tocante ao Programa de Integração Nacional, ao Programa de Integração Social, ao MOBRAL, ao PROTERRA, ao PRORURAL, ao PASEP, ao Programa Siderúrgico, ao Programa de Construção Naval e todas as grandes execuções verificadas no Brasil.

Ainda a propósito, lembraria que o Sr. Presidente da República fez duas viagens da maior significação, uma ao Nordeste, uma à Amazônia, há pouco mais de um ano, e naquelas duas ocasiões foi aprovado um conjunto de decisões em favor da Amazônia e um conjunto de decisões em favor do Nordeste.

Recentemente, tivemos a oportunidade de submeter ao Sr. Presidente da República relatório mostrando que todas as medidas anunciadas pelo Presidente, naquela ocasião, tinham sido executadas. Deste modo, é possível passar a um novo estágio de tomada de decisões.

Vale a pena focalizar essa correspondência entre as prioridades indicadas no plano e a destinação de recursos da seguinte forma: o próprio plano já apresenta números globais, como mostra o projeto — um programa de investimentos. É o quadro IV, 1.º capítulo, parte 2, que se destina à implementação da estratégia do desenvolvimento. E vamos apresentar, em seguida, essencialmente, a decomposição desses números globais aqui contidos.

As principais prioridades definidas foram no sentido da realização de um modelo de competição e da modernização da empresa nacional em favor da educação, do desenvolvimento científico-tecnológico, de agricultura, abastecimento, saúde, saneamento, do desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, com o objetivo da criação de dois novos grandes pólos macroeconômicos do País.

É possível ver o tratamento para algumas dessas prioridades nos quadros seguintes.

Gostaria, de fazer uma observação inicial com referência ao Orçamento Plurianual de Investimento.

Dentro da parcela do Orçamento Plurianual de Investimentos, em que existe, realmente, campo para decisões específicas, as prioridades foram atendidas no sentido de que na rubrica "conjunto de custeio e capital", por exemplo, para 1972, os setores prioritários tiveram um aumento de 16%, em termos nominais, enquanto os demais setores tiveram 14%. Além disso, esses setores prioritários receberam recursos através dos encargos dos fundos incorporados aos encargos gerais da União, porque não era possível fazer mais, dentro do Orçamento, pela razão de que, no tocante aos recursos vinculados, que constituem pelo menos 1/3 do total de recursos previstos no Orçamento Plurianual de Investimentos, a destinação já está dada pela Constituição e pelas leis. A despesa de pessoal é rígida e aí temos mais ou menos 9 ou 10 milhões, pelo menos, todo ano, o que significa que se tomarmos os recursos do Tesouro para o ano de 1972, correspondendo a cerca de 32 bilhões de cruzeiros, se deduzirmos os fundos vinculados, os dispêndios de pessoal, os encargos gerais rígidos, como por exemplo aquela reserva de contingência que se destina a atender a aumento de pessoal e suplementar outras rubricas, há certos encargos financeiros como a cobertura, o atendimento de serviços da dívida e encargos financeiros inadiáveis, de valor definido, o que realmente fica disponível para a tomada de decisões específicas é algo da ordem de 6 bilhões de cruzeiros. Rela-

tivamente a esses 6 bilhões de cruzeiros, correspondentes a encargos, a outros custeios e a capital, é que houve a definição de atender prioritariamente aos setores já mencionados. Tornou-se evidente que havia necessidade de se fazer algo mais, e é exatamente o que se tem procurado, ou seja, criar novas fontes de recursos para aqueles setores prioritários ou usar as fontes de recursos existentes, além do Orçamento, para dar melhor tratamento àquelas áreas prioritárias, a fim de que, assim como os setores de infra-estrutura econômica têm seus fundos vinculados, haja também fundo especial para os setores não tradicionais, mas altamente prioritários, conforme indicado. Alguns exemplos:

1.º) No tocante aos instrumentos para a construção de um modelo de competição para modernização da empresa nacional.

(Mostra slides.)

Os novos instrumentos criados recentemente incluem os incentivos fiscais; a fusão, através da chamada Comissão de Fusões; os instrumentos para modernização e reorganização industrial no BNDE, por exemplo, o Fundo de Modernização e Reorganização Industrial que vai aplicar, somente nos próximos anos, 9 milhões de cruzeiros; o FINAME, inclusive o FINAME de longo prazo, e dentro em breve, o Fundo de Mercado de Capitais, o FUMCAP, que vai aplicar de 300 a 400 milhões de cruzeiros, o Programa de Modernização e Reorganização do Comércio junto ao BNDE, com aplicação de 300 a 400 milhões, nos próximos três anos; mecanismo para a criação de estrutura mais eficiente e comercialização e desenvolvimento da empresa agrícola, por exemplo, das centrais de abastecimento, o programa de grandes empreendimentos nacionais, que vai aplicar, pelo BNDE, um bilhão de cruzeiros, em 3 anos; uma nova estratégia de capitalização para que o sistema financeiro financie, com a maior intensidade, a formação de capital das empresas, o núcleo de expansão básica nas áreas de infra-estrutura, através de grandes programas já em execução para transporte, comunicações, energias, etc.

Desenvolvimento do Nordeste, da Amazônia, pelo Programa de Integração Nacional, segundo a previsão do Orçamento Plurianual e do Projeto do Plano, a cruzeiros constantes para efeito de comparabilidade, cerca de três bilhões de cruzeiros, tudo no período de 72 e 74. O PROTERRA com uma previsão de uns três bilhões, sendo dois de incentivos fiscais, os incentivos fiscais regionais remanescentes com 4,4 bilhões; transferências realizadas pela União para Estados e Municípios, inclusive com Fundos vinculados, fundos rodoviários, de eletrificação, e assim por diante, com quase 6 bilhões. Isso nos dá um total de cerca de 16 bilhões, o que corresponde a mais de 800 milhões de dólares por ano. Como já tivemos oportunidade de mencionar, isso é aproximadamente o que todas as instituições financeiras internacionais proporcionaram, como cooperação financeira líquida, a todos os países da América Latina, anualmente, no final dos anos de 60.

Mas, ainda precisamos considerar os investimentos diretos dos Ministérios no Nordeste e na Amazônia, com quase 9 milhões de cruzeiros, principalmente para programas de transporte, de energia elétrica, os Ministérios do Interior, Educação, e assim por diante, elevando o total da cooperação que o Governo Federal deve levar ao Norte e Nordeste, a 25 a 26 milhões de cruzeiros.

Dispendios Federais em Educação: Na área de Educação, nós podemos ver primeiro os dispendios federais e, em seguida, os dispendios públicos e dar uma idéia do conjunto de dispendios em Educação, também no período de 1972 a 1974, sempre a preços constantes de 1972, para eu não precisar repetir. Uma observação a fazer, no sentido de que, primeiro: quando se examina o setor de Educação no orçamento plurianual, é preciso considerar não apenas o Ministério da Educação, não apenas os outros

Ministérios, não apenas os encargos gerais da União, mas também outros dispendios para a Educação, que não estão explicitados, como, por exemplo, a participação da Educação na reserva de contingências, e os recursos que a União vai transferir para os Estados e municípios através do Fundo de Participação, vinculados à Educação, porque um mínimo de 20% do Fundo de Participação e uma boa parcela do Fundo Especial estão vinculados ao setor de Educação. Ao mesmo tempo, é possível apresentar uma previsão mais completa dos dispendios a serem realizados em educação, com recursos externos mais completo do que o que figura na Proposta do Orçamento Plurianual de Investimentos, porque o que ali está é apenas o correspondente aos financiamentos já contratados. E é óbvio que haverá, nos próximos anos, sucessivamente, a contratação de novos financiamentos.

É possível, também, levar em conta, como dispendios federais em Educação, as outras fontes de recursos que se encontram fora do Orçamento Plurianual de Investimentos, a exemplo da Loteria Esportiva, da Loteria Federal, dos incentivos fiscais para o MOBILAL, e assim por diante.

O quadro seguinte, é bem explicativo: mostra como o Ministério da Educação propriamente dito, com recursos do Tesouro, temos 6,6 bilhões de cruzeiros, de 1972 a 1974; outros Ministérios, ainda com recursos do Tesouro, 670 milhões; recursos externos com revisão, ou sejam, não apenas os empréstimos contratados mas os que devem ser e já estão em negociação para contratação em breve, num total de 530 milhões.

Aquelas novas fontes que vão corresponder a MOBILAL, Loteria Esportiva, Loteria Federal, e assim por diante, 856 milhões.

Outras fontes previstas no Orçamento Plurianual, mas aqui já com uma revisão no sentido de que há, por exemplo, convênios que figuram no Orçamento Plurianual, mas, praticamente, só para o primeiro ano, pois o convênio, é óbvio, só foi assinado para o primeiro ano, no segundo vai haver também um convênio, pelo menos de valor equivalente, no terceiro, etc.

Essa previsão, esta revisão, nos leva a um total de 1.194, ou seja, 919 milhões, se incluirmos as aplicações mínimas de recursos federais transferidos para o setor de educação e a serem aplicados por Estados e Municípios, 1.225, com total de 11.144 milhões. Isto corresponde a uma média de 3.715 para o período de 1972 a 1974, em comparação com 3.27 para o período de 1970 a 1971, ou seja, em termos reais, um aumento de 23% na comparação dos dois períodos.

Ora, a economia está crescendo a 9%, a população a 2 e qualquer coisa, perto de 3%, isto dá idéia do esforço substancial que se está fazendo, pelo Governo Federal, nesta hora.

Podíamos mencionar ainda que mesmo que não se faça essa revisão dos recursos externos e das outras fontes, o quadro é o mesmo, porque a diferença entre o que consta no OPI e o que está aqui é insignificante para alterar a visão de conjunto.

Diria ainda que os recursos externos estão subdimensionados. A estimativa mais recente que obtive dos setores técnicos, que não foi usada aqui, é bastante superior ao que aparece aí.

Agora, recursos públicos, dispendios públicos em educação.

Temos aqui: Governo Federal, com recursos do Tesouro, um total de 7 bilhões e 340 milhões de cruzeiros. Governo Federal, com outras fontes de recursos, 2 bilhões e 580 milhões de cruzeiros. Evidentemente agora nós excluímos as transferências para Estados e Municípios, para não haver dupla contagem, de modo que as trans-

ferências para Estados e Municípios vão aperecer aqui: Estados e Municípios com 19 bilhões e 660 milhões de cruzeiros, num total, para o setor público, da ordem de 29 bilhões e 580 milhões de cruzeiros, ou seja, quase 30 bilhões de cruzeiros a serem aplicados pelo poder público, no Brasil, na área de educação, nos próximos 3 anos.

É possível comparar isto com períodos anteriores. A média 1972-1974 dá 9 bilhões e 860 milhões de cruzeiros, em comparação com 7 bilhões e 643 milhões de cruzeiros para o período 1970-1971, ou seja, um aumento médio da ordem de 23%, não vejo bem. Mas não importa, é superior a 20%.

Mas poderíamos remontar um pouco para ver o que foram os dispêndios públicos em educação, em triênios anteriores, tudo novamente a preços de 1972; para homogeneidade, sem querer situar nenhum período, nós tínhamos, na fase 61 a 63, uma média de 8.681, em seguida uma média de 12.272, de modo que é fácil ver realmente como os totais — perdão isso não é média, é total — como os totais por triênio aumentaram substancialmente em termos reais: 8, 12, 17, 24 e, no próximo triênio, 30, como tivemos oportunidade de verificar.

É que, realmente, o País resolveu fazer um grande esforço nessa área. Poderíamos mencionar, ainda, que o setor privado deverá aplicar, em educação, algo correspondente a uns 10% desse total do setor público, o que elevaria os dispêndios totais, em educação, no próximo triênio, de 32 a 33 bilhões de cruzeiros. Se convertermos isso em dólares, teremos, pelo menos, 5,5 a 6 bilhões de dólares, ou seja, quase dois bilhões de dólares por ano em educação.

Rapidamente, uma indicação de outros setores, sem ter a tecnologia, apenas o total: o Brasil deve gastar pelo setor federal apenas, cerca de, a preços constantes de 72; nós deveríamos somar isso, que nos vai dar exatamente o valor do projeto do Plano Nacional de Desenvolvimento, ou seja, em desenvolvimento científico e tecnológico, Cr\$ 1.650 milhões em três anos. Temos uma média de 550 por ano, em comparação com 90 milhões em 68. Mostra, realmente, o saldo que vai ser dado nesta hora.

Ainda mencionariamos, sem querer cansar os Senhores, o setor agrícola: primeiro, com uma referência ao sistema de incentivos fiscais, financiamentos ao setor agrícola para caracterizar o seguinte: como investimento no setor agrícola, no Brasil, quem faz é o setor privado, a atuação do Governo se manifesta de algum modo nos dispêndios realizados diretamente pelo Ministério da Agricultura, mas principalmente através do sistema de incentivos fiscais e financeiros que foi montado e que é um sistema muito poderoso para incentivar a produção, o aumento da produtividade e o investimento na agricultura brasileira.

Essa é apenas uma indicação de alguns dos incentivos existentes — incentivo do Imposto de Renda à expansão do desenvolvimento da agricultura, incentivo ao desenvolvimento de pesca, Norte e Nordeste e PROTERRA, com especialidade, fortemente ligados ao Conselho Monetário Nacional, principalmente para financiamento de novos insumos, política de preços mínimos e nova política de crédito rural.

Vale a pena ver a dimensão do apoio que o Governo Federal dá ao setor agrícola no Brasil, com o seguinte quadro: também o período 1972 a 1974; vemos que, com recursos do Tesouro, cerca de 1.473, mas, um total de praticamente 15.600, ou seja, dez vezes mais os dispêndios diretos do Governo, em apoio à agricultura. Temos agora de levar em conta os recursos próprios dos órgãos, temos que levar em conta outros recursos internos, recursos externos com a revisão feita, e apoio dos bancos oficiais apenas ao capital fixo. Isto é o aumento dos financia-

mentos dos bancos oficiais ao setor agrícola na área de capital fixo, sem incluir, portanto, o financiamento normal de safras, pelo Banco do Brasil, e assim por diante, total de quase dezesseis milhões que pode ser visto de forma programática, pelo seguinte conjunto de programas e projetos:

Temos o mesmo total por áreas para o desenvolvimento tecnológico na agricultura para a expansão da área agrícola e aproveitamento de terras — Reforma Agrária e Colonização; para o Programa Nacional da Pecuária; para o Desenvolvimento Florestal; Modernização do Sistema de Abastecimento e outros projetos.

Para mostrar como realmente o crédito é um instrumento poderoso — e, no caso da agricultura, sabemos o crédito no Brasil que é altamente subsidiado deliberadamente — temos no quadro seguinte o apoio dos bancos oficiais à agropecuária.

Uma previsão de elevar o total do financiamento à agropecuária pelos bancos oficiais a preços constantes, de 19 bilhões para 27 bilhões, o que corresponde, em termos reais, a um aumento de mais de 70%, em 3 anos.

No mesmo sentido, nós podemos ver como houve um salto no apoio dos bancos oficiais à agropecuária. Isso novamente ao total de financiamento concedido ao setor agrícola. Em 1968, nós tínhamos 8 bilhões, quase 9, em 1971, estimativa de 16, em 74 de 27. Aqui, são 74% já mencionados, para o aumento de 1971 a 1974. Então, entre 68 e 74, praticamente, triplicou o total dos financiamentos concedidos pelos bancos oficiais no setor agrícola a preços constantes, ou seja, depois de corrigida, de compensada a inflação.

Podíamos mencionar Saúde e Saneamento, mas, creio que esse aspecto da compatibilização entre prioridade e destinação de recursos está a coberto. Estarei à disposição dos senhores, após a conclusão do meu pronunciamento, para alguns esclarecimentos adicionais necessários.

No terceiro ponto, Sr. Presidente, como dizíamos, se refere à inter-relação entre a revolução material do crescimento econômico e a revolução social e humana.

Como se assinala no projeto de PND, a revolução foi feita para construir.

Ao longo dos três Governos revolucionários, mais nitidamente no atual Governo, foi possível avançar, consideravelmente, na realização, no Brasil, de uma revolução material, de um lado, e de uma revolução social e humana, de outro lado.

A revolução material se exprime nos indicadores quantitativos de crescimento. No período de 1964 a 1970, aumentou de mais de 50% a renda global do País, ou seja, o Produto Interno Bruto; de 70% a produção industrial; dobraram as exportações; duplicou-se a rede nacional de rodovias pavimentadas; expandiu-se em mais de 60% a capacidade de energia elétrica e, em mais de 60%, a produção de petróleo.

Exprime-se aquela revolução material, também, nas mudanças qualitativas que permitiram ao Governo e ao setor privado, através de novas concepções e estruturas, muito maior eficiência no desempenho de suas funções.

A revolução social e humana permitiu elevar os salários reais, através de incorporação dos aumentos de produtividade. Aumentar o emprego industrial em cerca de 30%, no citado período. Iniciar a criação do mercado de consumo de massa em zonas urbanas. Como se verifica no fato de que a produção anual de certos ramos industriais novos já pressupõe a existência de razoável mercado, na área de rádio, refrigeradores, televisores, automóveis e assim por diante. Expandir o total de matrículas em cerca de 46% no ensino primário, 142% no ensino médio e 202% no superior. Isto tudo em 7

anos, período no qual a população brasileira deve ter crescido de uns 20%. Reduzir a taxa de participação na população econômica ativa dos menores de 14 anos, de 15,4%, em 1960, para 11,8, em 1970, pela sua retenção no sistema escolar. Alfabetizar, em pouco mais de um ano, no MOBRAL, 1.500.000 adultos. Implantar um Plano Nacional de Habitação que já financia, com recursos públicos, anualmente, casa própria para 150 mil famílias. Expandir uma Previdência Social que deverá gastar, em 1971, 7 bilhões em benefícios e 2,4 bilhões em assistência médica. Criar o PRORURAL para prover condições mínimas de assistência e previdência social ao homem do campo. Criar o programa de educação social e o CASEP como caminhos novos para participação do trabalhador nos resultados do progresso econômico. Criar o PIN e o PROTERRA, como instrumentos poderosos de uma nova estratégia para o Nordeste e para a Amazônia.

Ao mesmo tempo, houve atenção à qualidade da vida dos brasileiros, seja pela criação das condições básicas que permitam a elevação da expectativa de vida média da população, de 52 anos, em 1960, para 59 anos, em 1970, seja pela expansão de oportunidades, pela abolição de privilégios, pela atenção a problemas como o dos tóxicos que degradam o indivíduo, pelo respeito à vida humana, revelado em episódios de seqüestro, seja pela valorização do professor e do jovem.

A revolução material e não material, deve ser consolidada, no próximo estágio, pela consubstanciação do modelo brasileiro de desenvolvimento, na forma proposta no projeto do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento. É essencial salientar que a revolução material, configurada na expansão do PIB a uma taxa de 8 a 10% ao ano, está indissolúvelmente ligada à revolução social e humana. Aquela, a revolução material, é condição essencial para construção da sociedade desenvolvida, que pressupõe altos níveis de renda e a disseminação de seus resultados do progresso econômico com o bem-estar material e não material para todas as categorias sociais. Alguns indicadores econômicos e sociais ainda apresentam amplas camadas da população brasileira, particularmente em áreas rurais, fora dos benefícios da moderna sociedade de consumo. Isso se deve, em parte, à inadequada distribuição de renda que, no Brasil, se assemelha aos padrões de outros países de níveis de renda correspondentes — nem melhor, nem pior.

Desde o primeiro instante, o Presidente Médici deu ao seu governo, pelas decisões concretas já mencionadas, orientação definitiva no sentido de uma distribuição de renda mais equitativa. Verdade, porém, se aqueles indicadores são ainda desfavoráveis, sem embargo do avanço substancial verificado nos últimos tempos, como mostram os resultados do Censo de 70 e, em particular, o balanço do período de 1964 a 1970. Isso resulta, em grande medida, do fato simples de que o País ainda é pobre, ou, mais claramente, de que sua renda *per capita* e a sua produtividade por trabalhador — que são, na verdade, duas faces da mesma medalha —, ainda são baixas. E enquanto for pobre o País, no sentido da efetivação do seu potencial de recursos humanos e materiais, baixos serão os resultados dos referidos indicadores, por maior esforço que se faça de melhorar a distribuição de renda.

O crescimento econômico a taxas elevadas, como as objetivadas no projeto do BND, é condição essencial, conquanto, obviamente, não suficiente para superar a pobreza. Essencial porque viabiliza muita coisa importante. Por exemplo: a expansão do emprego a taxas superiores ao crescimento demográfico, elevando a taxa da atividade da população e reduzindo os focos de economia de subsistência; a elevação real do salário na proporção do aumento de produtividade; a superação do problema do crescimento demográfico, porque torna negligenciáveis as pequenas variações da taxa de aumento da população, em comparação com o alto nível da taxa de expansão

do PIB; a revolução da tecnologia industrial e bens de serviços, na indústria, na agricultura e em todas as áreas.

Essencial ainda porque, como já se observou, o crescimento, pela maior disponibilidade de bens e serviços, amplia o grau de escolha, e, conseqüentemente, aumenta a liberdade do homem. Liberdade pelo controle sobre a natureza, e, por isso, sobre a fome, a doença, a morte, dentro da idéia aqui tomada, axiomáticamente, de que o homem prefere viver a morrer.

Liberdade para escolher entre mais renda e mais lazer, ou ambos simultaneamente, pela maior produtividade alcançada.

Liberdade para enfrentar os desafios éticos do nosso tempo: o da garantia de um padrão de vida mínimo satisfatório a cada indivíduo, e o da possibilidade de acesso gradual dos países em desenvolvimento às sociedades desenvolvidas.

Liberdade, ainda, para garantir a estabilidade social e política, em face das tensões provocadas, nos nossos países, pela comparação com o rápido aumento de renda dos países desenvolvidos. Porque, em verdade, o inimigo da estabilidade não é a descrença e a miséria, mas o descompasso entre a exacerbação das aspirações e o aumento efetivo das disponibilidades de bens e serviços. Por essa razão, diante do crescimento demográfico observado, é preciso não apenas crescer, mas crescer a taxas superiores às do passado.

Por outro lado, se a sociedade moderna deseja a prosperidade material, ela não se satisfaz com a prosperidade material apenas, como revelam os conflitos de rua entre estudantes e operários, nos Estados Unidos, e os levantes estudantis nas nações ricas, em épocas recentes.

Dai ser imperioso que, ao longo do processo de desenvolvimento, se faça mais do que a simples expansão da renda, dando a noção clara da sociedade que se deseja construir, capaz de conciliar a tecnologia e o humanismo modernos, dar a grande número, a participação nos resultados do progresso, defender a identidade nacional, preservar a qualidade da vida.

O Brasil sabe o que fazer com o crescimento econômico. O que se teme, antes de tudo, é a estagnação, que, na prática, é o grande inimigo até da revolução social e humana, pois impede a melhoria da distribuição de renda e inviabiliza o progresso para todos. A efetivação de taxas de crescimento entre 8 e 10% ao ano, através de um modelo econômico, significará que o Brasil, em 1974, alcançará um PIB de trezentos e quinze bilhões, ou seja, cinquenta e quatro milhões de dólares, colocando-se como o oitavo mercado do mundo ocidental. Programas de investimentos em valor total superior a um bilhão de dólares em cinco anos, estarão sendo executados nas áreas de siderurgia, petroquímica, construção naval, mineração, implantação de corredores de transportes, energia elétrica, comunicações, pesquisa de minérios nucleares. O País realizará esforço que o colocará em segundo ou terceiro lugar no mundo.

Estará o Brasil produzindo equipamentos complexos, navios conjugados de cento e quinze mil toneladas cada um, realizando um programa tecnológico que, em valor, corresponde a cerca de quatro vezes o que a ONU, através da UNIDO, proporciona em assistência tecnológica ao setor industrial de todos os países.

Essa revolução material, agora em maior escala, tornará viável uma revolução social, em maior profundidade.

Apenas como indicação, podemos ver que, em 1980, a renda *per capita* representará o dobro do que era em 1969, ou seja, ainda que não melhorasse a distribuição de renda todas as categorias sociais teriam uma disponibilidade de bens de serviços que seria o dobro daquela de dois anos atrás. Evidentemente, pelas prioridades de-

finidas, as classes de renda mais baixa terão maior aumento de bem-estar. Até 1974, as matrículas terão aumentado, no período de 1970-1974, de mais de 35%, no ensino de primeiro grau — são 4 anos, portanto, um aumento de população da ordem de 13% —; 100% no segundo grau; 90% no superior. O número de analfabetos, na faixa etária de 15 a 25 anos, será reduzido a 2 milhões. A mão-de-obra, em diversos setores, aumentará 120%. O número de habitações financiadas pelo sistema financeiro ter-se-á elevado para 240 mil por ano. A potência instalada de energia elétrica aumentará de 50%; a rede de rodovias pavimentadas de 60%. Terminais de telefones urbanos de 30%.

A União efetivará, no período, como já mencionado, através do PIN, PROTERRA, etc. e de transferências, um volume total de transferência para o Nordeste e Amazônia, de 1 milhão de dólares por ano.

O PIS e o PROTERRA receberão, no triênio, recursos novos de quase 6 bilhões de cruzeiros, o que indica a dimensão que aquele programa já irá alcançar.

Na altura de 1980 estará virtualmente extinto o analfabetismo no País. A taxa de escolarização de primeiro grau será da ordem de 95%. A rede de abastecimento de água estará atendendo 80% da população urbana e a de esgotos a 50%. A expectativa de vida média da população brasileira, a manterem-se as tendências atuais, mesmo com algum arrefecimento, deverá elevar-se para 65 a 66 anos. Há vinte anos, a expectativa de vida média era de 42 anos.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esse projeto do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social destina-se à vigência a partir do ano do 150.º da Independência do Brasil. Nenhuma oportunidade mais indicada para a Nação reafirmar consigo mesma o compromisso com as transformações fecundas que se fazem mister a esta fase carregada de História. Transformações que continuam promovendo a verdadeira revolução, seja para efetivar o crescimento acelerado, de forma continuada, seja para assegurar a mais justa distribuição de renda, numa sociedade moderna que permita o bem-estar, a liberdade criadora, a democratização de oportunidades, a preservação, na sociedade industrial, de valores humanos e culturais da civilização brasileira.

Nunca, como agora, pôde o País olhar para o futuro com tanta consciência. Esta consciência foi conquistada na procura de rumos, no esforço e nas realizações alcançadas, a partir de 1964, pela gente brasileira. Está servindo para dar maior alcance ao milagre da unidade nacional e, assim, deixa de representar apenas a consciência de uma herança comum que passa a adquirir o sentido da tarefa comum, em processo de realização.

Esta tarefa, a tarefa de uma geração, deve ser a de realizar a experiência de desenvolvimento de tal modo bem sucedida que a próxima geração já possa receber o Brasil na categoria de Nação desenvolvida, em todas as dimensões de uma sociedade moderna e humana.

Muito grato, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — O Regimento Comum é omissivo com relação ao tempo destinado aos interpellantes.

Poderíamos seguir a praxe do Regimento da Câmara dos Deputados mas, em face do grande número de Congressistas inscritos para interpellarem o Sr. Ministro, a Presidência decidiu, para que todos pudessem fruir das mesmas oportunidades, fixar em 5 minutos, prorrogáveis a critério da Mesa e em face das circunstâncias do momento.

Nestas condições, dou a palavra ao Sr. Senador Virgílio Távora, primeiro inscrito.

O SR. SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Ministro, vamos ser sintéticos. Em primeiro lugar, meus parabéns

à síntese que V. Ex.^a fez das diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento. Perfeito.

A maioria das perguntas que queria fazer já estão respondidas pelas transparências projetadas. Vamos nos ater a uma apenas: no mercado interno não é possível elevar o padrão de vida nacional, em termos gerais sem prejudicar, mas diversificando o consumo das camadas sociais de renda média e alta. Como compatibilizá-lo com a política de comércio exterior com tantos incentivos como a nossa, atual?

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — V. Ex.^a tem outras perguntas?

O SR. SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA — Falei que era apenas uma, a que formulei.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Responderia da seguinte forma: em verdade não existe incompatibilidade entre expansão de mercado interno e promoção de exportações e conquista de mercados no exterior.

Nas atuais condições, no atual estágio de desenvolvimento do Brasil, eu diria que as duas coisas são complementares, no seguinte sentido: no fundo, o que é mercado, como se dimensiona economicamente o mercado. O mercado vai ser dimensionado pela renda de cada indivíduo e pelo número de indivíduos que estão no que se poderia chamar de uma economia de mercado. Seriam os dois fatores determinantes, fundamentais.

Essas duas coisas vão, na verdade, corresponder ao PIB, com uma idéia de distribuição de renda porque, evidentemente, a distribuição de renda influi não na dimensão global do mercado mas na forma como o mercado se distribui, principalmente em termos do setor agrícola e do setor industrial, e tem importância também do ponto de vista dinâmico, no sentido da taxa de crescimento. Uma renda mais concentrada tem efeitos diferentes sobre a taxa de crescimento do que uma renda mais bem distribuída.

No fundo, o que estamos querendo é que, pelo maior consumo interno e pela maior venda, no exterior, seja possível ao Brasil realizar uma taxa total de aumento de produção da ordem daqueles 8 a 10%. Se a política em relação ao exterior for bem conduzida, a promoção de exportações em geral (temos que sublinhar "em geral") é forma de complementar aquela linha de atuação no sentido da conquista de mercados internos, porque, do ponto de vista de crescimento da demanda, ela permite, realmente, que os setores industriais, os setores de produtos agrícolas não tradicionais cresçam mais do que normalmente cresceriam se não houvesse essa possibilidade de ir ao exterior.

A conquista de mercados externos ainda tem dois outros efeitos. Primeiro, permite uma melhoria geral de eficiência no sistema econômico. Quando nós vamos ao exterior para vender a preços internacionais, é preciso que a empresa industrial, agrícola, o que seja, tenha poder de competição. Vai tender a ser mais consciente dos problemas de custo, de nível de preço ao qual ela está vendendo. Isso beneficia, não apenas a venda no exterior, mas tende a beneficiar também a venda no País, pelo fato de haver intercomunicação entre os dois mercados. Por outro lado, esse fato de a empresa ir ao exterior ocasiona transformações qualitativas dentro da empresa, ou seja, de fato o indivíduo adquire uma outra mentalidade. Quantos empresários já vimos mudarem as suas políticas de preços, de salários e em relação à qualidade do produto pelo fato de que tiveram de competir no exterior, não com seus colegas, aqui do País, mas em competição com a empresa internacional, com o resto do mundo, por assim dizer. Pode haver eventuais conflitos em determinados setores ou em determinados produtos. Por exemplo: eventualmente pode-se ter um problema de exportação de carne, com limitações do ponto de vista do consumo interno. O que se tem feito, nesses casos, é estabelecer uma definição, como aconteceu este ano. Uma certa parcela é des-

tinada a vendas, no exterior, para que o País não perca a tradição. Como era um problema eventual, toda vez que temos esses problemas eventuais de redução de alguma safra, é preciso não esquecer inteiramente o mercado externo, senão se perde a tradição. Então, toma-se essa definição no sentido de reservar certa parcela para continuar vendendo no exterior, embora menos do que se vendia normalmente, mas sustentando um mínimo que possibilite manter os contatos no exterior e a tradição, a fim de que nos anos seguintes, quando através de estímulos de preços fiscais e financeiros, a produção reagir, seja possível atender, em maior escala, o mercado externo.

Em resumo, estas, as observações que faria. Mas se houver algo mais específico, terei o prazer de prestar esclarecimento ao nobre Senador.

O SR. SENADOR VIRGÍLIO TAVORA — Estou satisfeito, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Grato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Com a palavra o nobre Senador João Calmon, segundo inscrito.

O SR. SENADOR JOÃO CALMON — Sr. Presidente, Sr. Ministro, em primeiro lugar a nossa homenagem pela primorosa exposição de V. Ex.^a, que dá medida de seu

altíssimo gabarito e, também, a todos a convicção de que V. Ex.^a é o homem certo, no lugar certo.

Este ano, na Escola Superior de Guerra e, em seguida, na Escola de Guerra Naval, o Ministro Jarbas Passarinho citou dados do Ministério de V. Ex.^a, o Ministério do Planejamento, e do Centro Nacional de Recursos Humanos, indicando que os dispêndios globais com a Educação, no Brasil, representam 3,8% do nosso PIB. Antes da Revolução, em 60, gastávamos, com a Educação, no setor público, no setor privado e, também, com recursos externos, apenas 2,4%. Portanto, à Revolução deve ser creditado esse auspicioso, o alentador aumento dos dispêndios com Educação. Entretanto, em outra oportunidade, neste mesmo Auditório, afirmou o Ministro Delfim Netto que estávamos gastando 6% do nosso produto nacional bruto com a Educação.

Na ocasião, esclareci que não estava citando dados meus e, sim, dados do Ministério do Planejamento e que por sua vez haviam sido referidos pelo Ministro da Educação. Parece-me que é detalhe da maior importância. Se, realmente, o Brasil estivesse gastando 6% do seu produto nacional bruto com Educação, e como o nosso produto nacional bruto, hoje de 40 bilhões de dólares, nós estaríamos gastando 2 bilhões e 400 milhões de dólares com educação.

QUADRO III

BRASIL — RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO E PRODUTO INTERNO BRUTO 1960/1970

ANO	RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO RECURSOS PÚBLICOS				Privados	Externos	Total	Produto Interno Bruto	Recursos em % do P.I.B.
	Federais	Estaduais	Municipais	Total					
1960	677.270	1.057.302	147.330	1.921.892	415.100	4.000	2.350.991	95.604.800	2,4
1961	721.966	1.277.448	149.066	2.148.480	429.720	14.980	2.593.080	102.587.000	2,5
1962	869.327	1.463.298	138.430	2.471.035	434.700	4.700	2.930.333	110.203.800	2,6
1963	696.787	1.167.626	86.880	1.951.299	461.080	247.200	2.639.453	113.360.300	2,3
1964	837.145	1.087.428	136.154	2.060.728	468.000	20.000	2.549.528	215.265.800	2,2
1965	1.259.212	1.839.586	211.542	3.290.260	477.160	19.800	3.787.160	117.737.700	3,2
1966	1.292.364	2.028.876	269.316	3.589.556	481.080	104.200	4.174.736	124.156.400	3,4
1967	1.325.523	2.406.391	374.933	4.095.025	507.800	114.300	4.717.125	128.673.300	3,7
1968	1.202.081	2.674.632	479.706	4.356.419	501.600	121.000	4.538.410	143.842.100	3,5
1969	1.396.200	3.322.717	519.420	5.238.327	560.560	180.000	5.978.827	158.017.800	3,0
1970	3.400.000	3.693.000	610.200	7.703.200	578.800	181.000	6.539.200	172.239.400	3,8

Fonte: Centro Nacional de Recursos Humanos

(*) — Cr\$ 1.000,00 de 1970.

Segundo o Ministro Jarbas Passarinho estamos gastando apenas um bilhão e trezentos milhões de dólares, e V. Ex.^a, na sua brilhantíssima exposição, salientou que, possivelmente, no fim de três anos, nós estaremos gastando quase 2 bilhões de dólares. Como essa diferença é substancial esta seria a minha primeira pergunta, Sr. Ministro, já que o Presidente da República, o Presidente Garrastazu Médici, salientou em um de seus discursos que a educação e a cultura são os dois maiores desafios do seu Governo. E tanto a educação é o maior desafio do Governo Médici que no Plano Nacional de Desenvolvimento aparece a educação como primeiro lugar. Não aparece o setor de transporte, não aparece o setor de agricultura, nem o setor de saúde, aparece o setor de educação.

A outra pergunta, também rápida em virtude da angústia do tempo, é em relação à afirmação de que até 1974, o número de analfabetos no Brasil, na faixa etária de 15 aos 34 anos, estaria reduzido a 2 milhões — em 1970,

se não me engano, era na ordem de 7 milhões — apenas eu indagaria, da planície onde eu vivo, quem está enganado e mais distanciado da realidade, porque o Executivo principal, no Movimento Brasileiro de Alfabetização, Padre Felipe Spotorno, numa entrevista concedida à Revista Veja, no dia 8 de setembro, afirmou o seguinte: "Se os outros ajudarem o MOBILAC acaba com o analfabetismo em dez anos. — Mas não adianta trabalharmos até o final deste ano na alfabetização de 2 milhões de adultos quando se sabe que hoje, em 1971, surge um contingente de um e meio milhão a dois milhões e meio de jovens de 14 anos não escolarizados. Se não se fechar esta porta, para o analfabetismo, talvez o nosso trabalho seja inútil."

Em outras palavras, declara o principal executivo do MOBILAC, se não for secada a fonte do analfabetismo, o número de analfabetos no Brasil não diminuirá apesar de todo o fabuloso esforço que a Revolução está fazendo. Por sua vez, no Plano Nacional de Desenvolvimento prevê-

se que a taxa de escolarização real passaria de 72% em 1970, para 80% em 1974, o que é um aumento extremamente modesto, considerando esta altíssima prioridade que o Presidente Médici está dando à Educação.

Por outro lado, eu não vejo no PND — perdôe-me V. Ex.^a — estar fazendo esta indagação, porque nós não poderemos apresentar emendas, poderemos apenas apresentar ressalvas ou restrições, daí esta minha pergunta — eu não vejo nenhuma verba substancial que reflita a extrema gravidade do problema focalizado pelo General! José Pinto Sombra, que é o Superintendente da Campanha Nacional de Merenda Escolar, que, numa entrevista ao *Estado de São Paulo* do dia 8 de outubro, declarou o seguinte: “6 milhões de escolares em todo o País não recebem merenda escolar e dos 11 milhões que a têm, 60% vão à escola unicamente para receber alimentação.” Adiante, o General Sombra declara que a situação no Norte e no Nordeste é pior do que em todo o resto do País. 90% das crianças vão à escola só para receber alimentação que lhes falta em casa.

Como V. Ex.^a sabe, muito melhor do que eu, quando o Plano Nacional de Desenvolvimento declara que há 72% de escolarização real, é preciso levar em consideração que 2/3 das escolas primárias deste País têm apenas uma sala de aula. Quarenta e três por cento das professoras primárias não têm diplomas de normalista e cerca de 20% jamais ultimaram o curso primário. Então, nós nem podemos considerar como escolarização real esse número de crianças que estão estudando de maneira tão precária e na base dessa subalimentação apontada por um outro membro eminente do Poder Executivo, que é o General Sombra, Superintendente da Campanha Nacional de Alimentação Escolar.

Por outro lado, um dos mais eminentes economistas e planejadores deste País, o Professor Mário Henrique Simonsen, no momento em que acreditávamos estar gastando 4% do PIB com educação, salientou no seu livro “Brasil 2001” que não deveríamos ficar felizes com esses 4% porque o Produto Nacional Bruto do Brasil, segundo esse seu eminente e brilhante colega, ainda é muito baixo, se considerarmos que os Estados Unidos gastam quase 7% do seu colossal Produto Nacional Bruto, na educação e, se considerarmos que, pelos últimos anuários da UNESCO, o Brasil não é o 4.º ou 5.º País do Mundo em dispêndios globais com educação, mas está abaixo do 15.º

Estas as indagações que tomaria a liberdade de formular a V. Ex.^a Ao mesmo tempo em que o felicito pelo brilhantismo e pela eficiência do seu magnífico trabalho, eu me permitiria bancar o amigo da onça que, visitando uma catedral gótica, obra prima da arquitetura religiosa, e não encontrando nenhum defeito, enxergou, de repente, um morcego e disse: “Veja que catedral horrorosa, com um morcego pendurado lá em cima!”

Eu não encontro morcegos, Sr. Ministro, nessa obra prima que é o Plano Nacional de Desenvolvimento. Apenas me limito, na base da maior humildade, a pedir alguns esclarecimentos a V. Ex.^a

O SR. MINISTRO JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO — Muito obrigado a V. Ex.^a, em particular pelas referências ao projeto do Plano, que evidentemente é uma obra de governo.

Eu começaria pelo fim, para deixar o comentário mais demorado, no tocante ao assunto relacionado com as despesas globais em educação e sua participação no Produto Interno Bruto.

Não vou comentar os aspectos subjetivos do pronunciamento do General Pinto Sombra, porque não sei como testar a hipótese que ele sugere de que 90% das crianças do Nordeste estariam indo à escola para comer a merenda escolar. Parece-me que isto é uma hipótese não testável, de modo que não há o que discutir.

Não há dúvida de que, no seu louvável esforço de obter a maior brasa possível para a sua sardinha, ele está pleiteando sempre e sempre mais recursos. O assunto é diretamente da alçada do Sr. Ministro da Educação e será tratado com ele. Comentaremos a questão de secar a fonte do analfabetismo. É evidente que as duas coisas têm de ser feitas simultaneamente.

Tivemos oportunidade de mencionar que, a continuar o ritmo de expansão de matrículas e de efetivação do programa, na área do ensino de primeiro grau que tem ocorrido no Brasil, no final da década estaríamos não apenas com o analfabetismo virtualmente eliminado do País, porque a taxa de alfabetização global seria da ordem de 97%, mas também com a quase universalização daquele ensino de 1.º grau, porque a taxa de escolarização já estaria na altura de 95% para o ensino do 1.º grau. De modo que os dois aspectos estão sendo considerados simultaneamente. O comentário mais demorado sobre o problema da participação dos dispêndios em educação, é no produto interno bruto. É óbvio que os dois estão certos, dentro do cálculo que cada um fez. Ou seja, tanto o cálculo apresentado pelo Simonsen, no Ano 2.000 e que possivelmente — e aqui é uma conclusão minha — foi utilizado pelo Ministro Delfim Netto, é compatível com o cálculo do Ministro Jarbas Passarinho; apenas acontece que eles tomaram denominadores diferentes, ou seja, quando o Simonsen escreveu o Ano 2.000 existia uma série de produto nacional estimada, pela Fundação Getúlio Vargas; quando o Ministro Passarinho se pronunciou na Escola Superior de Guerra, ele já tinha conversado conosco sobre o assunto, e tivemos oportunidade de mencionar que a Fundação Getúlio Vargas já tinha feito a revisão da série do Produto Interno Bruto. De modo que, na altura em que Simonsen fez o cálculo, o cálculo dele está certo.

O SR. SENADOR JOÃO CALMON — Apenas um esclarecimento. Eu não cito o Prof. Mário Henrique Simonsen, eu cito o órgão do seu Ministério do Planejamento: Divisão de Recursos Humanos. Eu apenas citei incidentalmente uma frase do Prof. Mário Henrique Simonsen, mas os dados são do Ministério de V. Ex.^a

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Os dados são do Centro Nacional de Recursos Humanos, em 1968.

O SR. SENADOR JOÃO CALMON — Mas esses dados foram citados pelo Ministro da Educação este ano, na Escola Superior de Guerra, e acabo de entregar a V. Ex.^a

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Exatamente. É o que estou esclarecendo.

Em 1968, o Centro Nacional de Recursos Humanos fez um cálculo da participação da educação no Produto Interno Bruto, cálculo que, incidentalmente, foi usado pelo Simonsen e outras pessoas, por mim e pelo Ministro da Educação naquela época. Esse cálculo foi feito em 68; logo em seguida, a Fundação Getúlio Vargas divulgou outra série, uma revisão das contas nacionais brasileiras. Àquela altura, o Brasil já se estava aproximando dos 5% de participação, segundo o cálculo então feito; a participação dessas despesas em educação, no total do Produto Interno Bruto, era de 4,8%; já se aproximava, assim, de 5%.

Este ano, quando o Ministro Passarinho precisou dos dados, consultou novamente o Ministério do Planejamento, que disse: agora, existe nova série do Produto Interno Bruto, publicada pela Fundação Getúlio Vargas. Então, o Ministro Passarinho já usou essa série e novamente o cálculo feito pelo Centro Nacional de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento. Só que, como o denominador era diferente, como o Produto Interno Bruto, na revisão feita pela Fundação Getúlio Vargas, aumentou, o numerador, evidentemente, está constante, porque as despesas em educação não se alteraram. Como houve uma revisão do denominador e este aumentou, isso dá origem àquela estimativa citada pelo Ministro Passarinho, ou seja — tenho aqui os cálculos feitos com as duas séries; hoje,

o Ministério do Planejamento tem todas as suas publicações — por exemplo, nessas metas e bases, usou a série mais atualizada da Fundação Getúlio Vargas. Mas, quando se fez o Programa Estratégico de Desenvolvimento e quando houve aquela Comissão da Reforma Universitária, da qual tivemos a oportunidade de participar, também citamos os dados anteriores da Fundação Getúlio Vargas. De modo que é apenas questão de que os cálculos foram feitos em épocas diferentes e, como já havia nova série de contas nacionais na Fundação Getúlio Vargas, com novos cálculos de produtos, foi a única alteração que se verificou. Ou seja, pela série atual da Fundação Getúlio Vargas — perdão, ainda tenho de qualificar: pela série da Fundação Getúlio Vargas que foi usada para as metas e bases, e que foi usada também para o Projeto do Plano Nacional de Desenvolvimento, a participação das despesas em Educação no Produto Interno Bruto está na ordem de 3,8% a 4%. Certo?

O SR. SENADOR JOÃO CALMON — Não, 6%.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — O importante é que se diga qual foi o cálculo feito, porque, como eu mencionel, as duas coisas são compatíveis, apenas o denominador usado foi diferente. Nós estamos usando esta série, porque aceitamos o novo cálculo da Fundação Getúlio Vargas — pode ser que haja alguém que não aceite o novo cálculo da Fundação Getúlio Vargas e que prefira usar a série antiga. O importante é que a pessoa que usar a série antiga diga o que está fazendo, para que todo mundo saiba que ele está usando a série antiga, porque o resultado tem que ser o mesmo, é uma simples aritmética.

O SR. SENADOR JOÃO CALMON — Sem querer estabelecer diálogo com V. Ex.^a, até porque o Regimento Interno não o permite, só quero prestar esclarecimento que é da maior relevância. Esse quadro que acabo de entregar a V. Ex.^a e foi dado pelo Ministro Jarbas Passarinho e foi confeccionado agora, em 1971, refere-se aos dados do Produto Nacional Bruto, aos dispêndios com a educação de 1970. Este quadro foi exibido na Escola Superior de Guerra, na Escola de Guerra Naval, é deste ano, feito por um órgão do seu Ministério, Sr. Ministro. Fico encantado com a sua exposição, com a sua explanação, mas não gostaria que restasse nenhuma dúvida sobre a atualidade desses dados, que são de 1971, de um órgão do seu Ministério e repetem o que V. Ex.^a acaba de dizer aí, que, realmente, são 3,8% o Produto Interno Bruto. São estatísticas atualizadas, já com as novas fontes da Fundação Getúlio Vargas e não referências a um plano de 1968. Meus agradecimentos pela sua explicação.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Pois não. Gostaria de terminar a resposta da seguinte forma. Evidentemente, o cálculo do Ministro Jarbas Passarinho é mais atualizado, a informação foi dada pelo Ministério do Planejamento e está inteiramente compatível com o quadro que aqui apresentei. A Fundação Getúlio Vargas acaba de rever novamente as contas nacionais. Aliás, é melhor não colocar isto, se não dá uma nova complicação.

De modo que espero que esse aspecto esteja suficientemente claro. Para todos os efeitos, oficialmente, hoje só se usa, no Ministério do Planejamento, este cálculo.

Agora, é importante que procuremos ver um pouco o que está por trás disto, ou seja, o que significa esse indicador da participação dos dispêndios em educação, no Produto Interno Bruto. Significa um pouco, evidentemente, mas a gente não deve pretender que ele signifique mais do que realmente vale, no sentido de que primeiro, o cálculo em si dá margem a um grau considerável de erros porque temos um denominador que é muito grande: é a produção total do País, e um numerador que, em relação a ele, é bastante pequeno. Então, um pequeno erro de cálculo do denominador dá uma explosão no resultado. Basta ver que nós acabamos de mostrar uma pequena re-

visão que a Fundação Getúlio Vargas fez no valor do PIB significa uma variação na percentagem entre 4 e 5%.

Como percentagem, é muito importante. Em seguida, para comparações internacionais, nós não vamos concluir muita coisa. Tenho dados oficiais sobre a Europa, o Japão, os Estados Unidos, sobre a participação das despesas em educação no produto.

A gente observa que, por exemplo, a Alemanha tem uma participação de 3% das despesas em educação no produto. A Grécia, 2,4%; a Espanha, 2,14%; o Reino Unido, 4,15%. O que mostra que mesmo numa comparação com a Alemanha, o Brasil se coloca bem. Mas é preciso que a gente realmente veja aquele indicador com o sentido que ele deve ter. Eu preferiria usar, ou pelo menos usar suplementarmente outros indicadores como, por exemplo, a avaliação em termos reais dos dispêndios em educação como tivemos oportunidade de ver aqui, principalmente se compararmos essa avaliação em termos reais, com outras dimensões da economia e da sociedade brasileira, como o crescimento da população; como determinados tipos de produção. Principalmente é mister que a gente procure ver o que está por trás desses dispêndios em educação. Por exemplo, um indicador desse tipo não dá idéia de qualidade de ensino, não dá idéia de se está havendo ou não atualização científica, que é uma das coisas mais importantes em matéria de modernização no sistema educacional. Nós já vimos como nos Estados Unidos, por exemplo, há hoje homens que têm Prêmio Nobel escrevendo livros-texto para o ensino médio, exatamente com o objetivo de transmitir, de maneira honesta, um conhecimento atualizado a um auditório de menor idade. Há certas distorções de produtividade, dentro do sistema e, em particular, a adequação do tipo de educação a uma sociedade que está procurando construir. Uma sociedade que possa usar o próprio conhecimento para a solução de problemas concretos e aquela preservação de valores culturais e humanos que aqui referimos.

Por outro lado, examinar os resultados, ou seja, não apenas essa coisa da dimensão dos recursos, que é importante — e aqui falo com tranqüilidade de quem tem procurado, na sua área de competência, dar a maior cooperação possível ao setor da educação, em termos de expansão de recursos mas, também, de ver o que está acontecendo, em termos de resultados. Aí temos de examinar a questão de expansão de matrículas, como ocorreu, e, em particular, os aspectos qualitativos do ensino que se está proporcionando. É apenas uma apreciação, para que usemos aquele indicador sem dar a ele um sentido absoluto, que ele não pode ter, absolutamente.

O SR. DEPUTADO VASCO NETO — O mais importante é sempre a comparação dentro da mesma série. A comparação entre séries diferentes... (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Mas, no caso, concordando com V. Ex.^a, diria que considerando uma mesma série, por exemplo, a evolução de uma série, da participação das despesas de educação no Produto Interno Bruto, e o nobre Senador João Calmon teve oportunidade de mencionar que houve um grande progresso, no Brasil, nessa matéria, nós saímos de 2%, há 10 anos, e estamos com 4%, mesmo assim eu diria: é um aspecto que temos que completar como indicadores de resultados sobre o que efetivamente se está realizando, quantitativamente, com aqueles recursos e a dimensão qualitativa do sistema de ensino que se está criando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Tem a palavra o Sr. Deputado Dib Cherem.

O SR. DEPUTADO DIB CHEREM — Sr. Ministro, a exposição de V. Ex.^a, sem dúvida alguma, é uma mensagem de otimismo sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento, que visa não somente ao aumento da riqueza nacional, mas sobretudo a uma melhor participação dessa riqueza entre áreas e pessoas.

Esta Comissão e o Plenário da Câmara dos Deputados, em generalizadas opiniões, têm procurado realçar esses aspectos do Plano Nacional de Desenvolvimento. Mas permita V. Ex.^a que indague sobre dois setores da economia nacional que, no nosso modo de entender, deveriam ter um tratamento específico no Plano Nacional de Desenvolvimento.

Quero referir-me aos setores da pesca e do turismo. O primeiro, sem dúvida alguma, deflagrado com a introdução do Decreto-lei n.º 221, ao tempo do ex-Presidente Castello Branco, e, com mais ênfase, quando o nosso País ampliou os limites do seu mar territorial para duzentas milhas. A meta que se almejava naquela oportunidade era de se atingir 2 milhões de toneladas, quando as estatísticas indicam que, no ano passado, essa produção atingiu a 500 mil toneladas, mas com uma exportação equivalente a 18 milhões de dólares, verificando-se, todavia, um descompasso entre captura e industrialização e comercialização do pescado.

V. Ex.^a aludiu apenas, no setor da agricultura, aos incentivos fiscais concedidos à pesca, sem situar, dentro de uma política nacional de pesca, quais as providências do Governo, de acordo com a sua importância na nossa economia.

O outro setor, Sr. Ministro — e é uma indagação a V. Ex.^a —, é quanto ao turismo, que também foi deflagrado em 1966, pelo Decreto-lei n.º 55, de 18 de fevereiro, que estabeleceu igualmente essa mecânica dos incentivos fiscais para o setor do turismo, na base de 50%, e que posteriormente foi reduzido para 8%, à exceção das áreas da SUDAM e da SUDENE.

Leio nos jornais que os ingressos, no ano passado, no setor turismo, no Brasil, atingiram a cerca de 40 milhões de dólares e os dispêndios foram superiores à casa dos 100 milhões de dólares.

Poderíamos citar exemplos fantásticos de países europeus como a Espanha, Portugal, Itália e França que se libertaram de verdadeiros apuros econômicos, dando uma ênfase especial ao setor turismo e, aqui na América Latina, temos o exemplo do México que, somente com a exploração do turismo consegue atrair para os seus cofres mais do que a política do café, por exemplo, e do Uruguai que, não obstante seus problemas políticos internos tem, no setor turístico, a sua melhor fonte de renda.

Indagaria, então, a V. Ex.^a se esses dois setores, de importância excepcional para a economia, não deveriam ter um tratamento específico no Plano Nacional de Desenvolvimento?

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Responderia a V. Ex.^a da seguinte forma: de fato o Plano é um documento altamente sintético; basta citar que a estratégia do desenvolvimento é apresentada em um capítulo. De modo que só houve referência, não muito detalhada, a algumas áreas altamente prioritárias, a exemplo da educação, que tive oportunidade de mencionar.

Acolho com satisfação o pronunciamento de V. Ex.^a e diria que será importante considerar esses aspectos que V. Ex.^a acaba de focalizar, principalmente em termos dos documentos de implementação que devem ser aprovados, após o Congresso Nacional considerar o Plano Nacional de Desenvolvimento e o Orçamento Plurianual de Investimentos. Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Tem a palavra o Sr. Senador João Cleofas.

O SR. SENADOR JOÃO CLEOFAS — Sr. Ministro, não preciso salientar a admiração que tenho pela atuação de V. Ex.^a à frente do Ministério que dirige, porque, velho parlamentar, conheço bem como se organizavam os orçamentos gerais da União. E vejo o trabalho que V. Ex.^a realizou, de tal forma que o atual orçamento corresponde integralmente à política do planejamento governamental, graças aos esforços e à coordenação que V. Ex.^a imprimiu

aos diferentes setores, de tal modo o Brasil que é um dos raros países do Mundo que tem seu orçamento plurianual inteiramente compatibilizado com o planejamento governamental.

O Plano Nacional de Desenvolvimento visa estimular setores diretamente produtivos, como, se devem destacar, a agricultura e a indústria, de maneira a evitar o processo do retardamento que ainda hoje se observa da agricultura em relação à indústria.

V. Ex. vai-me permitir que eu faça uns ligeiros reparos. Na parte da agricultura, visa o Plano, no Nordeste, criar uma agricultura que perca a sua feição tradicional de agricultura de consumo, para transformar-se em agricultura de mercado. Está na página 14. Que, por outro lado, se assegure rentabilidade adequada para exploração agrícola de modo geral e se faça disseminação do uso de insumos, pra que se produza uma agricultura de alta rentabilidade, de rentabilidade assegurada.

Mas, V. Ex.^a me permita, que faça esse reparo, com todo o apreço, com toda homenagem que V. Ex.^a me merece: o Plano Nacional de Desenvolvimento é tímido em relação ao desenvolvimento da agricultura brasileira.

No setor de fertilizante, este ano sucedeu um episódio que não sei se foi revogado. O Conselho de Política Aduaneira criou uma sobretaxa de importação para os compostos hidrogenados. Isso acarretou o aumento do preço do fertilizante de 30 a 40%. Tive oportunidade de falar com o Sr. Ministro da Fazenda e me disse S. Ex.^a que ia estudar uma modalidade de suprimir aquela iniciativa não feliz do Conselho de Política Aduaneira. Não feliz por que o agricultor da cana-de-açúcar do Nordeste é o único produtor que usa fertilizante, este ano o seu consumo diminuiu de 50% por causa do aumento do preço.

O Sr. Ministro da Agricultura, por sua vez, manifestou-se, em conversa comigo, francamente contrário àquele iniciativa do Conselho de Política Aduaneira.

De modo que perguntaria a V. Ex.^a qual a política já adotada pelo Governo, no sentido de revogar aquela iniciativa do Conselho de Política Aduaneira.

A segunda pergunta, ainda sobre fertilizantes, é a seguinte: em 1968, transferiu-se o Governo da República para Pernambuco e o então Presidente, o saudoso Marechal Costa e Silva, governou o Brasil, lá de Pernambuco durante oito dias. Na ocasião teve oportunidade de baixar um decreto criando um grupo de trabalho e ação de categoria interministerial para resolver o problema dos fertilizantes, especialmente dos fosfatados no Nordeste. Deste grupo de trabalho, certamente fazia parte também o Ministro do Planejamento, que então não era V. Ex.^a Se não me engano, a coordenação dos trabalhos caberia ao Ministério do Planejamento. Gostaria que V. Ex.^a nos desse informações, pedindo desculpas por uma pergunta de certa forma impertinente, que talvez não estivesse no seu setor, mas que interessa substancialmente ao Plano Nacional de Desenvolvimento no setor da Agricultura.

A terceira pergunta, ainda talvez inconveniente, mas V. Ex.^a vai me permitir. Eu abro aqui o quadro 3 nos "Grandes Números do Governo da Revolução" e em "Metas Estratégicas" há um desenvolvimento da infra-estrutura agrícola pelo qual o programa de irrigação do Nordeste tem 30 mil ha. irrigados e passará a 70.000 ha. em 1974. Parece que isto se choca, Sr. Ministro, com o programa estabelecido pelo Governo quando mandou o Plano de Integração Nacional. Ai, salvo engano de minha parte —, estou pronto a pedir perdão se a minha memória falhou — ai se tinha por objetivo fazer executar até 1974 um plano de irrigação de 134 mil hectares e, na verdade, o número aqui é apenas a metade.

São estas perguntas que me permito formular, pedindo desculpas pela minha impertinência, mas como agricultor por tradição, hereditariedade, por vocação, eu me senti no dever de formular estas indagações desta maneira.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Sr. Presidente, responderia às três perguntas do nobre Senador João Cleofas.

Primeiro está sendo considerado o problema com relação à sobretaxa imposta pelo Conselho de Política Aduaneira. A idéia é manter (e aqui coloco o problema de ordem geral) a idéia é progressivamente trazer os preços de todos os tipos de fertilizantes produzidos no País, para níveis internacionais.

Há necessidade de conciliar uma proteção inicial mínima, de que necessita a indústria nacional, com o objetivo de não transferir ineficiência para o setor agrícola, de modo que a decisão que se tem adotado é permitir, quando é o caso, uma certa proteção inicial e ir reduzindo progressivamente. De modo que, de fato, todos os insumos agrícolas possam ser, dentro de um certo prazo, adquiridos pela agricultura a preços internacionais.

Além disso, naquilo que cabe ao Governo, tem havido redução de todos os tipos de ônus. Tivemos, ainda recentemente, a eliminação de impostos sobre implementos agrícolas.

Nos casos em que, ainda por algum tempo, é necessário manter algum tipo de proteção que torna o preço do insumo agrícola superior ao preço internacional, o Governo sempre compensa com um tipo de subsídio em outro lado. Por exemplo, na área do fertilizante não há nada mais subsidiado no Brasil do que o crédito destinado à aquisição de fertilizantes, em geral, aquisição de insumos modernos. No Nordeste, por exemplo, temos hoje com uma taxa de juros nominal de 7%, o que significa, realmente, um alto subsídio para a compra de insumos modernos. É isso que tem permitido que, realmente, a expansão do consumo de fertilizantes se verifique no Brasil — a taxas entre 20 e 40%. Foi o que tivemos nos últimos anos.

Especificamente no caso mencionado pelo Senador, o estudo está sendo feito e ainda não há uma proposta concreta, do nível técnico para o nível ministerial.

Com relação a fertilizantes para o Nordeste, além dos projetos já aprovados, inclusive o projeto para o sal-gema e assim por diante, o caso concreto que o Senador tem em mente deverá ser objeto de proposta específica do Ministro das Minas e Energia a um grupo de Ministros que está considerando o assunto. Como possivelmente as soluções estarão mais diretamente relacionadas com assuntos da área do Ministério das Minas e Energia, deverá caber ao Ministro a apresentação de soluções concretas para o caso mencionado.

No tocante ao problema da irrigação do Nordeste, a definição adotada foi a seguinte. A única limitação que vai haver na execução da irrigação do Nordeste vai ser em termos de dois fatores: 1.º a capacidade de execução; 2.º um mínimo de viabilidade econômica para aquilo que se vai produzir. Ou seja, tanto quanto seja possível encontrar no Nordeste produtos de um certo valor que permita a utilização da irrigação, e tanto quanto possível a capacidade de execução nos diferentes órgãos — e aí se pretende que os órgãos do Governo sejam apenas órgãos de promoção, e que o máximo esteja nas mãos da iniciativa privada, até com um programa especial de crédito que o Banco do Nordeste vai criar para pequenos agricultores em áreas irrigadas — tanto quanto seja possível contar com esses dois fatores, o Governo irá adiante. Não haverá limitação de outro tipo para a dimensão do programa de irrigação no Nordeste. Em particular, não faltarão recursos para a expansão do programa.

O SR. SENADOR JOÃO CLEOFAS — É preciso salientar que, no setor da agricultura, a parte de crédito tem sido extraordinariamente ampliada e o agricultor tem sido extraordinariamente beneficiado pelo crédito. Sobre tudo as últimas resoluções do Banco Central, para aplicação no Nordeste, têm efeitos os mais benéficos possíveis.

Mas minhas indagações, embora impertinentes, tinham razão de ser feitas, V. Ex.^a há de convir. Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Obrigado a V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Com a palavra o Senador Franco Montoro.

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — Sr. Ministro, a exposição feita por V. Ex.^a merece o aplauso de todos. Exatamente em função dessa declaração, vou pedir uma retificação em alguns pontos do Plano. Serão talvez os "morcegos" a que se referiu o Senador Calmon.

Aponto três observações que são, de certa forma, ressaltadas ou restrições à apresentação do Plano, parece-me que em matéria de importância fundamental para a perspectiva humana em que V. Ex.^a situou com muita propriedade, o problema.

Na página 5 do Programa vem mencionado, sob o título "Objetivos Nacionais" os três grandes objetivos nacionais do desenvolvimento brasileiro. Aqui devem estar, naturalmente, em síntese, os grandes objetivos que o Plano tem em vista. Quais são eles? Primeiro: colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria de nação desenvolvida; segundo: duplicar, até 1980, a renda per capita do Brasil etc.; terceiro: elevar a economia, em 1974, às dimensões resultantes um crescimento anual do PIB, entre 8 e 10%.

Se esses são os objetivos parece-me necessário explicitar alguma coisa. O que se deve entender por desenvolvimento? O que se deve entender por nação desenvolvida? O primeiro item fala em nação desenvolvida, sem definir. Os dois se referem a dados materiais que podem marcar o crescimento econômico, mas não o desenvolvimento.

Crescimento per capita e elevação do PNB podem dar-se sem que se atinja o grande objetivo social. Afinal, o objetivo do Plano é o desenvolvimento da população. Por isso, apresentamos Emenda, e gostaríamos de ouvir a opinião de V. Ex.^a. Essa emenda torna explícito que desenvolvimento deve entender-se como elevação de nível de vida da população. Porque pode haver elevação da renda per capita ao dobro, ao triplo; pode haver aumento do PNB, — em benefício de uma minoria de privilegiados, em sacrifício da população.

Como fundamentação, cito a opinião de um ilustre economista inglês — Dudley Seers, que V. Ex.^a naturalmente conhece e que é o Presidente da Sociedade Internacional para o Desenvolvimento. Ele coloca o problema nos seguintes termos:

"No que diz respeito ao desenvolvimento, as perguntas a serem feitas são as seguintes: que está ocorrendo com a pobreza? Com o desemprego? Com as desigualdades? Se os três tiverem sofrido uma queda sensível, então estará fora de dúvida que houve um período de desenvolvimento econômico no país em questão.

Se um ou dos dois desses problemas básicos tiverem se agravado, ou se, especialmente, todos os três tiverem se agravado, seria estranho chamar o resultado de desenvolvimento, ainda que a renda per capita tivesse aumentado.

Um plano que não tivesse por metas a redução da pobreza, do desemprego e da desigualdade, muito dificilmente poderia ser denominado plano de desenvolvimento".

Eu sei que isto não é objeção a idéia de V. Ex.^a que apresentada no início desta exposição, acentuou o aspecto humano, mas nos parece que nos objetivos é necessário mencionar expressamente.

A segunda objeção diz respeito ao complemento disto. Parece-me não ter havido apenas um erro, uma falha, um lapso na redação.

Como se dá a integração da população no desenvolvimento? É fundamentalmente através do salário. Ele é o grande instrumento da participação. É pelo salário que o homem que trabalha participa efetivamente do desenvolvimento. E nota-se em todo o plano um certo desapego ao problema salarial.

Há uma afirmação nas palavras da Integração Social, na página 29, que diz:

"A política de integração social se opera no sentido de assegurar a participação do trabalhador na expansão da renda nacional, notadamente mediante o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público".

E depois, num plano secundário, de passagem, não como promessa, o Plano em relação ao futuro, mas como um fato em relação ao passado, se diz:

"A política salarial em vigor assegura não apenas a manutenção do salário médio real do trabalhador, compensando os índices de inflação, mas também seu aumento progressivo em termos reais, na proporção do aumento da produtividade na economia".

Ora, é o próprio Governo, em documento emanado do Ministério do Planejamento, em 1967, e inscrito no Programa Estratégico de Desenvolvimento, que reconhece a redução dos níveis de salários reais. Aliás, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara reconheceu expressamente, e por unanimidade de seus membros, este fato. É do Programa de Integração Social o seguinte trecho:

"As projeções da inflação que se verificariam nos períodos subseqüentes foram subestimadas, o que tornou o reajuste inferior ao necessário para manutenção do poder aquisitivo dos assalariados. Com isso constatou-se uma queda nos níveis dos salários reais provocando —

acrescenta-se

— uma diminuição da demanda geral dos bens e serviços."

Está no Plano Estratégico do Desenvolvimento, na pág. 150.

Essa valorização ou subvalorização do reajuste não foi corrigida depois de 1967. Tenho presente as várias taxas de previsão: em 1967, a previsão foi de 15, a inflação foi de 24; em 1968, a previsão foi de 15 e a inflação foi de 24; em 1969, a previsão foi de 13 e a inflação de 24; em 1970, a previsão foi de 12 e a inflação foi de 20.

Além disso, em relação ao índice de produtividade, o Governo anuncia que é superior a 9%; descontado o aumento da população, que seria da ordem de 2,8, digamos 3%, o índice seria de 6%.

Calcula-se, sempre, na base de apenas 3% e não 6%. Outros oradores, representando várias categorias das Confederações, da Indústria, representantes da ADECIF, salientaram a necessidade de corrigir esse ponto, reivindicando unânime dos trabalhadores por todas as suas Confederações.

E, finalmente, a terceira objeção, em relação ao PIS. Dá-se uma importância extraordinária a esse Plano de Integração Social. No texto que li à pág. 29, menciona-se que a integração se dará, notadamente, pelo PIS e no quadro 3, que se encontra após a pág. 32, mencionam-se as várias prioridades.

Então vêm as prioridades e está ali: 15 — Integração Social, PIS e PASEP; não se faz referência ao salário.

Qual a importância que V. Ex.^a atribui ao PIS? Em números concretos, não em cifras globais? Devemos olhar a perspectiva humana. A perspectiva humana é o homem concreto.

Para cada trabalhador brasileiro, o que vai significar o PIS neste próximo ano? Tenho a impressão de que não

se chegará a 10 cruzeiros. Será esta a integração social que se pretende dar ao trabalhador?

Esta a pergunta que formulo, reconhecendo por outro lado os aspectos positivos, que não insisto para não refazer o que foi dito. Nossa tarefa é apresentar os pontos que devem ser corrigidos e aperfeiçoados.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Muito grato a V. Ex.^a Responderei às três perguntas.

Primeiro, no tocante à questão dos objetivos, eu diria que sou até mais ambicioso do que V. Ex.^a em matéria de definição de desenvolvimento. V. Ex.^a fala de desenvolvimento como elevação do nível de vida da população. Vou muito longe, e foi essa a razão pela qual tivemos oportunidade de projetar aquele primeiro quadro, porque entendemos que desenvolvimento significa, primeiro, crescimento no sentido de aumento de renda, mesmo porque tivemos oportunidade de mostrar aqui, ele viabiliza muita coisa importante. Desenvolvimento significa disseminação desses resultados, ou seja, uma distribuição de renda que seja considerada adequada e atingindo todas as categorias, permitindo que um grande número participe realmente de uma sociedade de consumo. Iriamos até adiante, em termos de aspectos políticos, em termos de aspectos de segurança, em termos de valores culturais e humanos. Isto me parece inerente à idéia de desenvolvimento.

É muito difícil definir desenvolvimento, graças a Deus, nesses casos o que se pode fazer — eu me lembro bem de uma velha discussão sobre o que é economia. A única coisa razoável que foi dita até hoje sobre o assunto é que economia é aquilo que os economistas fazem.

De modo que, aqui nós poderíamos explicitar o que entendemos dos campos do desenvolvimento e, em síntese diria que entendo pelos campos de desenvolvimento aquilo que foi apresentado no primeiro quadro, e que se refere, até mesmo, à preocupação com a qualidade da vida e com essa coisa de dignidade do ser humano, de identidade nacional, e assim por diante.

Por isso mesmo, uma vez que essa idéia, por assim dizer, está disseminada por todo o documento ele deve ser entendido como um conjunto, eu diria que aquela explicitação de objetivos foi apenas um escalonamento, no tempo, dessa idéia essencial. O que se quer? O que se quer é transformar o Brasil num País desenvolvido. O que é país desenvolvido? Nós sabemos o que é país desenvolvido. Se há necessidade de explicitar, é mais ou menos aquilo que nós tentamos apresentar, segundo o nosso conceito, evidentemente, e que me parece suficientemente amplo e que incorpora aquela chamada revolução material e a revolução social e humana.

Mas, aquela explicitação de objetivos teve o propósito apenas de escalar no tempo, para o período do plano, para a década, para uma geração.

Creio que este Governo já deu provas suficientes da sua preocupação com esses aspectos sociais e humanos, por decisões. Toda aquela listagem de projetos que fizemos aqui, de início, tem alto conteúdo social e humano. De modo que eu reagiria da seguinte forma: se se encontra um sujeito loiro, de um metro e noventa que casa com uma mulata — dessas mulatas aí de Mangueira — ou coisa assim, não se precisa perguntar a ele se tem preconceito de raça. Então, eu creio que já houve suficiente demonstração, por decisões deste Governo, de sua preocupação com os aspectos sociais e humanos do desenvolvimento.

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — Qual seria o inconveniente de mencionar essa circunstância; definir, então, claramente?

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — V. Ex.^a poderá propor, evidentemente.

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — Foi a proposta que fiz, desde que V. Ex.^a aceite.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — A mim me parece que a idéia, quando se apresenta a concepção de um modelo, e um pouco antes já se tinha definido o que se entendia como modelo brasileiro, tudo isso está implícito porque nos parece inerente à idéia de desenvolvimento. Quando se verifica, por exemplo, que:

“O modo brasileiro de organizar o Estado e moldar as instituições para, no período de uma geração, transformar o Brasil em nação desenvolvida constitui o modelo brasileiro de desenvolvimento. Esse modelo nacional deve, por um lado, criar economia moderna, competitiva e dinâmica, e, por outro lado, realizar a democracia econômica, social, racial e política, consoante a índole brasileira.”

Acho que, a partir daí, é apenas uma questão de o Congresso decidir se deve explicitar, se deve explicitar menos, porque o essencial está contido naquela definição inicial.

Quanto aos dois outros aspectos, eu diria: no tocante a salários, hoje, com a legislação em vigor, não importa que haja uma subestimação de inflação. Eu diria até que o crime não compensa, porque a fórmula já garante; qualquer erro cometido no sentido de subestimar a inflação será compensado quando houver o reajustamento seguinte. De modo que não se ganha nem se perde quando o Conselho Monetário fixa uma determinada taxa de inflação — vamos supor, 12%. Essa taxa foi realista? — Muito bem. Mas quando chega o reajustamento seguinte, o trabalhador vai receber a compensação por aquilo que perdeu no período anterior, devido a uma subestimação da inflação, isto é, a diferença entre a inflação efetiva e a inflação que havia sido prevista.

Foi isso que o Senador Jarbas Passarinho, hoje Ministro da Educação, quando Ministro do Trabalho denominou de afrouxo salarial.

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — Permite-me V. Ex.^a uma pequena observação? (Assentimento do orador) — Essa correção existe em relação ao salário para o futuro. O trabalhador não sofrerá a defasagem decorrente disso. Mas o que ele deixou de receber naquele ano não recebe mais. Estou até com um projeto em andamento no Congresso, para fazermos com que seja devolvido aquilo que o trabalhador deixou de receber. É a queixa que eles fazem. E se não compensa, por que se continua a subestimar sempre, por que não se dá uma indicação já mais aproximada?

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Permita-me: vamos supor que no ano de 1971 houve uma subestimação, por parte do Conselho Monetário, da taxa de inflação, isso vai ser compensado no ano seguinte. Ou seja, o que o trabalhador vai receber, o reajustamento que vai ser dado a ele, no período seguinte, é tal que compensa aquilo que porventura ele tenha perdido. De modo que realmente ele não perde mais, em termos de uma subestimação de inflação.

Por que se fixa 12%? — É uma questão de fazer uma previsão, que é uma simples hipótese de trabalho. Desde 1964, o Governo realmente vem repetindo que nunca definiu estimativas de taxas de inflação, apenas, é óbvio que tem que haver um número para colocar nos reajustamentos salariais. E com a legislação, hoje, há efetivamente a compensação, no caso de uma subestimação do residuo inflacionário.

No aspecto do aumento de produtividade, eu assinalaria o seguinte. É preciso entender como se está procurando aplicar essa taxa de aumento da produtividade. Como o crescimento do produto, ano a ano, está, necessariamente, sujeito a flutuações, a renda familiar do trabalhador ficaria extremamente vulnerável se houvesse

uma relação imediata entre uma taxa de crescimento, em determinado ano, deduzido o crescimento da população, por exemplo, e a taxa de produtividade. Consoante as flutuações, nós podemos examinar, ao longo dos anos 60, por exemplo: nos anos 50, em qualquer período, um crescimento de 7%, no outro ano, 5%, no outro, 9%.

Nós não podemos fazer flutuar a renda do trabalhador dessa forma. Então, o que se procurou fazer foi definir o aumento da produtividade mais ou menos em termos de médias de 3 ou 4 anos anteriores.

Mesmo porque, na prática, é irreversível um benefício que se dá ao trabalhador. Se nós incorporarmos um aumento de produtividade, num ano, de 5% que é um aumento de produtividade brutal — assim de memória, talvez, tirando o Japão, não conheço nenhum outro país que possa apresentar aumento de produtividade dessa ordem — se nós incorporarmos 5%, não haverá jeito de retirar isso. Então, deve-se incorporar depois que realmente se consolida um determinado nível de crescimento. Se se passa 3 anos crescendo a 6%, é razoável que incorpore o aumento de produtividade relativo a esse período. Mas não após um ano.

De modo que o que está acontecendo é que o aumento de produtividade tem, de fato, uma defasagem porque ele é calculado em termos de média de 3 anos anteriores. Ele começou em zero; passou a 2%; 2,5; 3; 3,5%. Mas como a taxa, por mais dinâmico que seja o crescimento, fica numa ordem de 9, 10, 11% (e vai ser recorde mundial, se o Brasil conseguir manter essa média), temos de chegar a uma taxa de produtividade correspondente a isto progressivamente. Porque não há realmente como voltar atrás. Ou seja, nós não vamos poder, num ano, dar 5% de produtividade e noutro ano dar 2%, porque haveria todo tipo de impacto sobre a renda de milhares, de milhões de indivíduos. Então, a idéia é...

O SR. DEPUTADO DANIEL FARACO — Uma informação, se me permite? É aumento de PNB ou PIB?

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Em termos de percentagem, a diferença vai ser muito pequena. Para todos esses casos, tem sido usado o aumento do PIB.

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — Se V. Ex.^a permite uma observação, essas observações a respeito das quais há divergências, referem-se aos reajustes salariais, mas não ao salário-mínimo. E em relação ao salário-mínimo, que é aquele que, efetivamente, é o perseguido pela imensa maioria da população brasileira, os dados variam. O Senador João Calmon demonstrou, com dados do IBGE, que essa percentagem é de 68 ou 63%. O Ministro do Trabalho fez uma declaração de que 75% da população ativa está na faixa do salário-mínimo. Ora, no salário-mínimo nem isso se leva em conta. Ele é em média, hoje, no Brasil, de 200 cruzeiros, o que representa, positivamente, do ponto de vista concreto, algo que esses números todos não podem deixar de considerar.

Há uma situação de miséria, de desespero, que não pode deixar de ser considerado. Há o grande risco de se ficar com esses números e médias abstratos, o que se deu com o Plano de Habitação: recebia elogios internacionais e acabou de se verificar a necessidade de modificação. O Governo está de parabéns pela modificação e se percebe a energia que ele precisou emprender para, inclusive, fazer a substituição e essa modificação. Mas o fato concreto é que ele, apesar de, teoricamente, estar muito bem apresentado, não correspondia às condições reais da população.

É o que acontece com o salário-mínimo.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Já que V. Ex.^a mencionou o salário-mínimo, vale a pena um comentário sobre os resultados do censo de 1970 e sobre outros dados relativos a salário-mínimo.

Como o assunto tem sido muito comentado, é bom que se analise. Geralmente, se tem dito o seguinte: 50%

da população, economicamente ativa, no Brasil, estariam em regime de salário-mínimo. Isto é salário monetário. Ora, pelo menos 45% da população brasileira ainda estão no setor agrícola. No setor agrícola o salário monetário não é particularmente relevante. O que é extremamente relevante é o que o trabalhador recebe *in natura*, pelas diversas formas de participação que ele tem. De forma que o número só tem significado para o setor industrial, onde se tem um salário monetário, que define o salário individual. No setor industrial a percepção de rendimentos iguais ou superiores ao salário-mínimo, em 1970, é de 75%.

Em segundo lugar, devemos lembrar que isso é enorme progresso em relação ao que nós tínhamos em 1960. Tínhamos 44% da mão-de-obra industrial recebendo salário-mínimo ou mais e já estamos, em 1970, com 75%.

Pederíamos mencionar que, nos Estados Unidos da América, até há pouco tempo, 20% da população era considerada na faixa de pobreza — evidentemente uma pobreza relativa.

Por outro lado, é preciso entender o que está por trás dessa estatística e tem sido muito utilizada. Isto se refere (*exibe slide*) aos indivíduos recenseados que participavam da população economicamente ativa, isto não é renda familiar. De modo que se V. Ex.^a vai ao setor agrícola e encontra uma dona-de-casa que ganha 20 cruzeiros, ela está aqui (*exibe slide*), mas ela tem filhos e o marido. A renda familiar pode ser três ou quatro vezes isso. Isto inclui menores, os menores que foram recenseados e estavam na população economicamente ativa, até menores de 14 anos também estão aqui (*exibe slide*) porque já vimos que existe uma participação dos menores de 14 anos, da ordem de 11% na população economicamente ativa.

E poderíamos desenvolver outros aspectos. Uma professora, por exemplo, que trabalha durante duas horas numa Cidade do interior de um Estado nordestino, e ganha 10 cruzeiros — até há pouco tempo isso acontecia — ela figura aqui, ela está pesando (*exibe slide*).

O de que precisamos é entender realmente qual o significado da estatística. É evidente que temos de reconhecer — e foi por este motivo que incluímos no nosso pronunciamento aquela referência: “alguns indicadores econômicos sociais mostram ainda parcelas consideráveis da população brasileira fora de uma sociedade de consumo.” Pobre, realmente, do país que não souber reconhecer sua realidade. Mas reconhecer em perspectiva, no caso principalmente considerando o progresso realizado e as perspectivas para tudo isto, ou seja, o que será possível realizar se o Brasil mantiver realmente a taxa de crescimento da ordem que vem experimentando e se souber fazer o que deve fazer com esse crescimento.

Valeria à pena um comentário sobre o PIS. A inclusão do PIS naquele quadro teve apenas o sentido de quantificar os recursos que vão ser destinados ao programa. Como é um quadro de metas quantitativas, não havia realmente como colocar salários e outros indicadores do bem-estar econômico e social. Apenas, aquilo que pudesse ser quantificado e fosse suscetível de definição de meta ou estimativa.

No caso do PIS, o que se pretende é realmente construir um fundo que vá ter grande significação como suplemento ao patrimônio das famílias. A razão pela qual se deu particular destaque ao PIS foi porque, de fato, ele é inovador neste terreno. Neste sentido de suplementação de patrimônio, quando o indivíduo, por exemplo, se aposentar, ele vai ser importante individualmente para cada um dos trabalhadores. Porque é um fundo que se acumula e que já estará com 6 bilhões de cruzeiros acumulados, em três anos. Nós podemos pensar em perspectiva de 15 anos, nós podemos pensar na vida econômica útil do indivíduo entre 30, 35 anos. Ai realmente o PIS vai ter significação.

É claro que se tem que considerar que o trabalhador precisa de salário para consumo presente, mas também

precisa de renda poupada para consumo futuro. Na verdade depende da posição em que a gente está. Se eu for um jovem de 20 anos, começando minha vida econômica, estou interessado em salário para o consumo presente. Na hora de me aposentar, estarei interessado no nível de aposentadoria e no patrimônio que constitui.

Chega-se à observação final de que integração social se realiza por inúmeros instrumentos. Ela se realiza pelo salário. Há poucos países que tenham definido tão nitidamente como o Brasil uma política de transferir os aumentos de produtividade para o trabalhador — diretamente, pelo salário, pela incorporação daquele índice, daquela taxa de aumento de produtividade, indiretamente, através do sistema de preços.

Quando há um acompanhamento de preços em determinados produtos industriais, e até mesmo em termos de produtos agrícolas, a idéia é que se houver um grande aumento de produtividade, ou seja, um crescimento industrial superior a 12, 15%; nesses produtos os reajustamentos de preços não são suficientes para cobrir todos os aumentos de custos e para acompanhar a taxa geral de inflação. Esses produtos devem ter os seus preços finais reajustados numa razão menor do que a média da inflação que se obteve, ou seja, os preços desses produtos devem cair relativamente para que os grandes aumentos de produtividade se transfiram para o consumidor.

Mas existem muitos outros instrumentos pelos quais se pode fazer a integração social. Eu diria que dificilmente haverá um instrumento de integração social mais poderoso do que essas políticas na área de educação, de habitação, de saúde e saneamento. Um estudo recente do IPEA mostra que o fator mais importante para determinar as diferenças de renda entre as classes sociais é a educação. De modo que quando nós estamos universalizando o ensino primário e o ginasial, quando o Brasil proporciona até o ensino superior gratuito a uma certa parcela da população, quando se extingue o analfabetismo, estamos fazendo uma reorientação de renda extremamente importante. Da mesma forma que está sendo feita uma reorientação de renda, através do Programa de Habitação, porque, no fundo, é financiado por toda a sociedade e beneficia diretamente certas classes. Da mesma maneira pode se dizer do programa de saúde, saneamento e assim por diante.

É a idéia essencial de que todos esses instrumentos podem, e estão sendo, utilizados realmente para efetivar a integração social. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — V. Ex.^a não teria possibilidade de dar os dados que solicitei? Qual será, em termos concretos, a importância? Quanto representará para cada trabalhador essa integração?

Esse aspecto do PIS — V. Ex.^a defendeu muito bem seu ponto de vista, referindo-se à educação, à saúde e à habitação, que são fundamentais, mas a minha objeção não é a seu pensamento, é ao Plano, que no n.º 29 declara: “assegurar a participação do trabalhador na expansão da vida nacional, *notadamente pelo PIS.*” Deu uma importância que V. Ex.^a agora desfez, realmente é secundário. Mas eu perguntava qual o número? Quanto o PIS vai representar?

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Vou responder da seguinte forma: primeiro, não é secundário. Quero reafirmar o seguinte: poucos países — de fato, isso é original do Brasil, encontram uma solução desse tipo.

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — O essencial realmente é a educação. O PIS é bem secundário em relação aos outros aspectos que V. Ex.^a mencionou. Mas quanto à valorização poderia haver dúvidas. Qual a significação dele? Quanto equivale em cruzeiros? Essa quantificação é que eu havia solicitado e que gostaria de ser informado, se V. Ex.^a possui os meios.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Primeiro, o PIS é importante como abertura de caminho, ou seja, nem o Brasil e talvez muito poucos outros países houvessem tentado entrar por essa área. Através de salários, o salário em si é importante mas é uma política universal. Educação é também política universal. O PIS tem esse elemento de inovação, de realmente se sair por um caminho novo, e não sabemos, realmente, o que pode surgir em consequência da atuação nessa área.

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — Pode ser bom ou mal.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — No meu modo de ver, é absolutamente em favor do operário, da meta de integração social, não tem nenhum dos inconvenientes que todas as outras tentativas de realizar integração — através da participação de lucros, participação nas gestões — sempre apresentaram. De modo que tem todos os benefícios, todas as vantagens dos outros sistemas e não tem as desvantagens desses outros sistemas.

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — Mas não integra na empresa.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Integra no desenvolvimento. Eu não vejo incompatibilidade em integrar no desenvolvimento e integrar na empresa.

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — São coisas diferentes.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Talvez a distinção tenha ficado um pouco semântica, Senador. (Risos.)

O SR. SENADOR RUY SANTOS — O importante é que o trabalhador esteja satisfeito com isso.

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — Eu gostaria de dados quantitativos. Compreendo que, uma operação complicada, talvez não haja elementos no momento.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Terei prazer em oferecer a V. Ex.^a Os cálculos são da maneira seguin-

te: temos o volume de recursos, temos o total de trabalhadores; o que é preciso são os dados sobre o salário de cada um dos trabalhadores e o tempo de serviço de cada trabalhador. Poderia apresentar a V. Ex.^a, dentro de um prazo razoável, um exercício nesse sentido.

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — Eu agradecerá. Seria um aspecto objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — A Presidência tem muito prazer em que o debate se prolongue. Mas intervenções subsequentes às primeiras geram a impossibilidade que outros também possam inter-pelar S. Ex.^a o Sr. Ministro, que se mostra bastante liberal em estar conosco até o momento. Sem embargo do interesse que desperta o debate desse tipo, eu me vejo obrigado a não permitir mais esse tipo de intervenção.

Tem a palavra o Senador João Calmon.

O SR. SENADOR JOÃO CALMON (Pela ordem.) — Sr. Presidente, citado, nominalmente, pelo Senador Franco Montoro, a respeito de dados que apresentei em discurso proferido no Senado, sinto-me no dever de prestar um esclarecimento.

Como sempre, os dados não são meus. Eu os procurei para esclarecer uma frase de tremenda coragem, proferida pelo Presidente Garrastazu Médici. Declarou, textualmente, Sua Excelência, com uma bravura que penso nenhum outro Presidente, no passado, teve: "O contraste entre a riqueza de uma pequena minoria e a pobreza da imensa maioria do povo brasileiro constitui uma vergonha nacional".

Então, diante dessa brilhante e lúcida explicação do Ministro do Planejamento sobre o que é salário monetário e parte de salário recebido parte em viveres e até com outro tipo de auxílio, é necessário mostrar que o Censo de 70, cuja separata tenho em mãos, revela os seguintes dados concretos:

8. RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANO E MAIS, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE

Setor de Atividade	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL (Cr\$)								
	Total (*)	Até 100	De 101 a 150	De 151 a 200	De 201 a 250	De 251 a 500	De 501 a 1.000	De 1.001 a 2.000	De 2.001 e mais
Total	66.004.330	9.779.524	4.205.004	4.859.123	1.415.485	4.670.922	1.947.027	748.827	335.172
Economicamente Ativos	29.345.293	9.374.229	3.769.887	4.603.960	1.320.689	4.307.078	1.737.748	639.823	305.763

Isso demonstra que nós temos, realmente, mais de 60% da população economicamente ativa, ganhando menos de Cr\$ 200,00. Cito apenas os dados oficiais do Recenseamento, para ilustrar uma afirmação que não é minha, mas é uma corajosa afirmação do Presidente do 3.º Governo da Revolução que considera este quadro uma vergonha nacional que a Revolução está, talvez com uma ênfase que nenhum outro Governo apresentou até agora, tentando atenuar. Na síntese do Plano Nacional de Desenvolvimento se diz, no item 3.º, como objetivo do 3.º Governo da Revolução:

"Transformação social para modernizar as instituições, acelerar o crescimento, distribuir melhor a renda e manter uma sociedade aberta."

Muito obrigado pela oportunidade do esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Os esclarecimentos de V. Ex.^a ficam fazendo parte integrante dos Anais da Comissão.

Com a palavra o Sr. Deputado Vasco Neto.

O SR. DEPUTADO VASCO NETO — Sr. Presidente, Sr. Ministro, mais uma vez, parabéns pelo brilhantismo da exposição.

Vou diretamente ao assunto e reduzi-lo ao máximo, para não me alongar.

O Plano de Desenvolvimento Nacional é o instrumento maior do Governo. V. Ex.^a diz que as prioridades nele apontadas estão compatibilizadas com recursos. Nesse sentido, à página 18 da minha publicação, diz o Plano:

"Ao lado das políticas relativas ao Nordeste e Norte, e das medidas em relação ao Centro-Oeste, a Política de Integração Nacional criará a Região Geoeconômica de Brasília, integrando-a no processo de crescimento do Planalto Central e permitindo a sua circulação com as demais macro-regiões do País."

A página 18 da publicação que eu tenho, pouco antes de "Estratégias Regionais".

E logo a seguir, em "Estratégias Regionais", item 3, cuida da integração do Nordeste com a Amazônia e com

o Planalto Central. Há recursos — evidentemente quando se fala em integração, eu vou supor que com o Norte, com a Amazônia, nós já temos a integração através do Nordeste, a Transamazônica, temos através da BR-153, que vai ser asfaltada; temos através das BR-364 e da 319, até Manaus, e com o Nordeste não temos. Eu pergunto a V. Ex.^a, se houver dicotomia entre o Plano Nacional de Desenvolvimento e o Orçamento Plurianual de Investimentos, que lhe dá apoio, qual deve ser corrigido?

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — O Orçamento Plurianual de Investimentos é o instrumento para decisões concretas no sentido de construir estas estradas ou este sistema de transporte ou comunicações, de modo que estes, os projetos específicos, devem ser procurados realmente no Orçamento Plurianual de Investimentos.

O SR. DEPUTADO VASCO NETO — Pois V. Ex.^a, como nordestino, seja padrinho de emendas que apresentamos. Não haverá integração do Nordeste com o Planalto Central e com o resto do Brasil, porque não há recursos para a ligação do Nordeste com a nossa capital. Está aqui. Se há um Plano de Integração Geoeconômica de Brasília, seriam as radiais de Brasília, todas as BR-0, partindo de Brasília. Todas as macro-regiões estão atendidas, menos o Nordeste. É um apelo que faço a V. Ex.^a, dentro da dicotomia encontrada neste setor.

Outras emendas eu teria prazer em apresentar. Agora, veja V. Ex.^a, os representantes do Nordeste fizemos uma emenda, o Senador Virgílio Távora apoiou e grande parte dos nordestinos, mas temos certeza não vai ser aprovada.

V. Ex.^a leva daqui o apelo. Não haverá integração do Nordeste com o Planalto Central.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — A propósito da discussão do Orçamento Plurianual de Investimentos, terei prazer em levar em conta a emenda de V. Ex.^a

O SR. DEPUTADO VASCO NETO — Muito obrigado, porque só assim teremos integração Nordeste—Planalto Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Tem a palavra o Deputado Parsifal Barroso, orador inscrito.

O SR. DEPUTADO PARSIFAL BARROSO — Antes de tudo, Sr. Ministro, quero felicitar a V. Ex.^a pela serenidade com que tem enfrentado as perguntas de todos nós que apenas desejamos colaborar com o Governo no sentido de que ele possa, através do Plano de Desenvolvimento e do Plurianual de Investimentos atingir as metas que fixou. De modo que as minhas duas perguntas se situam no Plano da Estratégia Regional do Nordeste, págs. 19 e 22.

Sou preocupado com o êxito da política de crescimento e expansão do mercado interno nordestino e entendo que todos os instrumentos que estão em poder do Governo, na área da SUDENE e que foram omitidos no Plano de Desenvolvimento Nacional, poderiam e deveriam mesmo ser restabelecidos através de emendas, de ressalvas que visassem a restabelecer dotações que estão diminuídas ou incluir programas que o Governo está desenvolvendo na área da SUDENE.

Cito, por exemplo, no plano de programas que estão sendo desenvolvidos e não foram mencionados no PND, o Programa de Implantação das Companhias de Integração e de Desenvolvimento Agrícola, as CIDAS, e o Programa de Engenharia Rural, a cargo do DNOCS, em observância do Decreto-lei n.º 138, de 2 de fevereiro de 1967. São instrumentos valiosos que constam de leis e não estão discriminados ou mencionados na estratégia referente ao Nordeste.

Outro exemplo. Com referência ao caso da irrigação, que já foi mencionado pelo Senador João Cleofas, per-

mito-me lembrar a V. Ex.^a, Sr. Ministro Reis Velloso, que a diferença entre o quantitativo que está mencionado no PND e no GEIDA e no plano da SUDENE que está publicado na Imprensa, é muito grande. O PND menciona 40 mil hectares e a SUDENE menciona para mais de cem, conforme a publicação feita agora no dia 30 de setembro.

Esta, a primeira pergunta.

A segunda, referente à página 22, refere-se apenas ao seguinte. Como corajosamente o Plano exclui os projetos agrícolas da faixa de incentivos, para que eles sejam incluídos na faixa de financiamentos a longo prazo e juros baixos, não está definida a situação dos projetos que a SUDENE aprovou e se encontram em fase de implantação, mas, atualmente, sem perspectiva na faixa dos incentivos pela mudança de orientação já assentada, e que está definida no Plano.

Perguntaria, então a V. Ex.^a, se, através de emenda de ressalva, poder-se-ia também suprir esta falha?

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — No tocante ao primeiro aspecto, eu responderia que a programação da SUDENE e do DNOCS, através do Orçamento Plurianual e dos outros recursos de que aqueles órgãos dispõem, já cuida dos dois aspectos mencionados por V. Ex.^a

No Plano Nacional de Desenvolvimento não há uma exaustividade nas linhas de ação apresentadas, apenas aquelas de maior dimensão, mesmo porque isso será explicitado e mais detalhado nos planos regionais de desenvolvimento.

O SR. DEPUTADO PARSIFAL BARROSO — Permita V. Ex.^a: no Plurianual de investimentos há as omissões a que me referi.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Seria o caso de emendar, salvo se a SUDENE tiver idéia de usar recursos, que não os orçamentários, para implantação daqueles programas. Isso poderá ser esclarecido a V. Ex.^a e, inclusive, se for o caso, explicitado no Plano Regional de Desenvolvimento ou no próprio Orçamento Plurianual de Investimentos.

Quanto ao segundo ponto, a situação dos atuais projetos agrícolas aprovados vai ser considerada dentro de um esquema especial que o Ministro do Interior já está examinando com a SUDENE, para permitir, progressivamente, o atendimento daqueles projetos que realmente forem considerados de alta prioridade, seja através dos mecanismos dos incentivos financeiros ou de outros tipos considerados adequados para aquela finalidade. Em boa medida, eles poderão ser atendidos se realmente houver alta prioridade através do PROTERRA.

No tocante à irrigação, reitero o esclarecimento que já prestei ao Senador João Cleofas, no sentido de que a limitação ao programa de irrigação do Nordeste será apenas em termos da capacidade de implementação dos órgãos e não em termos de destinação de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Tem a palavra o Sr. Deputado Sílvio Barros.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO BARROS — Sr. Ministro, imaginando que deveria compor por escrito tanto as eventuais emendas como as indagações a serem levadas ao conhecimento de V. Ex.^a, permito-me ater-me ao pensamento inicial, a fim de que possa restringir-me ao máximo possível.

Na qualidade de componente do Grupo de Estudos Econômicos sob a coordenação do Senador Franco Montoro, devo examinar os aspectos relativos à renda per capita, educação e transporte.

Assim, proponho para apreciação de V. Ex.^a, tanto as prováveis emendas, quanto as indagações ao final da exposição.

Ponto de vista — Tomando-se por base a pesquisa sobre alfabetização inserida no Censo de 1970, onde em 79.305.757 pessoas, nós encontramos 30.424.191 analfabetos, observamos que os recursos previstos para 1970 eram da ordem de Cr\$ 1.800.000.000. Os recursos para 1974, Cr\$ 3.060.000.000.

O aumento previsto pelo PND é de 70% dos recursos. Subtraindo-se a inflação presumida nos quatro anos na razão de 50%, o aumento real no investimento do processo educacional será de 20%. Atendendo ainda à pretensão do Governo de ampliar a faixa etária de 4 a 6 anos em relação à escolaridade, é óbvio que precisamos de maior volume de recursos.

Dai a emenda: aumento de recursos previstos através da aplicação de 25% dos incentivos fiscais, subtraídos dos 50% hoje atribuídos aos contribuintes para aplicação em projetos agropecuários ou outras atividades. Os 25% pretendidos serão concentrados no ensino médio, polivalente e orientado para o trabalho, estimulando-se as Fundações Educacionais.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — V. Ex.^a permite apenas um esclarecimento?

O SR. DEPUTADO SILVIO BARROS — Com todo o prazer.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Aumento de 70% em que recursos?

O SR. DEPUTADO SILVIO BARROS — Dispendios federais com educação.

O SR. REIS VELLOSO — É o que pensava. Muito grato.

O SR. DEPUTADO SILVIO BARROS — No que se refere a transportes.

Estabelece o PND gastos na meta transportes assim especificados:

	Cr\$
Sistema Rodoviário	10.600.000
Sistema Ferroviário	4.570.000

Todavia no Quadro III, pág. 32, aparece tão-somente rodovias e navegação nada se verificando em relação a ferrovias, lapso provavelmente.

Claro está a pública e festejada manifestação das autoridades européias e nipônicas creditando o reencontro com o desenvolvimento econômico às ferrovias. Respeitando as dimensões continentais do Brasil a meta denominada poder de competição provavelmente será alcançado diminuindo-se o custo dos produtos nos postos de embarque. Impossível competir no mercado internacional quando o transporte se faz através de rodovias.

Exemplo, uma composição de 25 vagões, com equipe de 4 homens, consome 1.576 litros de combustível. Na contrapartida, uma frota de 48 caminhões com uma equipe de 94 homens consome 4.560 litros de combustível, para transportar 15 mil sacas de café em 300 km.

Dai, não dispondo de melhores elementos, proponho a inversão de recursos destinados a ampliar o complexo ferroviário, suprimindo-se as dotações consignadas à duplicação das pistas de rolamento das rodovias utilizando-se destes e outros recursos para modernização das ferrovias, estabelecendo-se velocidades compatíveis com as ferrovias existentes nos países desenvolvidos, ou seja, 100 a 150 km/h para carga e 200 a 250 km/h para passageiros.

Pretendo aduzir, Sr. Ministro, que este baixo custo ou esta diferença de transporte entre ferrovias e rodovias, verifica-se, exatamente, num complexo rodoviário que produz uma velocidade média e comercial de 12 quilômetros horários, para ser mais preciso, 12 ½ (doze quilômetros e meio).

Finalmente, Sr. Ministro, renda per capita.

Censo de 1960 — A observação dos economistas quando contestam as relações entre o bem-estar social, o desenvolvimento, a distribuição de riquezas fundamentais na renda per capita encontram no Brasil sólidos e incontestáveis subsídios, senão vejamos:

População acima de 10 anos	66.004.330	
Economicamente ativos	29.545.293	
Renda média — US\$ 57 ao ano		24.929.058
Destaque — Renda média US\$ 24 ao ano		9.779.524

Apenas 1.000.000 de brasileiros colocam-se na faixa acima de US\$ 300 ao ano. Assim torna-se impossível a aprovação das diretrizes estabelecidas visando ultrapassar a meta dos US\$ 500 per capita ao ano, até 1974, porquanto nada mais ocorrerá do que o exuberante prestígio aos grupos da elite empresarial que definitivamente não traduz a realidade nacional.

Emenda: Estabelecerá o Governo a barreira mínima de US\$ 200 de rendimento mínimo ao ano aos brasileiros considerados em atividade econômica até 1974.

Sr. Presidente, e Sr. Ministro, propostas as emendas e sintetizadas as justificações, passo a formalizar as informações necessárias que, uma vez respondidas pelo Exmo. Sr. Ministro do Planejamento, haverá de esclarecer e indicar as probabilidades que levarão as imperiosas inversões prioritárias, de vez que o Governo admite a modificação dos quantitativos expressos no Orçamento Anual e no Orçamento Plurianual visando atender o Plano Nacional de Desenvolvimento:

1) Qual o volume global em cruzeiros das importações brasileiras. Destaques relativo a importação de petróleo.

2) Qual o montante das nossas responsabilidades com os pagamentos no País e no Exterior relativos a política de patentes. Destaques para veículo automotores.

3) Qual o valor do transporte através de ferrovia em toneladas dos produtos agrícolas em relação ao transporte rodoviário.

4) Qual o montante dos impostos não arrecadados em função dos incentivos fiscais.

Compreendo, Sr. Ministro, que V. Ex.^a poderá, eventualmente, não dispor dos dados para que nós possamos melhor fundamentar o nosso pensamento. Todavia, como pretende o Governo obter aprovação do Congresso para o Plano Nacional de Desenvolvimento, nós estaríamos, por certo, inclinados a aplaudir e votar as intenções predispostas, desde que elas, na realidade, presumam um estado ideal, acima de qualquer coisa. Ficamos aguardando as respostas de V. Ex.^a, até agora dadas com grande propriedade.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Muito obrigado a V. Ex.^a

Responderia às indagações de V. Ex.^a da seguinte forma.

No tocante ao analfabetismo, conforme aqui assinarmos, o Censo revelou que a taxa de analfabetismo, no Brasil, em 1970, era de 30%. Evidentemente, é preciso considerar não apenas isso mas o objetivo já anunciado, de que o analfabetismo será erradicado até o final da década, e o que o MOBIL já está realizando permite isso com a maior viabilidade.

No tocante aos recursos para o Setor Educação, gostaria de esclarecer que o aumento de 70% é em termos reais, ou seja, no Orçamento Plurianual de Investimentos e em todos os outros instrumentos haverá correção monetária, a inflação se adiciona a isso, não precisaremos deduzir a inflação dos 70% para obter o aumento em termos reais, porque isso é a preços constantes do ano de 1972.

Com referência às ferrovias, eu diria que a exclusão de ferrovias do quadro de metas foi apenas pela dificuldade de quantificar alguma coisa. É muito fácil fazer isso no tocante a ferrovias, porque existe a quilometragem da rede. É fácil fazê-lo no tocante à navegação, porque se pode usar a tonelagem peso bruto ou o número de navios. No caso, porém, de ferrovias, como o que se tem em mente é um grande programa de remodelação, reaparelhamento e modernização do sistema ferroviário brasileiro, não era possível ter metas propriamente que pudessem ser ali quantificadas.

Em verdade, o setor ferroviário vai ser a grande prioridade na área de transportes, nos próximos anos, inclusive o Brasil já está concluindo a negociação até mesmo de empréstimos internacionais, que dão inteira viabilidade financeira a esse esquema. Será num total de investimento de 4,6 bilhões de cruzeiros no período de 1972 a 1974, permitindo uma redução expressiva do déficit operacional da Rede Ferroviária Federal, até alcançar sua completa eliminação, antes de 1974, e adoção de medidas para aumentar a eficiência do setor ferroviário.

O que era possível fazer, até agora, em termos de reduzir o excesso de emprego na Rede Ferroviária, de eliminar certos ramais, evidentemente antieconômicos, e assim por diante — o que era possível fazer, sem investimentos de racionalização, já foi feito, através de medidas administrativas, de treinamento de pessoal e assim por diante. De modo que, agora, chegou realmente o estágio para importante programa de investimentos no setor ferroviário, que vai ser orientado principalmente para racionalização e modernização do sistema, alcançando índices de grande eficiência.

No tocante aos demais aspectos, terei satisfação em fornecer as informações a V. Ex.^a e gostaria, se fosse possível, de ter por escrito os dados de que V. Ex.^a necessita.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO BARROS — Senhor Ministro, só no que se refere ao primeiro item, a nossa indagação não foi de ordem política. É uma indagação de ordem positivista. O que nós compreendemos é que, com o crescimento na taxa de 3%, prevista pelo Governo, em termos de aumento de população, e os recursos destinados ao processo educacional, nós não chegaríamos a erradicar o analfabetismo, de acordo com as manifestações do próprio Plano e relacionadas ao MOBRAL, de vez que os recursos parecem absolutamente pequenos em relação ao problema.

A nossa indagação a V. Ex.^a foi a viabilidade de receber de V. Ex.^a a compreensão — e por que não? — o patrocínio, quando propusemos a idéia de utilizarmos vinte e cinco por cento dos incentivos fiscais, hoje nas mãos dos grandes empresários que detonam, por sua vez, outros planos de desenvolvimento agropecuário, ao invés de direcionarmos para o processo educacional.

Era essa a indagação.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Pois não, terei satisfação de considerar o que V. Ex.^a disse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Tem a palavra o nobre Deputado Marcondes Gadelha.

O SR. DEPUTADO MARCONDES GADELHA — Sr. Ministro, queria parabenizar V. Ex.^a pela brilhante exposição com que acaba de brindar esta Casa, o que aliás não é, para nós, nenhuma novidade — vem apenas corroborar a imagem que de V. Ex.^a fazemos, de um homem culto, dedicado ao seu mister, talhado para a função de que se desincumbe.

Gostaria de ressaltar, ainda, a tolerância de V. Ex.^a, o seu espírito democrático que realmente nos encanta.

Os "morcegos" que tinha a apontar já foram, de certa forma, na sua maioria, vítimas dos *flash-light* de diversos Senadores e Deputados e, sobretudo, de V. Ex.^a

Sou daqueles que, como o Senador Franco Montoro, entendem que desenvolvimento econômico não se mede necessariamente em termos de PIB, nem em termos de renda per capita. Acharmos que a medida do desenvolvimento é a promoção humana e, nesse ponto, haveria algumas objeções iniciais.

Na síntese, nas realizações nacionais, são fixados como objetivos básicos, além de se manter na lista dos 10 países de maior nível global do PIB do mundo ocidental, passa do 9.º para 8.º lugar nessa categoria e ultrapassa a barreira dos 500 dólares de renda per capita.

Não queremos subestimar a importância da renda per capita e do PIB, mas apenas reduzi-la ao seu significado limitado.

Aliás, aqui há uma expressão que me pareceu temerária: "passe também da posição de 9.º colocado para a de 8.º nessa categoria". Nós achamos que isso não depende apenas da performance do desempenho da nossa economia, que, por mais brilhante que seja, não impede que outros também que estejam na faixa imediatamente acima ou abaixo tenham um crescimento correspondente e se mantenham na sua posição. Isso pode até desmerecer um pouco o Plano no concerto internacional, dada à interpretação grosseira que pode surgir de terceiros de que nos cingimos no conceito de desenvolvimento à disputa de lugar no cenário internacional.

Mas, eu dizia que, para nós, a medida de desenvolvimento é a promoção humana e o Plano teria que responder a essas três perguntas: o que aconteceu com o desemprego, com as injustiças e com as desigualdades?

Na questão do desemprego, em passant, diria que deve haver uma redução muito modesta, praticamente insignificante, de 13% até 1974, se comparado com o crescimento do Produto Interno Bruto de 41%. Isso será apenas uma espécie de contemporização do *statu quo* atual.

Quanto às injustiças sociais, o Senador Franco Montoro já fez uma análise acurada, apenas juntaríamos os resultados do Censo, que mostram, de 93 milhões de brasileiros, 90 milhões com renda baixa de 500 cruzeiros mensais e que 83 milhões ganham menos de duzentos cruzeiros mensais ou não têm nenhum rendimento, enquanto que 1% da população detém 30% da renda. Esse fato já foi denunciado, aliás, no Senado americano, pelo Senador Fred Harris até como motivação para a supressão da ajuda ao Brasil.

Queria, no entanto, me fixar ao terceiro item, que diz respeito às desigualdades. E falando em desigualdades — pode ser em termos individuais, em termos de renda etc. — eu gostaria de me fixar no problema das desigualdades regionais. V. Ex.^a sabe, se tem dito, que a distância, o fosso entre o Piauí e São Paulo, hoje, é maior do que entre aquele Estado e os Estados Unidos.

O fato novo que o Governo apresenta para corrigir essas desigualdades são o PIN e o PROTERRA. Fora disso, não há mais nada assim de novidade ou de grande interesse.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — V. Ex.^a acha pouco?

O SR. DEPUTADO MARCONDES GADELHA — Chego lá.

Fixemo-nos no PROTERRA. Este plano de redistribuição de terras, incentivos à agroindústria nordestina deve ter sofrido uma gestação de, no máximo, seis meses, porque não consta do Programa de Metas e Bases para ação do Governo, nem na reedição deste ano, nem na edição anterior, do ano passado.

Nesses seis meses houve toda uma inversão da filosofia desenvolvimentista da SUDENE. Nós achávamos

que ela fosse correta, porque baseada num diagnóstico consentâneo.

A agricultura do Nordeste, apesar das aparências, tem um desempenho muito brilhante, apesar das secas, apesar da inexistência de preços mínimos condignos. Ela representa 25% do produto agrícola brasileiro. A indústria representa menos de 7%. Enquanto a agricultura está em ascensão, porque em 1960 era apenas 22,5%, a indústria está em constante declínio, porque em 1939 representava 12%, e hoje V. Ex.^a sabe que o Rio Grande do Sul paga mais IPI que todo o Nordeste. Então estava evidente que a defasagem era exatamente com relação ao escasso rendimento da industrialização no Nordeste. No entanto, o Governo propôs a retirada de 50% do setor industrial para o setor primário, afora o que já havia a SUDENE perdido para a EMBRATUR, para a SUDEPE etc.

Pergunto a V. Ex.^a

1.^o se o Governo entende que o Nordeste deve ser indefinidamente região essencialmente agrícola?

2.^o se não existem contradições internas ao próprio PROTERRA, no que diz respeito a ser ele mecanismo de correção do desnível regional entre Nordeste e Centro-Sul?

Sr. Ministro, esta indagação se baseia na análise da própria estrutura fundiária do Nordeste, marcada por uma concentração excessiva. Sabe V. Ex.^a que a grande maioria das propriedades do Nordeste têm menos de 100 hectares, enquanto que 1% dos proprietários detêm mais de 50% das terras redistribuíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — (Fazendo soar a campainha) — Solicitaria a V. Ex.^a, nobre Deputado Marcondes Gadelha, concluir sua indagação. É uma honra ouvirmos V. Ex.^a, que inclusive é Vice-Presidente desta Comissão, mas já excedeu de 5 minutos o tempo previsto.

O SR. DEPUTADO MARCONDES GADELHA — Vou terminar, Sr. Presidente.

Se é facultado, Sr. Ministro, desapropriar, em títulos da dívida pública ou em dinheiro, o Governo fica num dilema. Se desapropriar em títulos, corre o risco de criar uma convulsão social no Nordeste. Se desapropriar em dinheiro, corre o risco de concentrar nas mãos de latifundiários todos aqueles recursos necessários à industrialização do Nordeste.

Esses latifundiários, ora transformados em investidores, não vão, evidentemente, investir mais no Nordeste, nem em aquisição de terras, nem em projeto de qualquer natureza. Certamente, investirão na Bolsa de Valores, retornando, desta forma, ao Sul, aqueles capitais preciosos, necessários ao desenvolvimento nordestino. Essa hipótese nos pareceu mais verossímil, ainda, depois dessas quedas sucessivas que a Bolsa de Valores está sofrendo, o que têm acarretado uma cata obsessiva de investidores que lhe garantam certa estabilidade dentro de 5 a 10 anos.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Não me pareceu claro. Qual é a conclusão a que chega V. Ex.^a?

O SR. DEPUTADO MARCONDES GADELHA — A conclusão é que, conquanto o PROTERRA venha eivado de alarde muito grande, de uma propaganda muito grande, como elemento de redenção do Nordeste, parece-nos que será a longo prazo, um entrave. Porque sabe V. Ex.^a que a agricultura não é capaz de financiar o desenvolvimento, e isso é verdade para o Brasil — e V. Ex.^a admite — porque o Governo está procurando diversificar a pauta de exportações, procurando incluir manufaturados. Então hoje é um fato aceito por todos os economistas que a agricultura, atualmente, não é mais capaz de garantir o desenvolvimento, dada a perda relativa do valor de troca

dos produtos primários no mercado internacional. Então, a longo prazo, vai continuar essa, ou talvez, aumentar a defasagem Nordeste—Centro-Sul.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Sr. Presidente, eu começaria tratando do problema do Nordeste, para depois fazer dois comentários de sentido geral.

No tocante ao Nordeste, o que o Governo pretende é o que está no Projeto do Plano Nacional de Desenvolvimento no tocante à Estratégia do Nordeste e que diz:

“Fortalecimento do processo de industrialização já iniciado, com apoio, principalmente, nos cinquenta por cento remanescentes dos incentivos fiscais.”

Em seguida, fala-se das metas relativas à transformação da economia rural e à integração do Nordeste com a Amazônia.

Essencialmente é o seguinte: o Nordeste fez uma experiência de desenvolvimento nos anos 60. O grande elemento positivo daquela experiência foi o início de processo de industrialização que se afigura viável. Isto aumentou consideravelmente a renda urbana no Nordeste e permitiu que, não obstante a grande expansão da população das áreas urbanas, houvesse algum aumento de emprego e aumento de renda.

Isto não significou a solução do problema do emprego no Nordeste, e nem poderia significar — é preciso que se diga claramente —, e não significou também a solução do que se poderia chamar o problema social do Nordeste, em termos de que ainda há uma excessivamente elevada percentagem da população do Nordeste que se encontra em níveis muito baixos de produtividade, numa agricultura de subsistência, particularmente na região semi-árida.

Não poderia significar solução do emprego porque a indústria, diretamente, não vai resolver o problema de emprego para o Nordeste, porque ela deve ser competitiva, ou seja, como não existe uma barreira alfandegária — existe apenas a barreira natural de custos de transportes que tende a diminuir, pelo progresso — é preciso que, dado o subsídio representado pelo incentivo fiscal e por outros tipos de subsídios que são dados, por exemplo, através do sistema financeiro e dada esta barreira natural, é preciso que a indústria do Nordeste tenha condições de competir com o Centro-Sul e competir com o Exterior.

É viável até que certos ramos da indústria nordestina vão ao Exterior. Eu acho que a indústria nordestina, de algum modo, deve caminhar para isto, nas áreas em que ela tem poder de competição. Mas, não a solução do problema do emprego, porque, efetivamente, ainda que aumente o emprego a 1, 2% ao ano, na indústria, a população urbana está aumentando a 5%.

Então, o que o Governo procurou foi complementar a estratégia do Nordeste e, ao complementá-la, procurou substituir um instrumento que se estava revelando pouco eficiente para desenvolver a agricultura, por um que fosse mais eficiente para desenvolvimento da agricultura.

Essencialmente, esse instrumento deve ser o crédito orientado para transformação da agricultura do Nordeste. Crédito altamente subsidiado. Vai ser um subsídio correspondente ao incentivo fiscal, ou seja, que vai dar um verdadeiro estouro na taxa de rentabilidade de qualquer projeto que receba aquele crédito — isso é feito deliberadamente, porque ele substitui para a agricultura o incentivo fiscal — de modo que seja possível realizar, precisamente, duas coisas: primeiro, um programa de redistribuição de terras na área de reforma agrária para permitir a substituição do minifúndio e dar terras a grande número de trabalhadores que não dispõem delas em áreas do Nordeste; segundo, execução de projetos agrícolas viáveis. Projetos agrícolas na dimensão adequada, com aumento considerável da produtividade das culturas básicas do Nordeste, de modo que, realmente, seja possível ter

um grande aumento na produção agrícola do Nordeste, desenvolver a agroindústria, ou seja, a industrialização de produtos agrícolas do Nordeste e até mesmo abrir uma frente de promoção da exportação de produtos agrícolas não tradicionais e de produtos agrícolas processados em relação ao Nordeste. Isso me parece altamente indicado para o tipo de economia que existe no Nordeste. E é evidente que a viabilidade da indústria também depende do aumento de renda no setor agrícola, principalmente quando este setor ainda absorve a grande maioria da população economicamente ativa do Nordeste.

Todas as experiências internacionais de desenvolvimento de áreas pobres que, ou cuidaram essencialmente da infra-estrutura, negligenciando setores diretamente produtivos, ou quiseram fazer uma industrialização que não levava em conta a necessidade de criação de empregos a níveis razoáveis de produtividade e que não levava em conta a necessidade de aumento substancial da produtividade e da renda na agricultura, todos esses programas foram de curta duração, tenderam ao fracasso. Isto exatamente é o que se quer evitar no Brasil.

De modo que a idéia é assegurar a viabilidade do setor industrial nordestino. O próprio Plano fala num novo pólo agroindustrial no Nordeste, está aqui explicitado, mas ao mesmo tempo cuidar do problema do emprego, do problema social (esses dois aspectos particularmente) no sentido de uma agricultura razoavelmente de mercado, razoavelmente eficiente e capaz de elevar os seus níveis de produtividade, os seus níveis de renda progressivamente.

Essa, a idéia geral.

Os dois comentários de ordem geral. Primeiro, no tocante a esses chamados projetos de impacto. Tenho ouvido muitas vezes essa observação. V. Ex.^a me permite, aqui não há nenhuma referência de caráter pessoal, apenas esclarecimento, ouvi muitas vezes a observação de que este ou aquele projeto teve um prazo de gestação muito curto porque não entrou, por exemplo, nas metas e bases.

Esses programas de impacto, pelo estilo de governo, pela maneira adotada pelo Governo para anunciá-los, eles só são do conhecimento da opinião pública no momento em que o Presidente da República decide aprovar ou submeter uma mensagem ao Congresso Nacional. De modo que se houver quatro, cinco documentos de governo intermediários, evidentemente eles não vão fazer referências àquele programa, embora ele esteja em análise há dois anos.

Na verdade, o embrião do PROTERRA teve lugar no momento em que o Governo tomou a decisão de submeter ao Congresso Nacional o decreto-lei do Programa de Integração Nacional. Foi ali que surgiu a preocupação com o problema da agricultura do Nordeste, porque o Governo já estava muito consciente de que ficar apenas na área da industrialização não iria significar um desenvolvimento auto-sustentável para o Nordeste.

Isso se refere, em geral, a todos esses projetos de impacto. Será muito difícil saber-se o prazo de gestação de todos eles, simplesmente compulsando períodos entre documentos.

Por outro lado, eu gostaria de assegurar o seguinte:

Primeiro, todos eles são submetidos a longo prazo de amadurecimento dentro do Governo, no mais alto nível, ou seja, são os próprios Ministros que submetem ao Presidente da República a forma final, depois de um grande número de reuniões. Nenhum programa é tão estudado, não há outro tipo de projeto que seja tão estudado como esse, que recebe atenção no mais alto nível.

Segundo, como já tivemos ocasião de assinalar, sempre há o esquema financeiro correspondente. A partir do momento em que o esquema financeiro existe e o programa é lançado, o grande esforço é no sentido da execução. Realmente, há um acompanhamento que, às ve-

zes, chega até ao nível do Presidente da República, como S. Ex.^a acabou de demonstrar com a ida à Amazônia, para verificar toda a atuação do Governo naquela Região, como tem demonstrado em relação ao Nordeste nas suas sucessivas viagens àquela área.

Ainda uma referência ao problema do crescimento e desenvolvimento, sem querer "chover no molhado", mas apenas para observar o seguinte. Eu não vou querer me repetir exaustivamente — pelo menos 70% da minha exposição foi dedicada a essa relação entre crescimento econômico e desenvolvimento —, apenas assinalo o seguinte: quando consideramos esses indicadores econômicos e sociais, é preciso atentar para duas coisas: 1) se os índices são baixos, resultam do fato de que tivemos 3 a 4 séculos de subdesenvolvimento; eles são resultados de 3 a 4 séculos de subdesenvolvimento, e não vai ser de estalo que vamos eliminar a presença desses índices. Não devemos ter qualquer receio deles — já tive oportunidade de assinalar: pobre do país que não aceita a sua realidade, porque é o primeiro passo, realmente, para as transformações fecundas, para as decisões inovadoras; 2) é preciso examiná-los num conjunto. Particularmente, é preciso atentar para o extraordinário progresso que se fez, nos últimos 20 anos, principalmente na última década, e especialmente de 64 para cá, como tivemos oportunidade de assinalar em relação a muitos desses indicadores. E depois: ele no fundo reflete é a condição de pobreza do País. E, a maneira de eliminá-los é, realmente, usando bem o crescimento.

Mas, eu me repito: o crescimento é apenas o instrumento. Quando o Brasil dá ênfase a ter 8 a 10% de crescimento de PIB ao ano, ninguém está preocupado com o fato de que houve um aumento de 8 a 10% em algo mágico chamado PIB, mas é com as coisas que podem ser feitas pela comunidade brasileira com esse excepcional aumento global da disponibilidade de bens e serviços. A começar do fato de que crescer a 9/10% durante uma década significa, realmente, poder dobrar o padrão de vida de cada brasileiro, naquele período, em 11 anos, mais exatamente, ainda que não haja melhoria da distribuição de renda. Ainda que nós cristalizássemos a distribuição de renda, cada brasileiro podia ter o dobro do bem-estar material que tinha uma década antes.

Mas, há muito mais coisa que pode ser feita com isso, porque, realmente, esse crescimento excepcional permite compatibilizar uma série de objetivos difíceis de alcançar, mesmo individualmente, por muitos países, para não dizer cumulativamente, como o Brasil pretende fazer.

Como já assinalamos, o crescimento permite aumentar o emprego a altas taxas, ele permite melhorar, em geral, todos os indicadores econômicos e sociais.

É válida a observação do Seers; eu diria que melhor ainda que a análise do Seers é o livro do Lewis de que se originou o artigo do Seers. Apenas é uma espécie de "boneco de palha", ou seja, no fundo é uma crítica que não se sabe a que se refere, no sentido de que eu não consegui encontrar nenhuma instituição internacional que fosse avaliar resultados de desenvolvimento com base apenas no crescimento do PIB.

Anualmente, nós temos uma reunião no CIAP e lá há uma série de indicadores, eles são bastante diversificados e cobrem principalmente os aspectos sociais. Ainda recentemente, houve estudos da OECD (temos aqui alguns deles, em resumo), fazendo balanço da posição da OECD e há pelo menos 20 indicadores considerados.

Mas é importante que guardemos essa idéia. Só se pensa realmente em crescimento econômico, porque ele é a maneira de, simultaneamente, resolver um montão de problemas, às vezes, de difícil solução, até tomados cada um por si. Então ele é, de fato, a condição para viabilizar um mundo de coisas. E como achamos que a sociedade brasileira sabe o que deseja, em matéria de desenvolvimento, é importante que não se interrompa esse

dinamismo de crescimento, nas altas faixas que têm sido verificadas, porque estou certo de que, realmente, Executivo, Congresso, Judiciário, todas as forças de decisão do País, a comunidade brasileira, dará um destino adequado a essa renda gerada, de maneira auto-sustentável e com alta velocidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Com a palavra o Deputado Pinheiro Machado.

O SR. DEPUTADO PINHEIRO MACHADO — Sr. Ministro, como homem do Nordeste, do seu Estado e, por que não dizer, da sua cidade, eu não poderia ter nenhum **moreço**, até porque abundam lá os pássaros multicores e eu me sentiria aqui contrafeito se tivesse de dá-los agora a V. Ex.^a, pelo brilhantismo da sua palestra.

Eu me permitiria uma pergunta rápida, já que quase todas foram respondidas, inclusive sobre o que eu teria de falar sobre o PROTERRA. Nós recebemos, no Nordeste, com a maior euforia a criação do PROTERRA. Ele virá, sem dúvida, corrigir uma distorção porque a população nordestina, no campo, é de 57%, e em 1980 será de 50%, e ainda estará a níveis muito abaixo daqueles recomendados pela FAO, como essenciais à saúde humana no que toca à sua alimentação. Portanto, essa revolução no campo, no Nordeste, é essencial através do PROTERRA e eu vi, na projeção que V. Ex.^a fez aí, projetou para o PROTERRA três bilhões. Perguntaria se houve alguma redução do inicial, de 4 bilhões com que foi criado, embora V. Ex.^a tenha falado em 10 bilhões no decorrer da sua palestra. Eu gostaria que me desse uma explicação, trocando em miúdos esses números.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Eu esclareceria, muito simplesmente que esses três bilhões são em 3 anos.

Os quatro bilhões previstos inicialmente são em 6 anos. O período de vigência do PROTERRA é até 1976 e aqui nós cuidamos apenas até 1974.

O SR. DEPUTADO PINHEIRO MACHADO — Esses 3 bilhões estão incluídos nos 10 bilhões?

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Eu diria: na prática, o PROTERRA terá mais que os 4 bilhões previstos inicialmente, como se nota no fato de que, nos três primeiros anos, já temos 3 bilhões.

O SR. DEPUTADO DANIEL FARACO (Pela ordem) — Sr. Presidente consulto a V. Ex.^a se posso apresentar a V. Ex.^a e à Casa as minhas felicitações pelo excelente nível com que os debates foram conduzidos, sem distinguir perguntas e respostas e, de modo especial, à magnífica ordem na condução dos trabalhos. Se V. Ex.^a responder afirmativamente, dou por apresentadas as minhas felicitações. Caso contrário, peço a V. Ex.^a que a minha intervenção seja considerada como uma consulta à qual, pelos termos regimentais, V. Ex.^a responderá negativamente. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Constrangidamente, defiro a questão de ordem de V. Ex.^a

O SR. DEPUTADO AMÉRICO DE SOUZA — (Pela ordem.) Sr. Presidente, Sr. Ministro, tenho em mãos o jornal O Globo, de 7 do corrente, que publicou uma entrevista do eminente Senador José Sarney, do meu Estado, em que S. Ex.^a diz:

"Entende o parlamentar arenista que o Congresso dos grandes oradores está hoje ultrapassado, pois, a seu ver, o momento atual é de estudos, pesquisas e debates técnicos. E é nesse sentido que prega a criação do Instituto de Pesquisas do Congresso e do Centro de Estudos Políticos e Administrativos."

Tendo em vista a identidade pessoal, hoje totalmente política, que me prende ao Senador José Sarney, e entendendo, exatamente como S. Ex.^a que a época dos grandes oradores já passou, em que pesem os meus dezessete anos

de bacharel em Direito e de outro tanto no exercício de Advocacia, achei que deveria estudar Administração. Terminei o curso no ano passado, e já este ano estou cursando Engenharia Administrativo-Econômica, em nível de pós-graduação de Administração.

Como estudante, Sr. Ministro, tenho tido as maiores dificuldades de poder atender os meus colegas de curso, no que diz respeito às publicações de ordem principalmente da Macroeconomia e relacionadas ao Brasil.

Esta minha intervenção tem apenas um sentido de solicitação: para que V. Ex.^a, quando apresente trabalhos, pessoalmente ou em nome do Governo, como o Plano Nacional de Desenvolvimento, faça uma edição, através da Fundação IBGE ou da Imprensa Nacional ou de outro órgão que achar conveniente, em níveis bastantes acessíveis, para distribuição entre as universidades, porque só do Plano Nacional de Desenvolvimento, agora proposta ao Congresso, tive eu de conseguir com a Câmara dos Deputados 25 exemplares para distribuir com a minha turma.

Muito obrigado.

SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Agradeço a sugestão de V. Ex.^a, que será atendida, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Tem a palavra o Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY — Sr. Presidente, Sr. Ministro acho que já estou falando a destempo, para usar linguagem dos advogados, mas, desejaria, em primeiro lugar, também ressaltar o brilhantismo e a objetividade da palestra do Sr. Ministro do Planejamento, que todos nós nos habituamos a admirar neste País.

Eu queria dizer que o Congresso, pela primeira vez, está examinando um plano. A Assembléia Francesa quando, também, pela primeira vez se deparou face ao estudo do primeiro plano indicativo, uma das coisas que fez com que os senhores congressistas ficassem perplexos, era saber como, juridicamente, face à hierarquia das leis, podia uma assembléia discutir um plano. Nossa situação é exatamente a mesma, depois de 1958, quando existiam profundas modificações no parlamento frances.

E, sendo assim, acredito que, também, aflora nesta Casa do Congresso, nesta instituição, um dos nossos temas mais dramáticos. Então eu desejaria com a benevolência do Presidente, fazer uma pequena pergunta a V. Ex.^a

Eu li o Plano e não vi, a não ser uma referência inicial, sobre os objetivos nacionais na introdução, nenhuma correlação entre o modelo de desenvolvimento estabelecido aqui e a necessária correspondência nas modificações que se farão no terreno político, em decorrência destas transformações no terreno econômico.

E assim, leio:

"O modo brasileiro de organizar o Estado e moldar as instituições para no período de uma geração, transformar o Brasil em nação desenvolvida, constitui o modelo brasileiro de desenvolvimento."

Ora, esse modelo, na própria definição constante do Plano, estabelece um embasamento do Estado em moldar instituições para, no período de uma geração. Perguntaria a V. Ex.^a, como economista dos mais brilhantes deste País — e quando a gente fala muitas vezes sobre técnicos parece que está havendo, cada vez mais, um acirramento entre a palavra técnico e político, que acredito até que se possam completar na tarefa de governo, sob a acepção de que a política é a arte de governar.

Pois bem, V. Ex.^a, como técnico, não acha que um projeto, um Plano Nacional de Desenvolvimento, com transformações profundas nas perspectivas que oferece à sociedade brasileira, inevitavelmente ele não acarretará mudanças de natureza política, necessárias a dar suporte à execução e acompanhamento de projeto de desenvolvimento brasileiro desta mesma magnitude?

Em segundo lugar, V. Ex.^a não acha que é necessário, também, no caso até mesmo do Parlamento brasileiro, de ele se adaptar para, de determinada maneira, racionalizar seus serviços, ter condições de informação de todos os setores para poder, eficientemente, ter uma capacidade maior de diálogo não só no projeto de desenvolvimento nacional, como também no modelo político brasileiro, já que a palavra está tão em voga.

Era o problema que queria pôr a V. Ex.^a, já que nós, políticos, temos a necessidade, sempre, de estabelecer essa presença necessária da política, para que se tenha realmente os altos índices de desenvolvimento que estamos tendo. Porque na realidade, como bem disse V. Ex.^a desenvolvimento não é fim, é meio. Também a arte de governar é um meio, é um instrumento. Há aquela frase antiga — "Dada uma boa política, é fácil de se ter uma boa finança". E sabemos que só foi graças à Revolução, com a estabilidade política, que conseguimos chegar, realmente, a essa perspectiva atual de crescimento econômico de 9% ao ano e uma perspectiva de estabilidade.

Perdiria, então, a V. Ex.^a, para finalizar, que tivemos aqui um exemplo muito didático dessa necessidade, quase que inferioridade em que nós políticos ficamos com relação aos técnicos, da necessidade de termos informações presentes. Por exemplo, o nobre Senador João Calmon, brilhantemente, construiu raciocínio político todo no setor da educação, baseado em números que lhe haviam sido dados e com isso ele estabeleceu um raciocínio político de prioridades. V. Ex.^a, com um simples quadro e um simples indicador de números, colocou a situação totalmente noutra argumentação. Quer dizer, na realidade isto mostra que nós políticos, para uma boa formulação política, necessitamos, hoje, presente, uma boa informação. Se não ficamos inteiramente despreparados, quase, para enfrentar o debate e efetivamente contribuir. Acho, como o nobre Deputado Daniel Faraco teve oportunidade de falar, o alto nível que nós aqui estabelecemos nesta discussão, e eu quero, justamente, marcar que, pela primeira vez, estamos com aquele mesmo problema que os países mais desenvolvidos já chegaram, diante da discussão de um plano nacional de desenvolvimento econômico.

Obrigado a V. Ex.^a, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Muito grato a V. Ex.^a

Eu responderia, quanto à segunda pergunta, sim. Ou seja, é importante que o Congresso Nacional se deva apoiar em termos de assessoramento e de informações de dados técnicos para poder discutir os assuntos com o Executivo. Naquilo que o Ministério do Planejamento puder colaborar, estaremos sempre à disposição de V. Ex.^as

Assinalaria, a propósito, que o Senador José Sarney não vai me envolver na discussão que tem suscitado dentro do Congresso, a respeito do que seja modernização do Congresso. (Risos.)

Quanto à primeira pergunta, eu responderia da seguinte maneira. Naturalmente, como tivemos oportunidade de assinalar, pela inter-relação existente entre as duas áreas — de revolução material e revolução não material — é claro que haverá efeitos nos dois sentidos. Apenas, diria que a matéria do Plano Nacional de Desenvolvimento econômico e social fica naqueles três primeiros aspectos que nós apresentamos, nas primeiras dimensões, ou seja, a matéria eminentemente política não constaria do Plano, não é objetivo do Plano.

Valeria a pena, num instante, mostrar as dimensões para vermos como caracterizar o escopo do Plano.

(Gráfico)

Modelo econômico, estratégia econômica, estratégia externa, modelo social. Até aqui vai muito bem o Plano. Tudo o mais foi mencionado. Mencionou-se o modelo político, segurança nacional, o sentido global do modelo, mas apenas para dar o pano de fundo dentro do qual nós

íamos situar esses quatro aspectos, porque não podem ser incompatíveis com o sentido global. De modo que as definições, nessas áreas, levaram em conta, de uma forma subjacente, o que pretendemos fazer em matéria política, segurança, nesse sentido global. Mas esses aspectos não são os objetivos do Plano, em si.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Não havendo mais oradores inscritos para interpelar Sua Excelência, o Senhor Ministro Reis Velloso, desejo agradecer, inicialmente, a presença do nobre Senador Carlos Lindenberg, que exerce interinamente a Presidência do Congresso Nacional; do nobre Deputado Pereira Lopes, Presidente da Câmara dos Deputados; do nobre Senador João Cleofas, Presidente da Comissão Mista; dos nobres Senhores Líderes do Governo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; agradecer a participação dos Senhores Congressistas e do Senhor Ministro João Paulo dos Reis Velloso, pela extraordinária colaboração que trouxe ao Congresso.

Vivemos, hoje, no Congresso, uma tarde ateniense, pela notável demonstração de talento, de cultura, de convicção democrática que nos deu Sua Excelência, o Senhor Ministro do Planejamento. Felicitamo-nos pela grata oportunidade desta reunião e estamos certos de que, desta forma, o Parlamento Brasileiro honrou suas tradições de bem servir à causa do desenvolvimento nacional e da democracia brasileira. (Muito bem!)

Antes de encerrar e de fazer as comunicações finais, pergunto à Sua Excelência o Senhor Ministro, se deseja formular alguma consideração.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Sr. Presidente, apenas desejo agradecer, mais uma vez, a honra desta oportunidade, que não é a primeira, este ano, de comparecer ao Congresso, e ter contacto com os nobres Congressistas. Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — V. Ex.^a tem sido recordista de comparecimento ao Legislativo, exatamente pelo prazer e pela alegria com que sempre comparece a esta Casa.

O SR. MINISTRO REIS VELLOSO — Espero que a quantidade não prejudique a qualidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Murilo Badaró) — Comunico à Comissão que amanhã, às 15 horas, haverá uma Reunião e, outrossim, o encerramento do prazo para apresentação de Emendas, às 19 horas, também, amanhã.

Está encerrada a Reunião.

(Levanta-se a reunião às 18,40 horas)

COMISSÃO DE FINANÇAS

ATA DA 27.^a REUNIÃO, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1971

As 10 horas do dia 20 de outubro de 1971, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. João Cleofas, presentes os Srs. Senadores Mattos Leão, Saldanha Derzi, Danton Jobim, Flávio Brito, Geraldo Mesquita, Alexandre Costa, Lourival Baptista, Tarso Dutra, Virgílio Távora, Amaral Peixoto, Ruy Santos e Franco Montoro.

Deixam de comparecer os Srs. Celso Ramos, Fausto Castello-Branco, Jessé Freire, Carvalho Pinto e Wilson Gonçalves.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

São lidos e aprovados os seguintes pareceres:

Pelo Senhor Senador Ruy Santos

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 61, de 1971, que dispõe sobre os dividendos da União na Companhia Vale do Rio Doce — CVRD, altera o Decreto-lei

n.º 1.038, de 21 de outubro de 1969, e dá outras providências;

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 58, de 1971, que dá nova redação aos arts. 2.º, 3.º, 4.º e 6.º do Decreto-lei n.º 863, de 12 de setembro de 1969, que autoriza o Poder Executivo a instituir nos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica um Programa Especial de Bolsas de Estudo a Acadêmico de Medicina de Faculdade Oficial ou reconhecida; e

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 67, de 1971, que autoriza a criação da Fundação Alexandre Gusmão.

Pelo Senhor Senador Virgílio Távora

— favorável ao Projeto de Lei do Senado n.º 138, de 1968, que altera a redação dos arts. 5.º e 7.º da Lei n.º 3.373, de 12 de março de 1958.

Pelo Senhor Senador Mattos Leão

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 65, de 1971, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 27 da Lei n.º 2.800, de 18 de junho de 1965, que cria os Conselhos Federal e Regionais de Química, dispõe sobre o exercício da profissão de Químico, e dá outras providências.

Pelo Senhor Senador Saldanha Derzi

— contrário ao Projeto de Lei do Senado n.º 72, de 1968, que declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Piedade, no Município de Piedade, Estado de São Paulo.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei Complementar n.º 2, de 1971 (CN), que "regula o art. 69 da Constituição, e dá outras providências".

ATA DA 2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1971

As dezesseis horas do dia dezenove de outubro de mil novecentos e setenta e um, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Renato Franco, João Cleofas, Luiz Cavalcante, Carvalho Pinto, Waldemar Alcântara, Tarso Dutra, Mattos Leão, Helvidio Nunes, Cattete Pinheiro, Antônio Fernandes e Adalberto Sena e os Senhores Deputados Batista Miranda, Presidente, Gonzaga Vasconcelos, Cláudio Leite, José Bonifácio Neto e Marcondes Gadelha, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei Complementar n.º 2, de 1971 (CN).

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Deputados Alberto Hoffman, Tasso de Andrade, Antônio Ueno, Francisco Grillo, Antônio Florêncio e Francisco Pinto.

A seguir, o Senhor Presidente declara que, havendo número regimental, estão abertos os trabalhos da Comissão e passa a palavra ao Senhor Senador Tarso Dutra, que lê o seu parecer ao projeto e à emenda apresentada, concluindo pela aprovação do projeto, da emenda a ele oferecida durante o prazo regimental e mais de emenda supressiva apresentada pelo Relator.

Finda a leitura, o Senhor Presidente coloca em discussão o projeto e o parecer. Não havendo quem queira discuti-los, o Senhor Presidente coloca-os em votação, que

em seguida são aprovados por unanimidade dos membros da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, são encerrados os trabalhos da reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, vai à publicação.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Batista Miranda
Vice-Presidente: Senador Danton Jobim
Relator: Senador Tarso Dutra

ARENA

Senadores	Deputados
1. Eurico Rezende	1. Alberto Hoffman
2. João Cleofas	2. Batista Miranda
3. Paulo Guerra	3. Tasso de Andrade
4. Carvalho Pinto	4. Gonzaga Vasconcelos
5. Wilson Gonçalves	5. Antônio Ueno
6. Tarso Dutra	6. Cláudio Leite
7. Mattos Leão	7. Francisco Grillo
8. Helvidio Nunes	8. Antônio Florêncio
9. Cattete Pinheiro	
10. Celso Ramos	

MDB

1. Danton Jobim	1. José Bonifácio Neto
	2. Marcondes Gadelha
	3. Francisco Pinto

CALENDÁRIO

Dia 30-9 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 30-9 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8-10-71 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 19-10 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 20-10 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

— Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, a ser convocada tão logo seja publicado o parecer.

Prazo: Início, dia 1.º-10; e término, dia 9-11-71.

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa. — Diretoria das Comissões, Seção de Comissões Mistas, 11.º andar — Anexo — Senado Federal. — Telefone: 24-8105 — Ramais 303 e 306.

ANEXO DA ATA DA 2.ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 1971, ÀS 16 HORAS

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão

Presidente — Deputado Batista Miranda
Vice-Presidente — Senador Danton Jobim
Relator — Senador Tarso Dutra

Íntegra do apanhamento taquigráfico Referido na Ata

O SR. PRESIDENTE (Deputado Batista Miranda) — Havendo número regimental, vamos dar início aos trabalhos relativamente à Mensagem Presidencial que se propõe a disciplinar o artigo 69 da Constituição, através do Projeto de Lei Complementar n.º 2, de 1971.

Defiro, pois, a palavra a S. Ex.ª o Senador Tarso Dutra, Relator.

O SR. RELATOR (Senador Tarso Dutra) — Sr. Presidente, nobres Colegas, em Mensagem n.º 376, de 27 de

setembro do corrente ano, o Poder Executivo propôs ao Congresso Nacional o incluso Projeto de Lei visando a complementar o artigo 69 da Constituição, que se refere às operações de resgate e colocação de títulos do Tesouro Nacional relativas à amortização de empréstimos internos e não atendidas pelo Orçamento Anual.

O artigo 69, da Constituição, não transcrito no avulso, diz o seguinte:

"As operações de resgate e de colocação de títulos do Tesouro Nacional, relativas à amortização de empréstimos internos, não atendidas pelo orçamento anual, serão reguladas em lei complementar."

O que a Constituição prescreve, no caso, como endereçados à lei complementar, são apenas os casos de operações de resgate e colocação de títulos, quando não houver verba orçamentária, quando o resgate não se faça com dotação incluída no Orçamento da República. É feita a emissão de títulos, vendida e sucessivamente resgatada, à conta de emissão subsequente.

(Lendo.)

O preceito acode às necessidades relacionadas com o endividamento público, prevendo a existência regular de recursos adicionais, extraorçamentários, destinados a financiar a realização de serviços e atividades governamentais.

Já desde o lançamento, em 1964, das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, a política de crédito do País vem experimentando um progressivo desenvolvimento no sentido de vencer, com os melhores resultados, as antigas rotinas financeiras adstritas à utilização apenas dos recursos compulsoriamente apropriados à poupança pública. Os valores de receita apurados durante os exercícios que se seguiram à execução da Lei n.º 4.357, daquele ano, podem expressar quanto de confiança a subscrição voluntária, associada ao atrativo da cláusula reajustável e à pontualidade no pagamento de juros e no resgate, foi capaz de inserir nos títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Ocorre que os estatutos constitucionais anteriores (1946 e 1967) não consentiam no giro da dívida pública interna, que assegurasse a permanência de recursos mobiliários certos em contínua circulação. O produto da colocação de novos títulos, que o preceito inscrito no art. 69 do texto básico hoje admite como contrapartida direta de resgate para as subscrições vencidas, não alcançava ultrapassar, na ordem constitucional revogada, a barreira das dotações orçamentárias fixas, como operações de crédito inelásticas e imutáveis, quanto à estimativa dos recursos e ao prazo apenas anuo de vigência.

Em face dessas observações, não se afigura passível de discussão a evidente predominância, nos aspectos que podem traduzir o interesse público e a nova política de crédito do País, das disposições legais ora propostas ao exame do Congresso Nacional. A execução dos importantes serviços e empreendimentos a cargo da administração federal já poderá contar, de ora em diante, com uma mais ampla composição de recursos disponíveis. Antes, o regime financeiro e monetário não permitia o reaproveitamento sucessivo, nos empréstimos públicos, das parcelas nêles amortizadas. Prevalcia, então, como um atraso, o critério rígido da universalidade orçamentária.

É certo que o endividamento público terá de sujeitar-se às necessárias limitações quantitativas. Não é senão isso o que propõe o § 1.º do art. 1.º do projeto em estudo, abrangendo os valores:

1) dos títulos do Tesouro Nacional em circulação na data da publicação da lei, acrescidos dos valores correspondentes às operações de crédito autorizadas em lei para equilíbrio da execução orçamentária anual;

2) dois títulos do Tesouro Nacional para execução da política monetária, até o limite autorizado pelo Conselho Monetário Nacional; e

3) da correção monetária dos títulos, quando a elas sujeitos.

Os Ministros da Fazenda e Planejamento explicam, na exposição de motivos anexa ao projeto, que, em caso de, eventualmente, as despesas com o giro da dívida pública excederem a respectiva receita, as "autoridades monetárias, atuando no próprio mercado monetário e de capitais, poderão promover o nivelamento das contas do Tesouro que registram tais operações".

E é, então, certamente por isso que o projeto em exame dispõe, em seu art. 3.º, que não apenas o Ministro da Fazenda fica, no caso em espécie, autorizado a promover a utilização das disponibilidades do Tesouro Nacional junto ao Banco Central, mas que ainda o Conselho Monetário possa autorizar o referido Banco a subscrever diretamente títulos do Tesouro, em importância equivalente ao saldo deficitário de suas respectivas contas.

Se a proposição governamental vai, assim, encontrando uma franca receptividade quanto à justeza e a conveniência de suas preceituações, já não parece, entretanto, que os §§ 2.º e 3.º do art. 1.º possam comportar-se rigorosamente dentro dos limites fixados pelas cláusulas constitucionais vigentes. É que, mesmo sem se considerar a imprescindibilidade da avaliação dos valores máximos do endividamento a ser permitido pela lei, sem evasão de qualquer dos componentes de custo da operação, o art. 69 da Constituição não abona a litude, em termos estritos de lei complementar, de normas especificamente relacionadas com o resgate de títulos à conta de recursos orçamentários.

(Retornando à leitura.)

A Constituição fala em lei complementar para regular as operações de resgate e de colocação, à conta de recursos não orçamentários. Toda vez que os recursos sejam orçamentários, a emissão pode ser feita normalmente, dentro do exercício, e resgatada com aqueles recursos incluídos no orçamento federal. Se, entretanto, as emissões forem sucessivas, uma substituindo à outra através de resgate e pela recolocação de uma nova emissão, aí a matéria já passa a ser pertinente a lei complementar.

Não se admite, em hipótese alguma, nos termos do artigo 69, que qualquer das parcelas desta operação sejam objeto de consignação orçamentária. Se se tratar de recurso orçamentário, então não é a lei complementar que deve cuidar de operação de crédito. A lei complementar cuida apenas das operações não atendidas pelo orçamento anual.

Acontece que o projeto, no § 2.º do artigo 1.º, procura descarregar, exatamente no orçamento da República, parte da operação de colocação de títulos e de resgate. Faz desta forma indevidamente, violando abertamente a regra constitucional, além de outros inconvenientes que nós poderíamos apontar, como seria, por exemplo, a agravção do processo inflacionário.

É certo o que a Constituição não permite se trate de qualquer assunto relacionado com o art. 69 à conta de recursos orçamentários. Não podia, portanto, o projeto ter mandado que

"As despesas com juros, descontos e comissões resultantes das operações de que trata este artigo, (1.º), sejam incluídas no Orçamento anual da União."

Exatamente quando o conceito constitucional só cuida, neste tipo de lei, de encargos não atendidos por inscrições orçamentárias.

O próprio projeto, no art. 1.º e também nos seus parágrafos, mostra que juros e comissões, são exatamente encargos de operação de lançamento de títulos.

No § 2.º, por exemplo, está assim dito:

"As despesas com juros, descontos e comissões resultantes das operações..."

Portanto o projeto mesmo se encarrega de vincular esse tipo de despesa com a própria operação, que não pode ser atendida à conta de recursos orçamentários, na forma do art. 69.

O § 3.º do mesmo projeto cogita de delegação de poderes no curso de matéria legislativa em que é expressamente vedada, nos termos em que o faz o art. 52, parágrafo único, n.º III, da Emenda Constitucional n.º 1.

Esse § 3.º do art. 1.º diz que:

"A consignação de dotações orçamentárias para atendimento das despesas de que trata o parágrafo anterior poderá ser dispensada, a critério do Conselho Monetário Nacional, permitida, neste caso, a inclusão de seu valor no giro da dívida."

A inclusão ou não de verba no Orçamento da República é matéria da competência do Poder Legislativo.

Nós sabemos que o Governo remete a proposta orçamentária que pode, eventualmente, ser emendada pelo Congresso. Mesmo que não o seja, a verba só vale, a proposta só se transforma em lei depois de aprovada pelo Congresso Nacional.

A matéria orçamentária é, portanto, essencialmente legislativa. Só o Conselho Monetário fica autorizado a dispensar consignações que devem ser inscritas no Orçamento da República, está recebendo uma delegação do legislador, para substituir o próprio legislador.

Ora, a Constituição é expressa. Não permite a delegação em matéria monetária, exatamente a de que trata este projeto, e especialmente este artigo. Tanto é matéria monetária, que essa delegação é feita ao Conselho Monetário Nacional, que, por seu próprio nome, não deve ter senão atribuições monetárias.

A Constituição, repito, art. 52, diz:

Parágrafo único — Não serão objeto de delegação os atos da competência exclusiva do Congresso Nacional, nem os da competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, nem a legislação sobre:

I —

II —

III — o sistema monetário.

É exatamente o inciso constitucional proibitivo de delegação de poderes e atribuições, nesta matéria, a qual quer órgão que não seja o competente para praticar o ato legislativo ou o ato de que trata o § 3.º do art. 1.º do projeto.

Foi oferecida ao projeto uma emenda, a única, de autoria dos Deputados Garcia Netto e Edgar Pereira, procurando permitir que os Estados unifiquem, através de nova emissão de títulos, devidamente aprovada pelo Banco Central do Brasil, contendo cláusula de correção monetária, para substituir os títulos, apólices e outras obrigações de responsabilidade dos Estados, em circulação na data da Resolução n.º 92, do Senado, isto é, 27 de novembro de 1970.

O que esta emenda quer é fortalecer os títulos da dívida pública estadual.

Entendo que não deve ser orientação do legislador, nem do Executivo, enfraquecer o sistema financeiro estadual. Ao mesmo tempo em que esta lei procura dar ao Governo Federal recursos adicionais de investimento para os seus programas de trabalho, deve algo fazer, paralela ou complementarmente, para que também o sistema financeiro estadual seja fortalecido com emissões de títulos, no mínimo com cláusulas de reajustamento que permita melhor aceitação no mercado de capitais.

Por essas razões, acolho a única emenda oferecida a este projeto, para permitir que os Estados possam unificar a sua dívida relacionada com o crédito público e contendo a cláusula de correção monetária.

Não há nada de excessivo nessa providência, porque, afinal de contas, tudo o que está no texto da emenda termina com uma sujeição final da matéria ao Banco Central da República. De sorte que só se o Banco Central da República aprovar a unificação é que ela terá vigência. O Banco Central é um órgão do sistema financeiro da União. Vale dizer, o Governo Federal será ouvido sobre esse assunto. Se entender de não aprovar essa ou aquela proposta, pode fazê-lo. Se a aprovar, muito bem, há o suporte da lei para fazê-lo.

É uma contribuição que daremos aos Estados e sem nenhum prejuízo para a política financeira do Governo, porque ele ficará sempre com a última palavra na solução desta matéria.

O meu parecer é, assim, favorável à emenda, e, também, ao projeto de lei, com mais a emenda supressiva dos §§ 2.º e 3.º do art. 1.º, de acordo com as razões já expressas. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Batista Miranda) — Em discussão o parecer do Sr. Relator, Senador Tarso Dutra. (Pausa.)

Ninguém desejando discutir o parecer, passa-se à votação do projeto, salvo as emendas. (Pausa.)
Aprovado o projeto.

Em votação o parecer do Sr. Relator sobre as emendas.

Os Srs. Membros da Comissão que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 25 minutos.)

MESA**Presidente:**

Petrônio Portella (ARENA — PI)

1º-Vice-Presidente:

Carlos Lindenberg (ARENA — ES)

2º-Vice-Presidente:

Ruy Carneiro (MDB — PB)

1º-Secretário:

Ney Braga (ARENA — PR)

2º-Secretário:

Clodomir Milet (ARENA — MA)

3º-Secretário:

Guido Mondin (ARENA — RS)

4º-Secretário:

Duarte Filho (ARENA — RN)

1º-Suplente:

Renato Franco (ARENA — PA)

2º-Suplente:

Benjamin arah (MDB — GB)

3º-Suplente:

Lenoir Vargas (ARENA — SC)

4º-Suplente:

Teotônio Vilela (ARENA — AL)

LIDERANÇA DA MAIORIA**Líder:**

Filinto Müller (ARENA — MT)

Vice-Líderes:

Antônio Carlos (ARENA — SC)
 Benedito Ferreira (ARENA — GO)
 Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 Eurico Rezende (ARENA — ES)
 José Lindoso (ARENA — AM)
 Orlando Zancaner (ARENA — SP)
 Ruy Santos (ARENA — BA)

LIDERANÇA DA MINORIA**Líder:**

Nelson Carneiro (MDB — GB)

Vice-Líderes:

Danton Jobim (MDB — GB)
 Adalberto Sena (MDB — AC)

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini.

Local: 11º andar do Anexo

Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes.

Local: Anexo — 11º andar.

Telefone: 24-1805 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra

Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

Antônio Fernandes
 Vasconcelos Torres
 Paulo Guerra
 Daniel Krieger
 Flávio Brito
 Mattos Leão

SUPLENTES**ARENA**

Tarso Dutra
 João Cleofas
 Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala das Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara

Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

José Guimard
 Waldemar Alcântara
 Dinarte Mariz
 Wilson Campos
 José Esteves
 Benedito Ferreira

SUPLENTES**ARENA**

Saldanha Derzi
 Osires Teixeira
 Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — R. 313

Reuniões: quintas-feiras, 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

Daniel Krieger
 Accioly Filho
 Milton Campos
 Wilson Gonçalves
 Gustavo Capanema
 José Lindoso
 José Sarney
 Emival Caiado
 Helvídio Nunes
 Antônio Carlos
 Eurico Rezende
 Heitor Dias

SUPLENTES**ARENA**

Carvalho Pinto
 Orlando Zancaner
 Arnon de Mello
 João Calmon
 Mattos Leão
 Vasconcelos Torres

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Catto Pinheiro

Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

Dinarte Mariz
 Eurico Rezende
 Cattete Pinheiro
 Benedito Ferreira
 Osires Teixeira
 Fernando Corrêa
 Saldanha Derzi
 Heitor Dias
 Antônio Fernandes
 Emival Caiado

SUPLENTES**ARENA**

Paulo Tôres
 Luiz Cavalcante
 Waldemar Alcântara
 José Lindoso
 Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Magalhães Pinto	Domício Gondim
Vasconcelos Torres	Milton Campos
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Brito
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvídio Nunes	
José Lindoso	

MDB

Amaral Peixoto	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala das Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvídio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

COMPOSIÇÃO**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Minton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castello-Branco	Emival Caiado
Ruy Santos	Flávio Brito
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDB

Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	
Danton Jobim	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças. — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Heitor Dias	Wilson Campos
Domício Gondim	Accioly Filho
Paulo Tôrres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: quartas-feiras, 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Arnon de Mello

Paulo Guerra

Luiz Cavalcante

Antônio Fernandes

Leandro Maciel

José Guimard

Milton Trindade

Domício Gondim

Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Antônio Carlos

Cattete Pinheiro

José Lindoso

Wilson Gonçalves

Filinto Müller

Emival Caiado

MDB

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: quartas-feiras, 15 horas.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Carvalho Pinto

Milton Cabral

Wilson Gonçalves

Fausto Castello-Branco

Filinto Müller

Augusto Franco

Fernando Corrêa

José Lindoso

Antônio Carlos

Ruy Santos

Arnon de Mello

Cattete Pinheiro

Magalhães Pinto

Jessé Freire

Saldanha Derzi

Virgílio Távora

Accioly Filho

José Sarney

Lourival Baptista

João Calmon

MDB

Franco Montoro

Amaral Peixoto

Danton Jobim

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: quintas-feiras, 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Fernando Corrêa

Saldanha Derzi

Fausto Castello-Branco

Wilson Campos

Cattete Pinheiro

Celso Ramos

Lourival Baptista

Ruy Santos

Waldemar Alcântara

MDB

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Paulo Tôrres

Milton Trindade

Luiz Cavalcante

Alexandre Costa

Virgílio Távora

Orlando Zancaner

José Guimard

Flávio Brito

Vasconcelos Torres

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 312

Reuniões: terças-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Tarso Dutra

Magalhães Pinto

Augusto Franco

Gustavo Capanema

Celso Ramos

Paulo Guerra

Osires Teixeira

Heitor Dias

Jessé Freire

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Ex-

**15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Leandro Maciel

Dinarte Mariz

Alexandre Costa

Benedito Ferrelra

Luiz Cavalcante

Virgílio Távora

Milton Cabral

Geraldo Mesquita

José Esteves

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 312

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito**

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito.

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (aft. 90 do Regimento Comum).

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,20